



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 9/2023, em que é recorrente **Amadeu Fortes Oliveira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 1/2024

I - Relatório

1. Amadeu Fortes Oliveira, não se conformando com o Acórdão n.º 137/2023, de 20 de junho, na sequência do qual suscitou um incidente pós-decisório decidido pelo Acórdão n.º 138/2023, de 27 de junho, ambos proferidos pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça (STJ) no âmbito dos autos de Recurso Crime n.º 3/2023, veio, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea (al.) b) do n.º 1 do artigo 76.º; al. b) do n.º 1 e n.ºs 2, 3, 4 e 5 do artigo 77.º, todos da Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro (doravante Lei do Tribunal Constitucional (LTC)), interpor o presente recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade em que suscita:

*1. A inconstitucionalidade e ilegalidade da **Resolução n.º 03/X/2021, da Comissão Permanente** da Assembleia Nacional que, supostamente, terá autorizado a detenção do arguido, por (i) violação do n.º 1 do artigo 148.º CRCV, (ii) por violação do n.º 1 do artigo 124.º da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV), (iii) por violação da al. c) do artigo 135.º do Regimento da Assembleia Nacional e (iv) por violação do n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto dos Deputados;*

*2. A inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo da norma prevista no artigo 158.º do CPP, de modo a extrair uma norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial deve ser suscitado até **antes do início** da audiência de julgamento, em vez de ser, simplesmente, **até ao início** da audiência, o que configura uma restrição do alcance do direito fundamental de ser julgado perante o **juiz -Tribunal Natural da Causa**,*

consagrado no n.º 10 do artigo 35.º da CRCV, restrição essa que o STJ fez por via da interpretação do artigo 158.º do CPP, violando o disposto no n.º 2 do artigo 17.º da referida CRCV;

3. A inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo, sentido e alcance do preceituado/estatuído no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, de modo a extrair uma norma inconstitucional, segundo a qual o deputado somente tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, somente na fase de julgamento, mas não na fase de instrução e de ACP, em que segundo a norma extraída pelo STJ, pela via de interpretação, nas fases de instrução e ACP o deputado responde perante um juiz singular e não perante um juiz coletivo como é previsto os tribunais de relação funcionarem, o que configura uma interpretação excessivamente restrita do alcance e conteúdo do disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, de tal modo que viola o disposto no n.º 2 do artigo 17.º da CRCV, por restringir o conteúdo e alcance essencial da garantia constitucional ao FORO/ tribunal da segunda Instância, tal como é garantido ao deputado pelo n.º 4 do artigo 170.º e n.º 1 do artigo 12.º da CRCV, de tal modo que quer reduzir a composição e funcionamento do tribunal de relação de 3 juízes para funcionar e ser composto por um único juiz, o que também viola a al. h) do artigo 42.º, em conjugação com o artigo 40.º da LOCFTJ;

4. A inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo, sentido e alcance interpretativo que o STJ quer fazer do preceito statuído no artigo 177.º do CPP, de modo a extrair uma norma inconstitucional, segundo a qual o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, secundarizado e ignorando a prova documental que por força do n.º 1 do artigo 225.º do CPP, possui força probatória plena, como se a livre convicção do julgador tivesse maior força probatória do que documentos autênticos, o que restringe e anula o direito fundamental do arguido à presunção de inocência consagrado no n.º 1 do artigo 35.º da CRCV, com densificação nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 1.º do CPP, direito fundamental esse que o STJ quer restringir pela via da interpretação que pretende fazer do disposto no artigo 177.º do CPP, e em franca violação da garantia constitucional consagrada no n.º 2 do artigo 17.º da CRCV.

1.2. Tendo sido notificado, no dia 27 de setembro de 2023, para, querendo, e no prazo de 15 dias, apresentar as alegações escritas, veio requerer a adequação processual, alegando que o objeto deste recurso seria idêntico ao do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade n.º 08/2023, o qual se encontra pendente há mais tempo nesta Corte e, na sua perspectiva, a similitude de objeto constituiria uma questão prévia, porquanto, a questão de inconstitucionalidade associada à exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento que ele tinha suscitado naquele processo de fiscalização concreta da constitucionalidade, o reitera neste processo de fiscalização concreta de constitucionalidade n.º 09/2023.

1.3. Foi elaborado e distribuído o Projeto de Memorando, conforme o artigo 89.º da LTC.

1.4. A audiência pública de julgamento para a discussão do Projeto de Memorando realizou-se no dia 12 de dezembro de 2023, às 9H00, nos termos do artigo 92.º da LTC.

1.5. Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Corte concedeu a palavra ao Juiz Conselheiro Relator, o qual procedeu à leitura do essencial do Projeto de Memorando que tinha sido distribuído aos demais Juízes do Tribunal Constitucional, ao Mandatário do Recorrente e ao Ministério Público(MP).

1.6 Em seguida, o Venerando Juiz Conselheiro Presidente transmitiu a palavra ao advogado do recorrente para discorrer sobre o Projeto de Memorando, tendo-o feito nos seguintes termos:

Depois de ter perguntado se o Tribunal iria discutir e decidir a questão prévia sobre a adequação processual que tinha suscitado e o Venerando Juiz Conselheiro Presidente ter respondido que poderia suscitar todas as questões que tivesse por conveniente, desde que o fizesse dentro dos quinze minutos que lhe confere o artigo 92.º da LTC, disse que *“no que tem que ver com a inconstitucionalidade/ilegalidade da Resolução 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, cumpre a defesa tecer algumas considerações:*

Na fase de julgamento, ao longo do interrogatório e declaração do arguido, o mesmo não cansou de invocar a inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente.

Em sede do Acórdão condenatório n.º 28/2022, proferido pelo Tribunal da Relação de Barlavento, de 10 de novembro de 2022, essa instância judicial veio alegar que a autorização para se deter um deputado fora de flagrante delito, poderia ser concedida pela Comissão Permanente desprezando o facto de o n.º 1 do artigo 148.º da CRCV estatuir, de forma clara e precisa, em que circunstância a Comissão Permanente poderia substituir a Plenária. A dita Resolução da Comissão Permanente é ao entender da defesa inválida e nula por violação do n.º 1 do artigo 148.º da CRCV.

Por outro lado, nunca é demais dizer que o costume nunca poderia revogar ou restringir direitos, liberdades e garantias fundamentais ou alterar as regras referentes à competência e normas de funcionamento dos órgãos de soberania, porque foi assim a jurisprudência proferida por esta Corte Constitucional a 10 de dezembro de 2017.

Assim, suscita total impugnação dessa contradição e brusca alteração do entendimento do Tribunal Constitucional vertido no Acórdão n.º 17/ TC/2023, que considerou que o costume em uso na Assembleia Nacional já revogou o n.º 1 do artigo 148.º CRCV.

No que tem que ver com o segundo ponto, inconstitucionalidade e incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento, cumpre a defesa do arguido tecer algumas considerações: em sede do Tribunal da Relação de Barlavento, o arguido, ora recorrente, foi pronunciado e está a ser julgado por suposto cometimento de quatro crimes a saber:

- 1. Um crime de coação e perturbação do órgão constitucional STJ, alegadamente cometido na cidade da Praia punido com pena de até 8 meses de prisão;*
- 2. Um crime de ofensa contra pessoa coletiva STJ, alegadamente cometido na cidade da Praia punido com pena de até 8 meses de prisão;*
- 3. Um segundo crime de ofensa contra a pessoa coletiva STJ, alegadamente cometido na cidade da Praia punido com a pena de até 8 meses de prisão; e*

4. Um crime de atentado contra o Estado de Direito Democrático, alegadamente cometido na cidade de Mindelo, punido com a pena de até 8 anos de prisão;

Estando em causa quatro crimes cometidos em espaços territoriais diferentes, verifica-se uma situação de conexão de processos, devendo ser competente o tribunal onde tiver sido cometido o crime mais grave ou o maior número de crimes, que no caso seria o Tribunal da Relação de Sotavento e não o Tribunal da Relação de Barlavento, conforme resulta do disposto na al. b) do n.º 2 do artigo 41.º do CPP. Entretanto, o Tribunal da Relação de Barlavento, assumiu-se como sendo o tribunal competente usurpando a competência do Tribunal da Relação de Sotavento em franca violação do disposto no artigo acima referido que nada mais é do que a densificação do disposto no n.º 10 do artigo 35.º da CRCV, que consagra o princípio e o direito constitucional de o recorrente ser julgado perante o juiz/ tribunal natural da causa, para além de violar o direito e a garantia fundamental análoga de o recorrente ser julgado mediante processo justo e equitativo, conforme o estatuído no n.º 1 do artigo 22.º CRCV.

Porém, a questão foi suscitada dentro do tempo, entretanto, veio a ser indeferida aquando da alegação de uma questão prévia no dia 29 de agosto de 2022, dando azo assim, a um recurso para o STJ e, o STJ veio efetivamente, em primeiro momento, dar razão ao arguido, porém, veio dizer que o requerimento foi apresentado extemporaneamente, fazendo assim uma interpretação de forma a extrair uma norma inconstitucional do n.º 1 do artigo 158.º do CPP, em que alega que o recorrente deveria apresentar o seu requerimento antes do início da audiência de julgamento e não no início da audiência. O que, ao entender da defesa consubstancia em uma ilegalidade ou seja, uma interpretação que nada tem que ver com o previsto no artigo 158.º do CPP, e o n.º 1 do artigo 372.º do mesmo diploma. Pelo que, por estas e outras razões é que a defesa teve efetivamente a necessidade de usar este instrumento constitucional para fazer valer o direito, ora totalmente violado.

No que tem que ver com a terceira questão, inconstitucionalidade adulteração da composição e normas de funcionamento do foro privilegiado de três juízes para um único juiz, na fase de instrução. Cumpre a defesa proferir que, estatui a al. h) do artigo 42.º da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, em conjugação com o artigo 40.º do mesmo diploma, o Tribunal da Relação deve funcionar

sempre em Conferência de três Juízes Desembargadores. Todavia, tanto o Tribunal da Relação como o STJ, vêm defendendo que se deve fazer uma interpretação restritiva tanto do disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, como no disposto nos artigos 40.º e 42.º Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, de modo a extrair uma norma inconstitucional segundo a qual deve-se entender que na fase de instrução e da ACP, dos processos crimes relacionados com titulares de cargo políticos, o Tribunal da Relação deve funcionar com um juiz singular, e não com o coletivo de três juízes. Interpretação essa que viola o espírito do n.º 4 do artigo 170.º da CRCV e não encontra na sua letra o mínimo de correspondência, já que o n.º 4 do artigo 170.º CRCV, estatui que, os deputados respondem perante tribunal de segunda instância, Tribunal da Relação pelos crimes cometidos no exercício de funções, enquanto decorre dos artigos 40.º e 42.º da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, que o Tribunal da Relação funciona em coletivo de três juízes.

Ora, fazendo uma interpretação de forma a extrair uma norma que não respeita efetivamente esta baliza, estar-se-á a violar também o direito fundamental do arguido.

Entrando, no último ponto identificado no Memorando, cumpre a defesa considerar que, o crime de atentado contra o Estado de Direito, é uma tipologia de crime que só pode ser cometido por titulares de órgãos de soberania. No caso, ser deputado devendo se verificar ainda cumulativamente os seguintes elementos adicionais: 1. Ter cometido o facto no exercício de funções de deputado; 2. Por causa das funções de deputado; e 3. Com o desvio das funções de deputado, 4. Com graves violações dos deveres dos deputados. Para se condenar o arguido ainda seria necessário, 5. A verificação de fatos praticados que consubstanciasse impedimento ou constrangimento ao livre exercício das funções de outros órgãos de soberania.

Para poder condenar o recorrente, o STJ fez uma arbitrária e inconstitucional valoração da prova, de modo a considerar que os 5 elementos do tipo de crime de atentado contra o Estado de Direito acima referido, estavam preenchidos. Alegando arbitrariamente que tinham ficado provado factos que na verdade nunca foram efetivamente provados.

Na verdade, o princípio da livre apreciação da prova pelos tribunais estatuído no artigo 177.º do CPP, não pode ser entendido como uma autorização genérica ilimitada para o

tribunal fazer da prova o que bem entender. Pois, antes da liberdade de apreciação da prova, os tribunais deverão respeitar os seguintes limites e reservas legais e constitucionais a saber: 1. Valor probatório dos documentos emitidos pelas entidades oficiais; 2. Presunção da inocência do arguido, nomeadamente o in dubio pro reo; 3. A experiência da vida comum, com respeito ao bom senso inerente à um homem médio colocado naquela mesma atuação concreta; e, 4. Dever de fundamentação com precisão e clareza.

Perante isto, o STJ não cumprindo nenhum destes elementos, tendo valorado a prova da maneira que achou conveniente, violou todas estas regras predefinidas. Mas, mais do que isto, como é possível dizer que o ora recorrente agiu na qualidade de deputado, quando ficou provado, nomeadamente ver páginas 95 a 104 das alegações do recorrente, muitas provas que o STJ simplesmente ignorou. Contudo, veio dizer que o ora arguido foi efetivamente nomeado até 2021, quando, em 2022 foi o próprio STJ a notificar o recorrente na cadeia. Concluindo, roga-se que a Corte Constitucional proceda de acordo com a lei e com os princípios que jurou cumprir... ”

1.7. Concedida a palavra à Sua Excelência o Senhor Procurador Geral da República, este, ao discorrer sobre o Projeto de Memorando, fez a sua intervenção nos seguintes termos: “começando pelas questões prévias assertivamente suscitada no Memorando, o recorrente recoloca a aplicação do princípio da adequação processual alegando que o objeto deste recurso n.º 09/2023 seria idêntico ao do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 08/ 2023, pendente de decisão no mesmo tribunal.

Para o recorrente tanto no do Acórdão n.º 128/2022, de 16 de dezembro, objeto de impugnação através do Recurso de Fiscalização Concreto n.º 08/2023, ainda aguardando julgamento por este tribunal, como no Acórdão n.º 137/2023, de 20 de junho, reconfirmado no Acórdão n.º 138/2023, o recorrente entende que o objeto do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 09/2023, ora em julgamento, o STJ teria interpretado e aplicado com o sentido inconstitucional o seguimento da norma do artigo 158.º do CPP. Esse seguimento expressamente diz: “...salvo o caso de incompetência do tribunal em razão do território, que deverá ser deduzida até ao início da audiência de julgamento em primeira instância”.

Ora, independentemente da conformidade constitucional da interpretação que STJ terá dado a este seguimento 158.º do CPP, vale dizer desde já, que não se verifica qualquer identidade entre os dois recursos.

Na verdade, o artigo 158.º, só foi efetivamente aplicado no Acórdão n.º 128/ 2022, cujo recurso continua a aguardar julgamento. Já no Acórdão n.º 137/2023, de que o objeto de Recurso n.º 09/2023, ora em julgamento, não se fez a aplicação do artigo 158.º do CPP, nem se recusou a sua aplicação, precisamente por se considerar que se tratava de uma questão já ultrapassada, que não podia voltar a ser reapreciada sob pena de excesso de pronúncia.

Veja-se em síntese e na parte que releva, o que se escreveu no Acórdão n.º 137/ 2023, a páginas 2539 a 2540, diz-se: “no caso em apreço, o Tribunal da Relação de Barlavento, tinha decidido na fase inicial de julgamento que era o tribunal competente em razão do território para proceder o julgamento da causa, fundamentando o respetivo entendimento, pelo que lhe estava vedado em sede de decisão final voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, mesmo para reafirmar tal competência.

O acórdão foi expresso em dizer que não aplicava este mesmo artigo, em termos da questão levantada. Reafirma-se, pois, que no acórdão cujo recurso está, neste momento, em julgamento na audiência do Tribunal Constitucional, no Acórdão 137/2023, não se fez aplicação nem se recusou a aplicação do artigo 158.º do CPP. Por conseguinte, não há identidade para efeitos de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade entre os dois recursos pendentes no Tribunal Constitucional. Se não há identidade, falta essa razão para se convocar o princípio da adequação processual.

Acresce ainda que a convocação do princípio da adequação processual nos termos em que é feita pelo arguido/recorrente, para se sobrestar o julgamento de um processo com arguido preso, teria consequências nefastas, nomeadamente, para o princípio da celeridade processual. Efetivamente, o que pretende o recorrente, é que num processo urgente com arguido preso que já atingiu a fase de audiência neste Tribunal Constitucional, se suspenda o julgamento por tempo indeterminado. Com isso, se conseguirá, por certo, o desiderato mais almejado pelo arguido que é a sua soltura, por expiração do prazo da prisão preventiva antes que atinja a decisão com trânsito em

ulgado sobre a sua culpabilidade ou inocência. Mas é do mais genuíno interesse da justiça que este julgamento não seja suspenso, seja a que título for.

A comunidade aguarda que este processo conheça desfecho com decisão justa e com trânsito em julgado o quanto antes. Por isso mesmo, o MP se opõe firmemente a que tal expediente do arguido possa ter acolhimento. Isso não impede que o Tribunal Constitucional possa entender que, nomeadamente, por razões de economia processual, se afigure de utilidade para o conhecimento do objeto do presente recurso, fazer uma apreciação do alcance do seguimento artigo 158.º CPP, objeto de controvérsia e em ordem a se saber se a interpretação que lhe foi conferida pelo STJ se mostra ou não conforme com a CRCV, sem sobrestar o julgamento do presente recurso.

Assim, de mérito, deve-se recordar que a presente audiência tem lugar no âmbito de um processo de fiscalização concreta de constitucionalidade não de um recurso de amparo. Esta clarificação se configura crucial, de especial importância, na medida em que no processo de fiscalização concreta de constitucionalidade, os poderes de cognição do Tribunal Constitucional estão claramente delimitados, devendo circunscrever-se à revisão da constitucionalidade das normas e interpretações que terão sido aplicadas pela jurisdição comum.

Por conseguinte, em sede de fiscalização concreta de constitucionalidade está, à partida, excluída qualquer possibilidade de o Tribunal Constitucional sindicar o quadro factual que foi fixado em definitivo pela jurisdição comum, no caso STJ.

Dada a similitude existentes entre as ordens jurídicas nessas matérias, fica convocada a abalizada opinião do antigo Presidente do Tribunal Constitucional de Portugal, José Manuel Cardoso da Costa, segundo a qual, passa-se a citação, seguramente não cabe no âmbito do poder de cognição do Tribunal Constitucional a averiguação e determinação dos factos da causa principal, a questão a apreciar pelo Tribunal Constitucional é uma pura questão de direito.

Outro sim, mesmo na jurisprudência desta Corte Constitucional cabo-verdiana, na repartição de competências entre as duas jurisdições, a averiguação do direito ordinário constitui domínio, por excelência, da jurisdição comum. Preservando-se ao Tribunal

Constitucional apenas aferir se a interpretação feita por esta jurisdição se mostra ou não conforme com a CRCV.

Analizando os tópicos principais do Memorando, refira-se que, do alegado vício de inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução 03/X/2021; tal questão não pode voltar a se apreciada para não obstar o efeito do caso julgado, pois que, neste particular, houve já pronunciamento recente do Tribunal Constitucional por intermedio do Acórdão n.º 17/TC/2023, que decidiu que no caso em apreço não se verifica qualquer ilegalidade da Resolução n.º 03/X/2021. Porque, o n.º 4 só se aplica a suspensão do mandato do deputado para efeito do procedimento do processo e não a autorização para a detenção ou prisão preventiva.

Aqui chegados, convém não esquecer que o objeto desta verificação de constitucionalidade e legalidade, ora em julgamento, da Resolução da Comissão Permanente que autorizou a declaração do Senhor Deputado Amadeu Oliveira e não a resolução que suspendeu o seu mandato para que o processo pudesse prosseguir para julgamento.

O MP entende que se trata de uma questão sobeja e exaustivamente apreciada e decidida pelo Tribunal Constitucional, pelo que, se deve manter o entendimento de que tal resolução não enferma de qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade.

No ponto dois, a alegada inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo da norma do seguimento do artigo 158.º do CPP, para o recorrente como ficou delimitado, no Memorando, a inconstitucionalidade residiria no facto de onde está escrito até ao início de julgamento o STJ terá interpretado e aplicado como se estivesse escrito até antes do início de julgamento. Essa interpretação do STJ violaria o disposto no n.º 10 do 35.º, n.º 2 do artigo 17.º da CRCV.

Aqui chegados, entende o MP que isso merece a título de questão prévia, uma clarificação. O Memorando, na fiscalização apresentada pelo recorrente utiliza duas expressões alternativas: até ao início do julgamento e até antes do início de julgamento.

Com o devido respeito pela opinião contrária, nomeadamente, pelos termos em que está formulado no Memorando, a aferição da inconstitucionalidade da interpretação dado pelo STJ, não pode deixar de se operar com base no próprio texto da norma. Este deve ser o ponto de partida.

E, a norma, pelo artigo 158.º, não fala até antes do início de julgamento nem até ao início de julgamento. Atribuir ou imputar ao STJ ter adotado o entendimento de que a incompetência territorial tem de ser solicitada até antes do início de julgamento para se dizer que tal interpretação é inconstitucional não deixa de viciar, à partida, o quadro factual dos termos em que a questão da inconstitucionalidade deve ser apreciada pela jurisdição constitucional.

Na verdade, é o arguido que no seu próprio interesse distorce a realidade e imputa ao STJ ter sufragado tal entendimento. Mas o ponto de partida não pode ser aquilo que o arguido diz em seu próprio interesse.

O critério mais objetivo é a partir da interpretação que o STJ deu, efetivamente, a este seguimento do artigo 158.º e, aferir se esta interpretação mostra ou não se mostra conforme a Constituição. Ora, a interpretação que STJ deu a essa norma é de que uma vez declara aberta a audiência de julgamento pelo juiz da causa fica precluída em definitivo a possibilidade de se arguir incompetência territorial. É esta, e apenas esta, a interpretação efetivamente feita pelo STJ e não as conjeturas do arguido que deve ser objeto do juízo de inconstitucionalidade. Diga-se já, que se está perante uma interpretação uniforme que ao longo dos anos e no direito comparado que nos é mais próximo se tem dado a formulações existentes idêntica à do artigo 158.º do CPP cabo-verdiano.

Por exemplo, a doutrina, citando Eric Gaspar, é de opinião que a expressão indicativa do momento processual até ao início da audiência de julgamento, tem de ser interpretada no sentido de o momento anterior à abertura da audiência. Com estes limites, uma vez declarada aberta a audiência, fica precluída a possibilidade de se suscitar a questão da incompetência territorial. Esta interpretação não é inconstitucional.

Em conclusão, está-se perante um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade e não a questão de amparo em que se pudesse ver as questões de direito. A interpretação do direito ordinário integra, em primeira linha, aos tribunais judiciais e ao Tribunal Constitucional as questões constitucionais.”

1.8. Logo, após o encerramento da audiência pública de julgamento, o Tribunal reuniu-se em conferência, tendo apreciado e decidido, preliminarmente, as seguintes questões:

2. Questão Prévia: *o pedido de adequação processual formulado pelo recorrente, nos termos do artigo 243.º do CPC;*

2.1. *Solicitação de documento/Reclamação nos Autos de Processo-Crime n.º 04/STJ/2016, vindo do Tribunal Judicial de Ribeira Grande- Santo Antão, tendo como reclamante o arguido Arlindo Teixeira que se encontra na posse do Supremo Tribunal de Justiça;*

2.2. *Esclarecimento de dúvidas referentes aos pressupostos de apreciação deste recurso - n.ºs 2 e 3 do artigo 575.º do CPC*

2.3. Tentativa de alargamento do âmbito do recurso através das alegações finais escritas.

2.4. Questão prévia

O pedido de adequação processual do recorrente, nos termos do artigo 243.º do CPC, que se encontra entranhado a fls. 4234 e seguintes dos presentes autos, é uma questão prévia que o Tribunal Constitucional deve resolver e encontra-se, resumidamente, formulado nos seguintes termos:

“Com base no disposto na última parte do n.º 1 do artigo 87º da Lei n.º 56/VI/2005- Lei de Organização e Funcionamento do TC-, Juiz Relator tem competência para “julgar incidentes suscitados e mandar baixar aos autos para conhecimento de questões de que possa resultar a inutilidade superveniente deste Recurso”, em conjugação com o disposto no n.º 3 do artigo 243.º-A do Código Processo Civil que se aplica “*ex vi*” do artigo 50.º da Lei n.º 56/VI/2005, que permite “em qualquer estado da causa, as partes requerer a prática de atos que melhor se ajuste ao fim do Processo”.”

Tendo apresentado o seu entendimento de que haveria identidade quanto ao objeto entre o Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade nº 08/TC/2023 e o Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade nº 09/TC/2023, formulou os seguintes pedidos:

I- Visando uma adequação da tramitação processual, de modo a assegurar um processo justo e equitativo, tal como estatuído nos nºs 1, 2 e 3 do artigo 242º-A do CPC.

II- Respeitando o disposto no artigo 163º do Código Processo Penal que proíbe a prática dos demais atos processuais penais enquanto não for decidida, com trânsito em julgado, o incidente, alegação de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento, no âmbito do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade nº 08/TC/2023;

*III- Então, roga-se ao Venerando Juiz Relator deste Recurso de Fiscalização Concreta nº 09/TC/2023, que determine e decrete o **BAIXAMENTO** destes autos para o STJ, com a determinação de ser rebaixado para o Tribunal da Relação de Barlavento, onde deverá aguardar, até haver uma decisão definitiva do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade nº 08/TC/2023, posto que a decisão deste Recurso nº 08/TC/2023, possui a virtualidade de implicar a inutilidade superveniente de todos os demais atos praticados depois da questão da incompetência territorial ter sido suscitada.”*

2.5. O Juiz Conselheiro Relator entendeu por bem introduzir a questão prévia no Projeto de Memorando para que, em audiência pública de julgamento, nos termos do artigo 92.º da LTC, o próprio Mandatário do Recorrente e o Representante do MP pudessem posicionar-se. E, assim, na sequência do exercício do contraditório e da publicidade, o Coletivo do Tribunal Constitucional pudesse decidir, emitindo uma orientação que vinculasse o Tribunal. Pois, quando um Juiz Conselheiro Relator ou o Presidente do Tribunal Constitucional, no âmbito dos processos constitucionais, decide uma questão, exerce, por um lado, os seus poderes de forma autónoma, e, do outro, sem vincular por si só os colegas e o coletivo. Todavia, quando for a Conferência a pronunciar-se, a decisão torna-se vinculativa para o próprio Tribunal e constitui orientação cuja reiteração pode dar origem à formação da jurisprudência. Veja-se, no mesmo sentido, os mais recentes arestos sobre esta matéria, o Acórdão n.º 38/2021, de 27 de agosto: “A Conferência

quando assim a qualificou não está vinculada por qualquer encaminhamento feito pelo Juiz Conselheiro Relator, pois não é a este que cabe decidir se uma reação processual é admissível ou não para efeitos de apreciação no mérito e sim o Tribunal Constitucional” e o Acórdão n.º 180/2023, de 08 de dezembro (Reclamação para o plenário do despacho do juiz conselheiro relator).

2.6. Na verdade, tendo sido notificado, no dia 27 de setembro de 2023, para, querendo, e no prazo de 15 dias, apresentar as alegações escritas, veio requerer a adequação processual, alegando que o objeto deste recurso seria idêntico ao do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 08/2023, o qual se encontra pendente há mais tempo nesta Corte e, na sua perspetiva, a identidade de objeto constituiria uma questão prévia, porquanto, a questão de inconstitucionalidade associada à exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento que ele tinha suscitado naquele processo de fiscalização concreta da constitucionalidade, o reitera neste processo de Fiscalização Concreta de Constitucionalidade n.º 09/2023. Ou seja, tanto no primeiro como neste segundo, na perspetiva do recorrente, o Supremo Tribunal de Justiça teria interpretado e aplicado com o sentido inconstitucional o segmento da norma do artigo 158.º do CPP, segundo o qual “*salvo o caso de incompetência do tribunal em razão do território, que deverá ser deduzida até ao início da audiência de julgamento em primeira instância*”, na medida em que viola o disposto nas normas do n.º 10 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 17.º da CRCV. Pois, para o recorrente, onde está escrito até ao início do julgamento, o STJ teria interpretado e aplicado como se estivesse escrito até antes do início do julgamento.

Acontece, porém, que a questão não teve o mesmo tratamento no Acórdão n.º 128/STJ/2022-23, que deu origem ao recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 08/2023 e no Acórdão n.º 137/2023, objeto do presente recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 09/2023.

Repare-se que tanto no primeiro como no segundo processo de fiscalização concreta da constitucionalidade a inconformação do recorrente se refere à alegada exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento. A diferença, porém, está na norma hipotética aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça. Enquanto que no recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 08/2023, a norma aplicada estaria

associada ao prazo em que a questão teria sido suscitada, no processo de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 09/2023, a norma hipotética aplicada pelo Acórdão n.º 137/2023 está relacionada com o entendimento de que a alegada exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento já tinha sido decidida e consolidada na ordem jurídica, como se pode ver pela seguinte transcrição do trecho pertinente do suprarreferido aresto:

“É que o concreto pronunciamento do STJ, por intermédio do Acórdão n.º 128/202, de 16 de dezembro de 2022, este proferido em sede de recurso da decisão que, sobre tal matéria, se pronunciou no início da audiência de discussão e julgamento (Recurso Ordinário n.º 35/2022), e que se mostra transitada em julgado, acarreta, como efeito processual, a preclusão da possibilidade de reapreciação da mesma questão, pois que sobre a mesma formou-se caso julgado formal.

No caso em apreço, o Tribunal da Relação de Barlavento tinha decidido, na fase inicial do julgamento (cf. decisão lavrada em ata a fls. 2539 e 2540), que era o tribunal competente, em razão do território, para proceder ao julgamento da causa, fundamentado o respetivo entendimento, pelo que lhe estava vedado, em sede de decisão final, voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, mesmo que para reafirmar tal competência.

Com efeito, tendo aquele tribunal proferido decisão no início do julgamento, na qual se reconhecia como, territorialmente, competente para julgar o pleito, a obediência àquele princípio do esgotamento do poder jurisdicional obstava a que pudesse voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, salvaguardada, claro está, a possibilidade de poder, sobre a mesma matéria, voltar a debruçar-se em decorrência de revogação da anterior decisão, por via de decisão recursória, o que não sucedera aquando da prolação do acórdão recorrido.

Nesse conspecto, é de se considerar que, nesse particular, está-se perante um vício, tendo incorrido o tribunal a quo em excesso de pronúncia, ao voltar a apreciar e decidir sobre a própria competência territorial, quando já o tinha feito na mesma fase processual, impondo-se, por conseguinte, se revogue aquele segmento do acórdão recorrido que aprecia da competência territorial do tribunal”.

Haveria identidade entre os dois processos se a exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento tivesse um tratamento idêntico na sua dimensão fáctica e enquadramento jurídico, o que não aconteceu.

Verifica-se, pois, que não existe similitude entre as duas situações que pudesse justificar a determinação da baixa do processo de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 9/2023, enquanto se aguarde o julgamento do recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 8/2023.

Não se materializando a identidade entre as duas situações, não se pode dar provimento à pretensão do recorrente.

2.6.1. Por outro lado, a aplicação subsidiária das disposições processuais civis só se justifica se houver lacuna na legislação sobre a tramitação de processos no Tribunal Constitucional. No caso em apreço, se se configurasse uma situação de identidade entre dois processos de fiscalização concreta da constitucionalidade aplicar-se-ia diretamente o disposto no artigo 72.º da LTC, segundo o qual, *admitido um pedido, quaisquer outros com objeto idêntico que venham a ser igualmente admitidos são incorporados no processo respeitante ao primeiro*. É certo que se trata de uma disposição sistematicamente inserida na seção respeitante a processos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade, mas isso não impede que seja aplicável ao processo de fiscalização concreta, uma vez que nos termos do artigo 75.º da LTC, o recurso ao processo civil, enquanto direito subsidiário só se justifica se não houver na LTC disposições pertinentes. Por conseguinte, desnecessário se mostra a aplicação do n.º 3 do artigo 243.º do CPC.

Sobre a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil aos processos constitucionais, seja a fiscalização concreta, seja o recurso de amparo constitucional, o Tribunal tem vindo a emitir entendimento segundo o qual *a tese da triangulação adotada aplica-se também ao recurso de amparo. Assim, de acordo com a orientação que se assentou, “naturalmente, isso não afasta a aplicação do Código de Processo Civil, até porque o próprio artigo 50º da LTC dispõe que “na falta de disposição especial, são aplicáveis aos processos regulados na presente lei as disposições do Código de Processo Civil”*. O legislador da Lei do Recurso de Amparo e Habeas Data, ciente e consciente da quase completude da regulação processual civil, aliás, paradigmática, no nosso ordenamento

jurídico, seguindo a tendência dos demais direitos adjetivos, remeteu para a sua aplicação subsidiária, sempre que essa lei se mostrar insuficiente ou lacunosa. Contudo, esse processo não é nem automático nem completo e muito menos incondicionado. Ademais, na remissão deve-se levar em devida conta, a natureza do recurso de amparo, os princípios que lhe são inerentes e os princípios gerais do direito, portanto a necessidade de manter a coerência entre a regulação do Código de Processo Civil e a essência e necessidades do processo constitucional, cabendo ao Tribunal Constitucional fazer essa arbitragem. Por conseguinte, primeiro, a aplicação do Código de Processo Civil depende de uma triangulação com esse outro diploma. É, desde logo, se não houver disposição especial da LTC que se pode recorrer ao Código de Processo Civil. Chega-se a Lei do Amparo e do Habeas Data, diploma ordinário, por meio da LTC, ao qual está associada ontologicamente. (cf. Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril de 2017, Rel.: JC Pina Delgado publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, I Série, n.º 27, 16 de maio, pp. 659-668). Acórdão n.º 24/2018, de 13 de novembro).

É, ainda, escusado fazer extrapolações espúrias de normas processuais penais para os processos constitucionais, como tem acontecido, e no caso em apreço através da invocação do disposto no artigo 163º do Código Processo Penal.

Contra uma certa tentativa de converter o Tribunal Constitucional num tribunal criminal e, por vezes, num super tribunal de revista em matéria penal, atribuindo-lhe, quando convém aos interessados, competências processuais penais que não resultam da lei, esta Corte tem reagido, recusando-se a assumir o estatuto ou a posição de um tribunal criminal comum e, ao mesmo tempo e com igual vigor, tem reafirmado que não tem competências processuais penais, designadamente, para aplicar, modificar ou declarar extintas medidas de coação, sem prejuízo da intervenção por via recursal. Essa posição firme e constante pode ser encontrada, por exemplo, nos seguintes arestos: Acórdão n.º 32/2022, de 04 de agosto (PSD v. CNE, sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE); Acórdão n.º 137/2023, 7 de agosto de 2023, (Autos de Amparo 30/2023, Gilson Alex dos Santos Vieira v. STJ, Inadmissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia), proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 30/2023) e o Acórdão n.º 180/2023, de 08 de dezembro, proferido nos Autos de Processo de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 09/2023, Amadeu

Fortes Oliveira v. STJ (Reclamação para o plenário do despacho do juiz conselheiro relator).

Improcede, pois, o pedido de adequação processual.

2.6.2. *Solicitação de documento/Reclamação nos Autos de Processo-Crime n.º 04/STJ/2016, vindo do Tribunal Judicial de Ribeira Grande- Santo Antão, tendo como reclamante o arguido Arlindo Teixeira que se encontra na posse do Supremo tribunal de Justiça;*

O recorrente pediu ao Tribunal Constitucional que solicitasse *documento/Reclamação nos Autos de Processo-Crime n.º 04/STJ/2016, mas tal pedido, por razões óbvias, não pode proceder.*

Desde logo, por se tratar de um pedido manifestamente impertinente no contexto destes autos cujo objeto deve limitar-se a apreciar as questões de inconstitucionalidade e ilegalidade, não se podendo fazer valer nesse tipo de processo qualquer outra pretensão, conforme o artigo 78.º da LTC. Por outro lado, não se consegue ver em que medida a solicitação e uma eventual junção daqueles autos teria qualquer relevância para a apreciação da constitucionalidade de normas reputadas de inconstitucionais alegadamente aplicadas numa decisão proferida no âmbito de um processo autónomo e que não mantém uma relação de causa e efeito com o processo em que o arguido Arlindo Teixeira foi julgado e condenado. Nos processos de fiscalização concreta da constitucionalidade como é o caso dos presentes autos, por regra, os recursos sobem nos próprios autos, podendo o tribunal extrair deles todos os elementos de ponderação que julgue pertinentes, sem prejuízo de o recorrente chamar a atenção do tribunal para outros que deles não constem. É claro que esse ónus pertence ao recorrente, não podendo este transmiti-lo ao Tribunal Constitucional.

Indefere-se, pois, o requerimento em que o recorrente pediu ao Tribunal Constitucional que solicitasse *documento/Reclamação nos Autos de Processo-Crime n.º 04/STJ/2016, vindo do Tribunal Judicial de Ribeira Grande-Santo Antão, tendo como reclamante o arguido Arlindo Teixeira que se encontra na posse do STJ.*

2.6.3. Esclarecimento de dúvidas referentes aos pressupostos de apreciação deste Recurso – n.ºs 2 e 3 do artigo 575.º do CPC.

Esse pedido de esclarecimento refere-se ao pressuposto especial expressamente previsto no n.º 2 do art.º 76.º da LTC.

Apesar de ser um pressuposto especial que resulta expressamente da Constituição e da lei que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, densificado e aplicado reiteradas vezes, nomeadamente pelos acórdãos INPS versus Presidente do STJ, Acórdão n.º 15/2017, de 27 de julho, INPS v. STJ; Arlindo Teixeira Versus STJ (Acórdão n.º 29/2019, Alex Saab versus STJ (Acórdão n.º 39/2021), entende o Tribunal Constitucional proceder ao esclarecimento solicitado nos seguintes termos:

“Trata-se, no fundo, de promover uma análise mais aprofundada do pressuposto enunciado no n.º 2 do artigo 76.º da LTC.

De acordo com o primeiro preceito legal aplicável, “Os recursos previstos nas al. b) e c) do n.º 1 do artigo 77º, só podem ser interpostos pela parte que haja suscitado a questão de inconstitucionalidade ou da ilegalidade de modo processualmente adequado perante o tribunal que proferiu a decisão recorrida, em termos de este estar obrigado a dela conhecer”, e, conforme o segundo dispositivo mencionado no parágrafo anterior, “Cabe recurso para o Tribunal Constitucional, das decisões dos tribunais que: (...) apliquem normas ou resoluções de conteúdo normativo individual e concreto cuja constitucionalidade haja sido suscitada durante o processo”.

O enunciado normativo contido neste preceito é característico do sistema de controlo de constitucionalidade adotado pelo legislador constitucional cabo-verdiano, na medida em que ele permite, além de impedir que o Tribunal Constitucional fique sobrelotado com processos e casos que perfeitamente poderiam ser solucionados pelos tribunais judiciais, que estes tribunais possam, de acordo com a prerrogativa e dever que têm nos termos constitucionais de não aplicarem normas contrárias à Lei Fundamental, afastar a aplicação de toda e qualquer norma que for inconstitucional. Daí a ratio desta norma que obriga que a parte que requer a inconstitucionalidade com base na al. b) do n.º 1 do

artigo 281.º da CRCV e na al. b), do n.º 1 do artigo 77.º da LTC tenha suscitado a inconstitucionalidade da norma durante o processo, para que, naturalmente, se dê aos tribunais judiciais a oportunidade de escrutinarem tais normas e eventualmente proceder à sua declaração de inconstitucionalidade. Por outro lado, assim fazendo, evita-se que o Tribunal Constitucional, na qualidade de instância de jurisdição especial, fique sobrecarregado com diversos casos que poderiam ser resolvidos pela jurisdição comum.

Mais do que isso, um terceiro objetivo está intimamente relacionado a esta norma, o de, considerando o contexto de utilização do recurso de fiscalização concreta, evitar que ele seja transformado num mero expediente dilatório que as partes lançam mão, já no prolongamento, somente para evitarem a produção de efeitos de uma decisão judicial tirada pelos órgãos judiciais, nomeadamente de topo.

Da norma aplicável resultam, no fundo, quatro exigências: primeiro, que o recorrente suscite a questão na pendência do processo; segundo, que a suscite perante o tribunal recorrido; terceiro, de tal sorte que este esteja legalmente habilitado a conhecê-la, nomeadamente por manter poder jurisdicional que lhe permita apreciar e decidir a questão colocada; quarto, que o faça de modo processualmente adequado, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento de exigências de tempo e de forma. Quando se refere que a questão deve ser suscitada na primeira oportunidade significa que sobre o recorrente impende o ónus de colocar a questão de inconstitucionalidade logo que tiver conhecimento de uma decisão que lhe diz respeito e na qual tenha sido aplicada norma que repute de inconstitucional, de tal sorte que o tribunal recorrido possa ainda conhecer da questão de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

3. Tentativa de alargamento do âmbito do recurso através das alegações finais escritas.

Na peça em que apresentou as suas alegações escritas, o recorrente inseriu certos pedidos, nomeadamente o de declaração de falsidade do Acórdão 17/2023, de 01 de março, prolatado pelo Tribunal Constitucional.

O recorrente sabe que o objeto de um recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade fixa-se com o requerimento de interposição de recurso, não podendo

ser ampliado com a peça de apresentação de alegações finais. Pois, as alegações escritas se destinam exclusivamente a apresentar as motivações do recurso.

Por outro lado, não se pode ignorar que, nos termos do artigo 78.º da LTC, o objeto fixado no requerimento de interposição de recurso é restrito a questões de inconstitucionalidade ou ilegalidade decorrente da aplicação ou desaplicação de normas, não se podendo fazer valer nesse tipo de processo qualquer outra pretensão.

O pedido de declaração de falsidade do Acórdão 17/2023, de 01 de março, prolatado pelo Tribunal Constitucional, além de ter sido formulado inadequadamente, mostra-se absolutamente inócuo para o caso em apreço, pelo que sequer se toma conhecimento do mesmo.

II. Fundamentação

1. Resolvidas as questões preliminares, é, pois, chegado o momento de apresentar as seguintes quatro questões essenciais suscitadas pelo recorrente e que o Tribunal deve responder:

1. Há vício de inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, de 12 de junho, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, por violação do n.º 1 do artigo 148.º, n.º 1 do artigo 124.º, ambos da CRCV, e, igualmente, da al. c) do artigo 135.º do Regimento da Assembleia Nacional, bem como do n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto dos Deputados;

2. Há vício de inconstitucionalidade da norma hipotética extraída do artigo 158.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência de julgamento, em vez de ser, simplesmente, até ao início da audiência, por configurar uma restrição do direito fundamental de ser julgado perante o juiz natural e da extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias proibidas pelos n.º 10 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 17.º da CRCV;

3. Há vício de inconstitucionalidade da norma hipotética aplicada pelo STJ no exato sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o

tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP em que o deputado responde perante um juiz singular, por configurar uma interpretação excessivamente restritiva do alcance e conteúdo da garantia constitucional ao foro/tribunal da segunda instância, enquanto garantia do deputado prevista no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, n.º 1 do artigo 12.º do Estatuto dos Deputados, violando também a al. h) do artigo 42.º em conjugação com o artigo 40.º da LOCFTJ;

4. Há vício de inconstitucionalidade da norma hipotética extraída do artigo 177.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de que o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, secundarizando e ignorando a prova documental que por força do n.º 1 do artigo 225.º do CPP, possui força probatória plena, como se a livre convicção do julgador tivesse maior força probatória do que documentos autênticos, por desconformidade com o direito fundamental à presunção de inocência do arguido previsto no n.º 1 do artigo 35.º da CRCV e com a proibição da restrição da extensão e conteúdo de normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias pela via interpretativa, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º da Constituição da República.

Todavia, o conhecimento do mérito das questões indicadas nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do parágrafo anterior depende da verificação dos pressupostos gerais e especiais: Competência; Legitimidade tempestividade e esgotamento das vias ordinárias de recurso. Pois, nos termos do n.º 4 do artigo 83.º da LTC, *“a decisão que admita o recurso ou lhe determine o efeito não vincula o Tribunal Constitucional e as partes só podem impugná-la nas suas alegações”*.

2.1. Competência

A competência do Tribunal para decidir questões constitucionais no âmbito de processo de fiscalização concreta da constitucionalidade é evidente.

Pois, a competência é-lhe atribuída primariamente pela própria *Lei Magna* que, por meio da al. b) do artigo 281.º, dispõe que *“cabe recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais que (...) apliquem normas ou resoluções de conteúdo normativo*

ou individual e concreto cuja inconstitucionalidade tenha sido suscitada no processo” e depois reiterada pela Lei sobre a sua organização, funcionamento e competência, por meio da sua al. b), n.º 1 do artigo 77.º, ao prever que “Cabe recurso para o Tribunal Constitucional, das decisões dos tribunais que: (...) b) Apliquem normas ou resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto cuja inconstitucionalidade haja sido suscitada durante o processo”.

2.2. Legitimidade:

Na qualidade de arguido condenado pela decisão recorrida e de titular de direito que viu a sua reclamação indeferida e com base na al. b), n.º 1 do artigo 76.º da LTC que diz que *“1. Podem recorrer para o Tribunal Constitucional: b) as pessoas que, de acordo com a lei reguladora do processo em que a decisão foi proferida, tenha legitimidade para dela interpor recurso*, não há dúvida que o recorrente tem legitimidade para interpor o presente recurso.

2.3. Tempestividade

Conforme o n.º 1 do art.º 81.º da LTC, *o prazo de interposição de recurso para o Tribunal constitucional é de dez dias.*

O Tribunal Constitucional tem contado o prazo para a interposição de recurso, aplicando-se, por força do artigo 75.º da LTC, as normas pertinentes do CPC. Assim sendo, tendo sido notificado do Acórdão n.º 138/2023, de 27 de junho, em 28 de junho de 2023, e depositado o requerimento de interposição de recurso, na Secretaria do STJ, no dia 07 de julho de 2023, considera-se tempestivo o presente recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade.

2.4 Esgotamento das vias ordinárias de recurso

Nos termos do número 2 do artigo 77 da Lei do Tribunal Constitucional é necessário assegurar o esgotamento das vias ordinárias de recurso estabelecidas na lei de processo em que foi proferida a decisão de que constam as normas cuja inconstitucionalidade o recorrente requer que o Tribunal declare.

O recorrente lançou mão de todos os meios ordinários que a lei de processo penal lhe permite, ou seja, depois de ter sido notificado do Acórdão n.º 137/2023, de 20 de junho, com a qual não se conformou, suscitou um incidente pós-decisório o qual foi indeferido pelo Acórdão n.º 138/2023, de 27 de junho, ambos proferidos pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e no âmbito dos autos de Recurso Crime n.º 3/2023. Termos em que se dá por verificado o pressuposto do esgotamento das vias ordinárias de recurso.

Consideram-se, pois, verificados todos os pressupostos gerais e especiais de admissibilidade deste recurso.

3. Condições de cognoscibilidade das questões de constitucionalidade suscitadas pelo recorrente

3.1. O passo seguinte é analisar se as condições de cognoscibilidade das questões de constitucionalidade se encontram também presentes, procedendo-se à verificação autónoma de cada uma delas para se saber se:

3.2. Foi indicada, nos termos do n.º 1 do artigo 82.º da LTC, uma norma, assente em enunciado deontico, real ou hipotético, uma prescrição de direito ou resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto cuja inconstitucionalidade o recorrente pretende que o Tribunal aprecie?

3.3. Indicou-se, nos termos do n.º 1 do artigo 82.º da LTC, parâmetro(s) constitucional (is) incompatíveis com as normas cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade pretende que o Tribunal Constitucional escrute?

3.4. Visto o disposto n.º 2 do artigo 76.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 77.º as *questões de inconstitucionalidade ou ilegalidade relativamente* a cada norma foram suscitadas em termos processualmente adequados, isto é, na primeira oportunidade processual que se colocou ao recorrente após a sua aplicação, de modo consistente e de forma a que os órgãos judiciais competentes pudessem delas reconhecer?

3.5. Tendo em conta o disposto na al. b) do n.º 1 do artigo 77.º da LTC, a resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto e as normas cuja

inconstitucionalidade e ilegalidade o recorrente pretende que o Tribunal aprecie, foram aplicadas pelo Tribunal recorrido como fundamento para a decisão impugnada?

3.6. As questões foram objeto de uma decisão do Tribunal Constitucional que pudesse determinar o seu desfecho por aplicação da sua jurisprudência antecipando o conhecimento do mérito; ou se não se mostram manifestamente infundadas, decorrentes da aplicação do artigo 86.º, parágrafo segundo, da LTC, e se da eventual decisão de inconstitucionalidade se possa produzir efeito útil sobre o acórdão recorrido, condição resultante do artigo 93.º desse mesmo diploma de processo constitucional.

3.2.1. Importa, agora, proceder à delimitação do objeto da presente ação de fiscalização concreta, ou seja, se o recorrente indicou, conforme o n.º 1 do artigo 82.º da LTC, uma norma, assente em enunciado deôntico, real ou hipotético, uma prescrição de direito, uma resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto, cuja inconstitucionalidade o recorrente pretende que o Tribunal aprecie. Pois, decorre da própria base utilizada pelo recorrente para suscitar a presente fiscalização de constitucionalidade, a al. b) do artigo 77.º da LTC, *“Cabe recurso para o Tribunal Constitucional, das decisões dos tribunais que: (...) Apliquem normas ou resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto (...)”*. Por conseguinte, como este Tribunal já havia considerado por meio do Acórdão nº 15/2017, de 27 de julho, INPS v. STJ, Rel.: JC Pina Delgado, *“tornou-se sempre importante em sede de fiscalização concreta (...) delimitar o objeto do recurso não só considerando os pedidos, como também os limites jurisdicionais que são colocados à Cúria Constitucional em termos de escrutínio no quadro do esquema gizado pelo legislador constituinte e desenvolvido pelo legislador ordinário.*

O recorrente no seu requerimento de interposição de recurso de fiscalização concreta suscita a fiscalização da:

a) Resolução n.º 03/X/2021, da Comissão Permanente, uma resolução de conteúdo individual e concreto cuja constitucionalidade submete ao escrutínio; b) Norma hipotética extraída do artigo 158º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência de julgamento;

c) Norma hipotética extraída do n.º 4 do artigo 170º da CRCV, aplicada pelo STJ no sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP em que o deputado responde perante um juiz singular; e

d) Norma hipotética extraída do artigo 177.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de que o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito.

São questões que têm natureza normativa, conforme os critérios suprarreferidos.

3.3. Indicou, nos termos do n.º 1 do artigo 82.º da Lei do Tribunal Constitucional, parâmetro(s) constitucional(is) incompatíveis com as normas cuja inconstitucionalidade ou ilegalidade pretende que o Tribunal Constitucional escrutine?

3.3.1. Em relação à Resolução 03/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, apresentou os seguintes parâmetros: as normas do n.º 1 do artigo 148º, n.º1 do artigo 124º, ambos da CRCV e, igualmente, enquanto parâmetro de legalidade, a al. c) do artigo 135º do Regimento da Assembleia Nacional, bem como do n.º 1 do artigo 12º do Estatuto dos Deputados.

3.3.2. Para a questão da norma hipotética extraída do artigo 158.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência de julgamento, apresenta como parâmetro de escrutínio constitucional as normas do n.º 10 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 17º da CRCV.

3.3.3. Em relação a norma hipotética extraída da alínea h) do artigo 42º da Lei sobre a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais, aplicada pelo STJ no sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP em que o deputado responde perante um juiz singular, apresentou como parâmetro constitucional o n.º 4 do artigo 170.º, n.º 2 do 17.º da CRCV.

3.3.4. Por último, no que respeita à norma hipotética extraída do artigo 177.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de que o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, logrou apresentar como parâmetro de escrutínio constitucional a norma do n.º 1 do artigo 35.º, n.º 2 do 17.º da CRCV e apresenta também como parâmetro de legalidade a norma do n.º 1 do artigo 225º do CPP.

3.4. Com base na aplicação conjugada do n.º 2 do artigo 76.º e da al. b) do n.º 1 do artigo 77.º da LTC, se a inconstitucionalidade de cada norma foi suscitada em termos processualmente adequados, isto é, na primeira oportunidade processual que se colocou ao recorrente após a sua aplicação, de modo consistente e de forma a que os órgãos judiciais competentes pudessem reconhecer a questão de inconstitucionalidade ou de ilegalidade de tal sorte a apreciá-la.

3.4.1. Relativamente à Resolução n.º 03/X/2012, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, das folhas 3614 a 3628, resulta que suscitou a apreciação da inconstitucionalidade da aplicação dessa resolução desde o momento em que apresentara uma reclamação para a Conferência contra o Despacho Individual, nos autos de recurso ordinário, rogando ao STJ *“que ao abrigo do disposto no n.º 1 e 3 do artigo 211º da CRCV (...) declare e reconheça como sendo inconstitucional e ilegal a autorização para a detenção do arguido fora de flagrante delito vertida na suposta Resolução n.º 03/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, por grosseira violação do Regime de Imunidade Parlamentar estatuído no n.º 3 do artigo 170º da CRCV em conjugação com o n.º 3 do artigo 11 do Estatuto dos Deputados ...”*. O STJ teve a oportunidade de se pronunciar sobre o mesmo em sede do Acórdão n.º 137/023, de 20 de julho de 2023, a folhas 3895 a 3899, tendo tido uma outra oportunidade de se pronunciar sobre o mesmo pedido no Acórdão n.º 138/023, a folhas 4078 a 4081, quando apreciou a reclamação em que foram suscitadas questões de nulidade e inconstitucionalidade do Acórdão n.º 137/2023.

3.4.2. Em relação à inconstitucionalidade da norma hipotética extraída do artigo 158.º do CPP e que na perspetiva do recorrente foi aplicada pelo STJ no exato sentido de que a exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação deveria ter sido suscitada até antes do início da audiência de julgamento, foi suscitada durante a pendência do processo no STJ. Este, como se confirma dos autos a folhas 3885 a 3888, pronunciou-se em última

instância através do Acórdão n.º 137/023, de 20 de julho de 2023, tomando posição no sentido de já estar esgotado o poder jurisdicional do Tribunal da Relação de Barlavento, visto que a mais alta instância dos tribunais comuns já havia decidido sobre a mesma questão através do Acórdão n.º 113/021, de 11 de novembro de 2021. Portanto, a exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento já tinha sido decidida e consolidada na ordem jurídica.

Assim sendo, considera-se que o recorrente suscitou a questão da inconstitucionalidade durante a pendência do processo, perante o tribunal recorrido, o qual teve a oportunidade de se pronunciar sobre a mesma.

3.4.3. Concernente a norma hipotética extraída do n.º 4 do artigo 170.º da CRCV e da alínea h) do artigo 42.º da Lei sobre a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais, aplicada pelo STJ no sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP em que o deputado responde perante um juiz singular; o recorrente suscitou a sua inconstitucionalidade na pendência do processo, através do seu requerimento de reclamação (a questão foi suscitada desde o momento em que recorreu para o STJ) para suprimimento de nulidade, a folhas 3960 a 3968, refere que “ *roga-se ao STJ que: (i) reconheça e declare nula a fase de instrução, incluindo primeiro interrogatório e os atos subsequentes, por adulteração da composição do Tribunal da Relação de Barlavento, reduzido a sua composição de 3 (três) para um único juiz, o que põe em causa o direito fundamental ao juiz nos termos do n.º 10 do Artigo 35º da Constituição, nº 2 e 3, do artigo 217.º, nº 4, do artigo 170.º, e 22.º ambos da CRCV, com densificação no artigo 11.º CPP* ”. Deste pedido o STJ teve a oportunidade de se pronunciar através do Acórdão nº 138/023, a folhas 4080 a 4081, antes disso o STJ já havia se pronunciado da mesma matéria no Acórdão nº 137/023, de 20 junho de 2023, a folhas 3888 a 3896.

3.4.4. Em último, o recorrente logrou suscitar durante a pendência do processo a questão de inconstitucionalidade da norma hipotética extraída do artigo 177.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de que o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, perante o STJ, o qual teve também a

oportunidade de se pronunciar, por via do Acórdão n.º 137/023, de junho de 2023, a folhas 3905 a 3911, dos presentes autos.

Nestes termos, dá-se por verificado o pressuposto de as questões de inconstitucionalidade terem sido suscitadas durante o processo, embora nem sempre de forma processualmente adequada. Pois, a técnica utilizada para apresentar as questões de inconstitucionalidade suscita dúvidas e incertezas se o recorrente quis impugnar condutas ou normas. Ainda assim, no limite, admite-se que as questões de inconstitucionalidade tenham sido colocadas de forma minimamente aceitável.

3.5. A Resolução e as normas indicadas pelo recorrente e cuja inconstitucionalidade e ilegalidade se pretende que o Tribunal Constitucional aprecie foram aplicadas como *ratio decidendi* no âmbito do Acórdão n.º 137/2023?

3.6. No seu requerimento de interposição do recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, o recorrente requer que o Tribunal Constitucional declare a inconstitucionalidade e a ilegalidade da Resolução 03/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, a qual, no seu entender viola, o n.º 1 do artigo 148.º, n.º1 do artigo 124.º, ambos da CRCV, al. c) do 135.º do Regimento da Assembleia Nacional e n.º 1 do artigo 12º do Estatutos dos Deputados, pressupondo, por conseguinte, que o acórdão recorrido tenha efetivamente aplicado a suprarreferida resolução.

Para tanto fundamentou o seu pedido nos seguintes termos:

I. A autorização para deter o deputado fora de flagrante delito, deveria ser deliberada pelo Plenário, composto pelos 72 deputados e não pela Comissão Permanente, composta por somente 9 deputados;

II. A autorização deveria ser deliberada por escrutínio secreto e não por voto declarado;

III. A autorização só ganharia eficácia jurídica depois de publicada no Boletim Oficial, e após decurso do prazo de “vocatio legis”, de 5 dias, o que não foi respeitado;

Porém, tanto a Procuradoria Geral, como o Tribunal de Relação de Barlavento, com o STJ tem optado por se esquivar de tais questões, omitindo uma apreciação e decisão.

Pelo acima exposto, no que se reporta a impugnação da dita Resolução nº 03/X/2021, este recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade e legalidade nº 9/TC/2023, possui como causa de pedir o seguinte:

a). A dita Resolução nº 03/X/2021, da Comissão Permanente é inválida/nula, por violação do nº 1 do artigo 148 da CRCV, posto que, naquela circunstância concreta, somente a Plenária da Assembleia Nacional, composta por 72 deputados, tinha competência constitucional para autorizar a detenção de qualquer deputado em pleno exercício de função, e não a Comissão Permanente que é composta por somente 9 deputados e só assume competência em substituição da Plenária, em caso de dissolução da Assembleia ou estando os demais deputados de férias, entre duas sessões legislativas, o que não era o caso;

b) A dita Resolução nº 03/X/2021, da Comissão Permanente é ilegal por violar a al. c) do artigo 135º do regimento da Assembleia Geral que estatui a exigência das deliberações da Assembleia Nacional sobre mandato e imunidade dos deputados sejam, obrigatória e necessariamente, deliberadas por escrutínio secreto, o que não aconteceu no caso concreto.

c) Mesmo na hipótese meramente acadêmica da dita Resolução nº 03/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional ser válida, mesmo assim, no dia 18 de julho de 2021, quando o recorrente foi detido fora de flagrante delito, essa Resolução padecia de ineficácia jurídica, posto que somente viria a ser publicada no dia 19 de julho de 2023 e só viria a produzir efeitos 5 dias depois, ou seja, no dia 25 de julho, o que violou a al. d) do nº 1 do artigo 269º da CRCV, em conjugação com o artigo 5º do Código Civil e nº 1 e 2 do artigo 4º da Lei nº87/VII/2011.

O arguido foi detido em todas as fases preliminares desde processo, ou seja, (i) instrução e (ii) ACP e despacho de pronúncia – tiveram por base essa ilegal e inconstitucional Resolução nº 03/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional que, supostamente terá autorizado a detenção do arguido na sua qualidade de deputado.

A comissão Permanente não possuía competência para o efeito, tendo em conta que, nos termos do nº 1 do artigo 148º da CRCV, essa Comissão Permanente que é um órgão de

substituição da Plenária dos 72 deputados, substituição essa que só pode ocorrer nos casos e termos estatuídos no nº1 do artigo 148º da CRCV.

Portanto, a Comissão Permanente não pode funcionar fora do quadro estatuído no nº 1 do artigo 148º da CRCV, ou seja, somente:

a). Durante o período em que se encontra dissolvida a Assembleia Nacional- o que não é o caso;

b). Nos intervalos das sessões legislativa, ou seja, durante as férias que se iniciam a 01 de agosto até 31 de setembro- o que não era o caso;

c). Nos demais casos e termos previstos na Constituição da República, o que não era o caso.

Ora, no dia 12 de julho de 2021, quando a Comissão Permanente aprovou a suposta Resolução nº 03/X/2021, não se verificava nenhuma das circunstâncias previstas no nº 1 do artigo 148º da CRCV, pelo que, não poderia exercer as faculdades e competência de substituição da Plenária.

Na verdade, nos termos do nº 5 do artigo 148º da CRVC, a Comissão Permanente, como órgão de substituição, assume todos poderes de soberania, incluindo: (i) Exercer os poderes relativamente ao mandato dos deputados; (ii) Autorizar o Presidente da República a se ausentar do país; (iii) Declarar estado de sítio ou de emergência; (iv) E até, declarar a guerra ou fazer paz.

Todavia, a Comissão Permanente só assume tais poderes de soberania quando e nas situações em que for legal e constitucional substituir a Plenária da Assembleia Nacional, o que não era o caso em que foi autorizada a detenção do arguido, por deliberação datada de 12 de julho de 2021, quando a Assembleia Nacional se encontrava em plena sessão legislativa que só terminaria no dia 31 de julho de 2021, antes das férias parlamentares.

Resulta assim evidente que, a 12 de julho de 2021, a Comissão Permanente terá usurpado os poderes soberanos da Plenária da Assembleia Nacional, em gritante violação do

disposto no nº1 do artigo 148º da CRCV, donde resulta a invalidade por inconstitucionalidade, não só da suposta Resolução nº 03/X/2021, como a invalidade de todos demais atos subsequentes, incluindo a invalidade de todo processo crime, tal como estatuído no nº 3 do artigo 3.º da CRCV, em conjugação com o artigo 154.º do CPP.

Desde o início da instrução do processo que a defesa do recorrente vem invocando tal violação da garantia constitucional da imunidade parlamentar, sem que nem a Procuradoria da República, nem o juiz de instrução, nem o juiz da ACP se dignassem tomar conhecimento, apreciar e decidir a respeito.

Na fase de julgamento, ao longo do interrogatório e declarações do arguido, o mesmo não se cansou de invocar tal violação, demorando longamente explicitando as várias nuances dessa violação, porém, igualmente, em vão. Em sede do Acórdão contraditório nº 28/TRB/2022 proferido pelo Tribunal da Relação de Barlavento, datado de 10 de novembro de 2022, essa instância judicial veio alegar que a autorização para se deter um deputado fora de flagrante delito poderia ser concedida, indiscriminadamente, tanto pelo Plenário ou pela Comissão Permanente desprezando o facto do nº1 do artigo 148º da CRCV estatuir de forma clara e precisa em que circunstância a Comissão Permanente podia substituir a Plenária.

O Tribunal da Relação de Barlavento tomou a opção de ignorar o disposto no nº 1 do artigo 148 da CRCV, e saltar diretamente para aplicar o nº 5 do mesmo artigo 148º da CRCV, todavia sem apresentar nenhuma justificação ou fundamento para tal procedimento, ou seja, simplesmente desprezou o nº1 do artigo 148º da CRCV, porque tinha poder para tanto, sem se sentir na necessidade de inventar falsos costumes contra constituicione, ou qualquer outro fundamento.

Daí que, em sede do recurso nº 03/STJ/2023, a defesa do arguido, nas suas alegações tenha invocado a violação da garantia constitucional de imunidade parlamentar e tenha requerido a declaração de nulidade da suposta Resolução nº 03/X/2021, da Comissão Permanente. “

3.6.1. Relativamente à questão sobre a Resolução nº 03/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, o Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º

137/2023, considerou que “*Relativamente a tal ponto da impugnação, pronunciou-se já, o Tribunal Constitucional, por intermédio do Acórdão n.º 17/2023, de 1 de março de 2023, proferido na sequência do recurso de fiscalização abstrata da referida Resolução da Assembleia n.º 03/2021 (...)*”.

Acrescenta, na sua parte decisória que: “*por se tratar de decisão do Tribunal Constitucional proferida em sede de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade e da Legalidade, a mesma tem força obrigatória geral, pelo que vincula todas as entidades, públicas e privadas, como, aliás, decorre de forma lúdima do disposto no art. 284.º da CRCV. Razão porque se abstém este Tribunal de, sobre tal matéria, se pronunciar, pois que a questão se mostra, já solucionada e consolidada no ordenamento jurídico*”.

Compulsado o Acórdão n.º 137/2023, ao qual o recorrente imputa ter aplicado como *ratio decidendi* a Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional cuja inconstitucionalidade, por razões suprarreferidas, pede que o Tribunal declare, sopesada a parte da fundamentação do STJ que diz respeito a essa impugnação, conclui-se, sem sombra de dúvidas, que o tribunal *a quo* não aplicou a referida resolução, essencialmente pelo facto de ter entendido que se tratava de uma matéria já decidida pelo *Tribunal Constitucional proferida em sede de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade e da Legalidade, a mesma tem força obrigatória geral, pelo que vincula todas as entidades, públicas e privadas, como, aliás, decorre de forma lúdima do disposto no art. 284.º da CRCV. Razão por que se abstém este Tribunal de, sobre tal matéria, se pronunciar, pois que a questão se mostra, já solucionada e consolidada no ordenamento jurídico*”.

Ainda que o recorrente tivesse logrado construir uma norma hipotética sobre esta questão, tal norma só poderia ter sido formulada nos seguintes termos:

O STJ, para decidir a questão de inconstitucionalidade relativamente à Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, aplicou uma norma com o exato sentido de que o disposto no artigo 284.º da CRCV não lhe permite pronunciar-se sobre uma questão de constitucionalidade que já tinha sido decidida com força obrigatória geral pelo Tribunal Constitucional.

Todavia, uma norma hipotética formulada nesses termos, não teria nada de inconstitucional, porque é exatamente esse o sentido que se extrai da norma prevista no artigo 284.º da CRCV, **Efeitos dos Acórdãos e dos Pareceres-:** *“1. Os Acórdãos do Tribunal Constitucional, que tenham por objeto a fiscalização da constitucionalidade ou ilegalidade, qualquer que tenha sido o processo em que hajam sido proferidos, têm força obrigatória geral. “*

Tivesse o recorrente formulado uma norma hipotética com o conteúdo normativo acima descrito, tal norma não padeceria de nenhuma inconstitucionalidade nem ilegalidade e, por conseguinte, a questão seria manifestamente infundada e inviável.

Não tendo logrado ultrapassar a barreira do pressuposto especial de a norma ter sido aplicada direta ou indiretamente como *ratio decidendi*, a questão sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade da Resolução n.º 3/X/2021, de 12 de julho da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, não pode ser apreciada no mérito.

3.6.2. Há vício de inconstitucionalidade da norma hipotética extraída do artigo 158.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de ser, simplesmente, até ao início da audiência, por configurar uma restrição do direito fundamental de ser julgado perante o juiz natural e da extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias proibidas pelos n.º 10 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 17.º da CRCV.

Essa questão foi suscitada pelo recorrente nos termos em que se passa a transcrever:

“Estando em causa 4 (quatro) crimes cometidos em espaços territoriais diferentes, verifica-se uma situação de conexão de processos (crimes) devendo ser competente o Tribunal onde tiver sido cometido o crime mais grave ou o maior número de crimes, que no caso, seria o Tribunal da Relação de Sotavento e não o Tribunal da Relação de Barlavento, conforme resulta disposto na al. b) do n.º 2 do artigo 41 do CPP;

Entretanto, o Tribunal da Relação de Barlavento assumiu-se como sendo tribunal competente, usurpando a competência do Tribunal da Relação de Sotavento, em franca

violação do disposto na al. b) do nº2 do artigo 41.º do CPP, que nada mais é do que a densificação do disposto no nº 10 do artigo 35.º da CRCV, que consagra o princípio e direito constitucional do recorrente ser julgado perante o juiz – natural da causa, para além de violar o direito a garantia análogo do recorrente ser julgado mediante processo justo e equitativo, conforme estatuído no nº 1 do artigo 22.º da CRCV;

Perante a violação de tais princípios e direito constitucional, a defesa do arguido, ao abrigo do disposto no artigo 158º do CPP, teve a iniciativa de, antes do início do julgamento, suscitar por requerimento escrito que deu entrada na secretaria Tribunal da Relação de Barlavento (cf. requerimento a fls. 2532 dos autos), a questão da incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento para julgar o arguido pelos quatro crimes;

Com efeito e, antes do início do julgamento, a Veneranda Juíza Presidente do Tribunal da Relação de Barlavento submeteu o referido requerimento da defesa à apreciação e decisão do coletivo de juízes, tendo em conta que, o mesmo foi interposto dentro do prazo legal, ou seja, antes do início da audiência de julgamento em primeira instância: -ver parte final do artigo 158º do CPP, em conjugação com o nº 1 do artigo 372º do CPP.

Torna-se necessário realçar que o facto de a letra do artigo 158º do CPP, referir expressamente que tal questão de incompetência territorial deveria ser suscitada até ao início de audiência de julgamento, tendo em atenção o disposto no nº1 do artigo 372º do CPP, o que significa que apenas poderia ser suscitada logo que o tribunal declarasse aberta a audiência de julgamento, mas antes do início do julgamento em si, mesmo assim e por cautela, a defesa do arguido deu entrada o requerimento cerca de uma hora antes do início da audiência de julgamento, como se prova pelo despacho da veneranda Juíza Presidente no rosto do requerimento a folhas 2532 dos autos, - Ver Despacho do lado direito da primeira página do requerimento através do qual se suscitou a questão da incompetência territorial do TRB;

Recorda-se que no dia 29 de agosto de 2022, o país estava em plena féria judicial, pelo que, os funcionários judiciais, quando deslocavam do edifício do Tribunal da Relação de Barlavento para o edifício do Palácio de Justiça traziam consigo os carimbos, com a data da entrega dos documentos e os respetivos números de entrada;

No caso do requerimento em questão foi recebido como documento nº 1 do dia 29 de agosto de 2022, tendo sido registrado no respectivo livro em uso na secretaria do Tribunal da Relação de Barlavento, ao abrigo do disposto no artigo 142º CPC;

Assim, a defesa ressalta o facto de quando a Veneranda Juíza Presidente abriu a audiência de julgamento, o requerimento suscitando a questão de incompetência territorial já estava a constar dos autos nas folhas 2532 a 2539, como se prova pela simples consulta dos autos.

Entretanto, logo na abertura da audiência, mas antes do início do julgamento, ao abrigo do disposto no artigo 372.º do CPP, tendo a Veneranda Juíza dado a palavra à defesa para efeito de invocação de quaisquer eventuais questões prévias que deveriam ser decididas antes do julgamento, então, a defesa, por cautela e por se tratar de uma questão que obstava ao conhecimento da causa, e determinava a suspensão do julgamento, conforme disposto no artigo 163.º do CPP, que autoriza somente a realização de atos urgentes que no caso não existia atos urgentes então a defesa voltou a insistir na questão da incompetência territorial, como forma de obstar a realização do julgamento, já que a questão já havia sido suscitada antes da abertura da audiência, por requerimento escrito, entregue em mão a Sra. oficial de justiça/escrivã de Direito-Maria da Conceição Ferreira- que tratou de dar conhecimento à Veneranda Juíza Presidente que depois de ler, despachou no sentido de juntar o requerimento aos autos, antes da abertura da audiência.

Ciente de que o requerimento já havia sido interposto, a Veneranda Juíza Presidente permitiu que a defesa ditasse para ata o mesmo conteúdo que já constava do requerimento, visando permitir ao MP exercer o contraditório, por forma ao tribunal estar em condições de tomar uma decisão no sentido de realizar o julgamento ou suspender o mesmo, caso o requerimento fosse deferido como tal previsto no artigo 163.º do CPP.

Com efeito, o tribunal era obrigado a pronunciar sobre esta questão, antes de iniciar o julgamento e a produção de prova, tal como estatuído no n.º 1 do artigo 372.º do CPP que reza o seguinte:

“1. Antes de começar a produção de prova, o tribunal conhecerá e decidirá as nulidades, exceções ou quaisquer questões prévias ou incidentais suscetíveis de obstar à apreciação do mérito da causa, acerca das quais não tenha ainda havido decisão e que possa desde logo apreciar”.

Só que o MP assumiu a posição de que o requerimento deveria ser indeferido, com a falsa alegação de que a questão da incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento já havia sido decidida pelo STJ através do Acórdão n.º 113/STJ/2021, logo no início do processo, quando sequer, nessa altura, existia um despacho de acusação.

Infelizmente, seguindo na esteira do MP, o Tribunal da Relação de Barlavento viria a indeferir o requerimento, o que deu causa para a defesa interpor o recurso n.º 35/STJ/2022, uma vez que a anterior decisão do STJ vertida no Acórdão n.º 113/STJ/2021, proferido logo no início do processo, não poderia ser aplicável numa fase posterior do processo, quando tanto a acusação como o despacho de pronúncia vieram imputar ao arguido mais dois crimes ambos supostamente cometidos na região de Sotavento, cidade da Praia, o que não só definiu o objeto do processo como definiu o Tribunal competente, à luz do disposto na al. b) do n.º do artigo 41º em conjugação do artigo 35.º todos do CPP.

Na verdade, através do Acórdão n.º 113/ STJ/2021, o STJ havia pronunciado somente sobre a questão da competência material relacionada com o suposto facto de o arguido ter agido ou não na qualidade de deputado, o que atribui competência material ao tribunal da relação e não sobre o facto relacionado com a localização territorial onde os supostos crimes possam ter sido cometidos, o que revela para a determinação da competência territorial, questão esta que só viria a ser suscitada depois da acusação e do despacho de pronúncia e não no início do processo.

Acontece que, caso as instâncias judiciais considerassem que o arguido agiu como defensor oficioso do Sr. Arlindo Teixeira, o tribunal competente seria o Tribunal Judicial da Comarca de Primeira Instância da Praia. Porém, equivocadamente, essas instâncias judiciais consideraram, falaciosamente, que o arguido terá agido como deputado pelo que, acabaram por considerar que o tribunal competente deveria ser o Tribunal da Relação de Barlavento, posto que, os deputados, quando cometem eventuais crimes em

exercício e por causa dessas funções de deputado, devem ser responsabilizados perante os tribunais de segunda instância, no caso o tribunal da relação, nos termos do n.º 4 do artigo 170º da CRCV.

Então, logo no início do processo a questão de competência material foi colocada pela defesa do arguido, tendo o STJ pronunciado, mas não de forma definitiva, no sentido de considerar que haviam indícios de que o arguido teria agido como deputado e, portanto, o STJ considerou que, pelo menos naquela fase era de se considerar que o Tribunal da Relação de Barlavento seria materialmente competente para tramitar o processo, e não o Tribunal Judicial da Primeira Instância da Comarca de São Vicente.

Todavia, questão diferente e que até então nunca tinha sido suscitada é a questão da competência territorial, contrapondo o Tribunal da Relação de Barlavento ao Tribunal da Relação de Sotavento que não foi objeto de decisão do Acórdão n.º 113/2021.

Em termos de competência territorial, mesmo na hipótese de se considerar que o arguido terá agido como deputado, mesmo assim, o tribunal da relação competente para julgar o arguido teria sido o Tribunal da Relação de Sotavento e nunca o Tribunal da Relação de Barlavento, posto que a maioria dos supostos crimes de que o arguido foi pronunciado terão sido cometidos na região de Sotavento, mais precisamente, na cidade da Praia, pelo que, mesmo nessa falsa hipótese de atuação na qualidade de deputado, a competência seria do Tribunal da Relação de Sotavento e não o de Barlavento.

Tendo em conta que, inicialmente, o arguido estava indiciado de um suposto crime, por factos ocorridos na Cidade de Mindelo, Ilha de São Vicente, as regras de competência estatuídas na al. a) do n.º 2 do artigo 41.º do CPP, ditavam que o Tribunal da Relação de Barlavento seria o Tribunal competente, por ser São Vicente o local do suposto crime mais grave, cuja pena seria de até 8 anos de prisão.

Daí que, depois de detido, a 18 de julho de 2021, arguido tenha sido apresentado perante o Tribunal da Relação de Barlavento, com sede na Ilha de São Vicente, para efeitos de legalização da prisão e posterior instrução do processo crime.

Sucedde, contudo, que na fase de acusação, o MP viria a acrescentar mais um crime, desta feita o crime de perturbação ou coação de órgão constitucional- STJ, supostamente cometido na Cidade da Praia, para na fase seguinte da pronúncia, Venerando juiz de ACP viria a acrescentar mais um outro crime de ofensa à pessoa coletiva supostamente cometido também na Cidade da Praia, o que alterou a competência do Tribunal, passando a ser competente o Tribunal da Relação de Sotavento, tendo em conta que, nos termos do despacho de pronúncia, não só o crime mais grave (Perturbação ou Coação de Órgão de Sotavento) como a maioria dos supostos crimes (3 crimes entre 4) foram cometidos na Região de Sotavento.

Tendo o Tribunal da Relação de Barlavento agendado o início do julgamento para o dia 29 de agosto de 2023, a defesa do arguido, ora recorrente, antes do início do julgamento, entendeu por bem suscitar o incidente de exceção por incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento para julgar todos crimes de que o arguido está pronunciado, cuja maioria dos crimes em tela constante da pronúncia foram supostamente cometidos na região de Sotavento e não na região de Barlavento.

Perante o indeferimento de dito requerimento pelo Tribunal da Relação de Barlavento, a defesa do arguido, não se conformando com essa decisão, tratou de interpor o competente recurso para o STJ.

Refere-se que a interposição do recurso foi aceite pelo Tribunal da Relação de Barlavento que mandou o recurso subir para o STJ, imediatamente, em separado, sendo certo que o objeto do recurso a ser decidido pelo STJ era somente referente aos fundamentos e não sobre a tempestividade do requerimento já que todos os intervenientes processuais, todos eram e são da posição de que o requerimento tinha sido interposto dentro do prazo legal, pelo que, a questão da tempestividade da interposição do requerimento referente ao incidente de exceção por incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento- nunca foi colocada.

Aliás nunca o STJ poderia invocar a falsa questão da extemporaneidade, porque aquela seria a quarta vez que a defesa do arguido estava invocando a mesma questão, como o próprio STJ viria a reconhecer nas páginas 90 a 93 do Acórdão n.º 37/STJ/2023, ora em crise.

O referido recurso foi admitido no STJ e ficou registado sob o n.º 35/STJ/2022 desde setembro de 2022.

Uma vez suscitada a questão da incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento, nos termos do artigo 163.º do CPP, o julgamento não deveria ter sido efetuado, nem a decisão condenatória deveria ter sido proferida, posto que o Tribunal da Relação de Barlavento ficou autorizado a praticar somente atos urgentes que não violassem as garantias de defesa do arguido, uma vez que, por mais urgente que fosse a necessidade de julgar e condenar o arguido a 7 anos de prisão, essa suposta necessidade de celeridade processual não podia beliscar e violar a garantia do juiz natural estatuído no n.º 10 do artigo 35 da CRCV, sob pena de violação da garantia constitucional estatuída no n.º 1 do artigo 35.º da mesma CRCV, que prioriza e dá primazia às garantias de defesa, sobre a necessidade de celeridade processual.

Entretanto, em vez de suster o julgamento, o Tribunal da Relação de Barlavento prosseguiu com o julgamento e até foi ao ponto de condenar o arguido a 7 anos de prisão, sem que aguardasse a decisão final do STJ sobre a questão da incompetência territorial, o que altera e adultera o que se poderia considerar um processo justo e equitativo tal como estatuído no n.º 1 do artigo 22º da CRCV.

Entretanto, tendo o Tribunal da Relação de Barlavento realizado igualmente o julgamento, veio agora, em sede da decisão final autodeclarar-se competente, sem aguardar a decisão do Recurso nº 35/STJ/202, alegando que se reconhece como competente porque o arguido foi absolvido dos dois crimes que eram da competência do Tribunal da Relação de Sotavento e que, portanto, com a absolvição do arguido desses dois referidos crimes, agora é de se reconhecer a competência do tribunal da Relação de Barlavento – o que não é aceitável, posto que, a competência do tribunal é aferida e fixada quando a acusação ou o despacho de pronúncia é remetida ao tribunal de julgamento e não em função das eventuais absolvições finais.

Aliás, tanto que a competência, depois de fixada, em função dos crimes constantes de despacho de pronúncia al. b) do n.º 2 do artigo 41.º do CPP, já não pode ser mais alterada nas decisões posteriores, incluindo, já não pode ser alterada na decisão final que o legislador teve o cuidado de estatuir na al. b) do artigo 44 do CPP que: a competência

determinada pela conexão, nos termos dos artigos antecedentes, manter-se-á ainda que seja proferida sentença absolutória relativamente a qualquer dos crimes abrangidos pela conexão.

Com efeito, o arguido viria a ser notificado, no dia 29 de novembro de 2022, do acórdão do Tribunal da Relação de Barlavento, através do qual o mesmo foi condenado a 7 anos de prisão, quando ainda o STJ não tinha decidido a questão da incompetência que deveria ter sido decidida antes da condenação, posto que somente a 16 de dezembro de 2022, é que o STJ viria a proferir o Acórdão n.º 128/STJ/2022-23, incidindo sobre a questão da incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento, acórdão este que não produziu efeitos, nem transitou em julgado por ter sido alvo de um pedido de aclaração e suprimimento de invalidade/nulidade.

A defesa do arguido, ao ler o conteúdo do Acórdão n.º 128/STJ/2022, ficou negativamente surpreendida pela ambiguidade criada, sendo evidente que o STJ laborou em erro material, tendo sido induzido em erro pelo lapso de o Tribunal da Relação de Barlavento que não remeteu nem informou o STJ que a defesa do arguido tinha apresentado um requerimento escrito, antes da abertura da audiência suscitado a questão da incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento, como ficou a constar das folhas 2532 a 2539 dos autos, posto que:

I. Por um lado, nas páginas 5 até ao primeiro parágrafo da página 8, o STJ veio reconhecer razão aos fundamentos apresentados pela defesa no sentido de se declarar o Tribunal da Relação de Barlavento como sendo incompetente para julgar o arguido, reconhecendo que não merecia provimento o falacioso argumento de que a questão da incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento já teria ficado ultrapassada na fase de instrução pelo Acórdão n.º 113/STJ/2021, declarando que esse anterior acórdão do STJ só teve aplicabilidade durante a fase de instrução, mas não era aplicável na fase de julgamento, ou seja, neste aspeto, reconheceu razão à defesa e rejeitou as teses defendidas tanto pelo Tribunal da Relação de Barlavento como pelo MP.

II. Todavia, por outro lado, das páginas 8 até a página 10 do Acórdão n.º 128/STJ/2022-23, o STJ veio alegar que, pese embora reconheça razão aos fundamentos da defesa, no entanto, declarou, para surpresa geral de todos os intervenientes processuais, que o

requerimento da defesa suscitando a questão da incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento deveria ter sido interposto antes do início da audiência de julgamento e não no início da audiência.

Ora, quanto a este ponto, vale insistir que houve um equívoco da parte do STJ (Acórdão nº 128/STJ/2022-23) no que tange ao momento em que foi apresentado o requerimento do incidente de exceção de incompetência do Tribunal da Relação de Barlavento suscitado pela defesa do arguido, uma vez que, conforme já foi dito supra, a defesa do arguido deu entrada o requerimento cerca de uma hora antes do início da audiência de julgamento, ou seja, a oficial de justiça/Escrivã de Direito recebeu o referido requerimento por volta das 8h e 15 mn, tendo sido concluído à Veneranda Juíza Presidente, antes da entrada do coletivo na sala de audiência, tendo esta despachado logo de imediato no sentido de o requerimento ser junto aos autos, pelo que, o mesmo foi dado entrada dentro do prazo legal.

Portanto, não corresponde a verdade que a defesa do arguido somente viria a suscitar a questão após o início da audiência como se quer fazer crer, posto que antes do início da audiência, e antes de o Tribunal da Relação de Barlavento dar início ao julgamento, a defesa do arguido deu entrada na secretaria do Tribunal da Relação de Barlavento o referido requerimento (cf. requerimento a fls. 2532 dos autos).

Aliás, nunca o STJ poderia invocar a falsa questão da extemporaneidade, porque aquela seria a quarta vez que a defesa do arguido estava invocando a mesma questão, como o próprio STJ viria a reconhecer nas páginas 90 a 93 do Acórdão nº 137/STJ/2023, ora em crise.

Sendo assim, fica provado que a questão foi suscitada dentro do prazo legal, como questão prévia, antes do tribunal praticar qualquer ato processual daquele julgamento o que está conforme com o disposto no artigo 158.º e artigo 372 do CPP, em conjugação com o nº 10 do artigo 35.º CRCV.

Todavia, a defesa acha ser pertinente ressaltar que mesmo se tivesse limitado a ditar para a ata, como questão prévia, logo a seguir a abertura da audiência, mas antes do início do julgamento propriamente dito, ou seja, antes de começar o interrogatório e

audição do arguido, mesmo se fosse esse o caso, mesmo assim a defesa teria observado o disposto no artigo 158.º e artigo 372.º do CPP, que estatui como limite temporal até ao início da audiência do julgamento e não até antes do início da audiência.

Ou seja, o STJ quer fazer uma interpretação do disposto no artigo 158º do CPP, como se existisse um adverbio temporal a indicar como prazo antes do início, ignorando o artigo 372º CPP, quando a letra da lei refere tão somente até ao início, o que significa antes de se iniciar a audiência dos sujeitos, tal como estatuído no nº1 do 372º do CPP.

Ora, essa nova interpretação do disposto no artigo 158º do CPP, que o STJ quer fazer de modo a extrair uma norma que diminui e restringe o direito fundamental e princípio constitucional do arguido a ser julgado perante o juiz tribunal natural da causa, como consagrado no nº 10 do artigo 35º das CRCV, querendo restringir o momento até ao qual se pode suscitar a incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento, é de molde a violar o disposto no nº2 do artigo 17º da CRCV.

Não se pode olvidar que nenhum tribunal pode restringir ou diminuir o alcance das normas constitucionais referentes a um direito e de uma garantia fundamental como é o do juiz natural, pela via da interpretação, sendo admissíveis interpretações extensivas, mas nunca, em caso algum, interpretações restritivas dos direitos fundamentais.

Discordando do conteúdo e decisão vertida no Acórdão nº 128/STJ/2022, que visou restringir o alcance da norma constitucional, a defesa do recorrente tratou de rogar ao STJ que declarasse algumas obscuridades e ambiguidades patentes no aludido Acórdão nº 128/STJ/2022, bem como rogando que fosse suprimida a manifesta nulidade / invalidade por inconstitucionalidade resultante da violação do direito fundamental ao juiz natural da causa, o que foi feito por requerimento entregue no STJ no dia 20 de dezembro de 2022.”

O STJ apreciou a questão relativamente à exceção de inconstitucionalidade territorial do Tribunal da Relação de Barlavento, tendo fundamentado a sua decisão nos seguintes termos:

“o arguido suscitou tal questão em sede de instrução, tendo o juiz a quo entendido ser aquele Tribunal da Relação de Barlavento o competente, aduzindo, para tanto, os fundamentos vertidos no despacho de aplicação da medida de coação; inconformado, recorreu da referida decisão para este STJ, que por intermédio do Acórdão n.º 113/021, de 11 de novembro de 2021, julgou aquele tribunal como o territorialmente competente para a prática dos atos jurisdicionais daquela fase investigatória.

Em sede de audiência contraditória preliminar, a defesa do arguido voltou a arguir tal exceção, o que mereceu novo pronunciamento do juiz com competência instrutória que, no despacho de pronúncia, e ao debruçar-se, especificamente, sobre tal questão, considerou que a Relação de Barlavento seria o tribunal competente, em razão do território, para proceder ao julgamento do caso; tal despacho de pronúncia, como consta do processo.

Recebido o processo no tribunal para julgamento, a Juíza Presidente do Coletivo, no despacho de saneamento do processo e que marcou a data do julgamento, proferido nos termos do artigo 338.º do CPP, considerou ser aquele tribunal absolutamente competente (cf. despacho de fls. 2422 e 2422 vso).

O arguido foi notificado deste despacho, não tendo impugnado a questão da competência. Na data designada para a realização do julgamento, declarada aberta a audiência, a defesa voltou a arguir a competência territorial do referido tribunal, o que mereceu pronunciamento da Juíza que presidia a audiência, considerando que aquela questão já se mostrava resolvida e ultrapassada, com os fundamentos vertidos no despacho proferido em ata. Inconformado contra tal decisão, o arguido interpôs recurso interlocutório (Recurso Ordinário n.º 35/021), sendo que este STJ, chamado, a pronunciar-se sobre tal questão, através do Acórdão n.º 128/022, de 16 de dezembro de 2022, decidiu pela manutenção da competência no Tribunal da Relação de Barlavento, com os fundamentos que, sintetizadamente, se transcreve: “... é de se concluir que a questão da incompetência territorial veio a ser suscitada após ter sido declarada aberta a audiência, pelo que intempestivamente. Destarte, se bem que por razões distintas, se impunha indeferir a pretensão da defesa, de ver, já após a abertura da audiência, declarada a incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento”.

Posteriormente, notificado do acórdão final daquele Tribunal da Relação, (Acórdão n.º 28/022-023) e que decidiu, dentre outras questões, sobre a competência territorial do referido tribunal, mais uma vez o reafirmando, veio o arguido impugnar tal decisão (...).

No caso vertente, o recorrente vem impugnar o segmento do acórdão recorrido que reapreciou e voltou a considerar aquele Tribunal da Relação de Barlavento o territorialmente competente para, em primeira instância, efetivar o julgamento do caso.

E ao analisar-se tal ponto da impugnação interpõe-se desde logo, uma primeira questão, a que urge solucionar, e que se reconduz a saber-se se, ante a decisão, anteriormente, proferida pelo tribunal a quo, em sede de julgamento e consignada em ata, a fls. 2539 e 2540, na qual, com os fundamentos aí vertidos, arrogava-se, na linha das anteriores decisões, territorialmente competente para proceder o julgamento da causa, poderia o mesmo tribunal, desta feita, em sede de decisão final, voltar a apreciar a mesma questão. E pensamos que não pela seguinte ordem de razões:

No nosso sistema processual penal mostra-se consagrado o princípio do esgotamento do poder jurisdicional, em decorrência do qual vem estatuído nos n.ºs 1 e 5 do artigo 408.º do CPP que, uma vez proferida (o) a sentença ou o despacho judicial fica, imediatamente, esgotado o poder do juiz relativamente à matéria da causa, salvaguardando-se desse exaurimento apenas aquelas situações elencadas no n.º2 do referido preceito normativo e aquelas constantes do subsequente artigo 410º.

No caso em apreço, o Tribunal da Relação de Barlavento tinha decidido, na fase inicial do julgamento (cf. decisão lavrada em ata a fls.2539 e 2540), que era o tribunal competente, em razão do território, para proceder ao julgamento da causa, fundamentado o respetivo entendimento, pelo que lhe estava vedado, em sede de decisão final, voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, mesmo que para reafirmar tal competência.

Com efeito, tendo aquele tribunal proferido decisão no início do julgamento, na qual se reconhecia como, territorialmente, competente para julgar o pleito, a obediência aquele princípio do esgotamento do poder jurisdicional obstava a que pudesse voltar a pronunciar-se sobre a mesma matéria, voltar a debruçar-se em decorrência de

revogação da anterior decisão, por via de decisão recursória, o que não sucedera aquando da prolação do acórdão recorrido.

Nesse conspecto, é de se considerar que, nesse particular, está-se perante um vício, tendo incorrido o tribunal a quo em excesso de pronúncia, ao voltar a apreciar e decidir sobre a própria competência territorial, quando já o tinha feito na mesma fase processual, impondo-se, por conseguinte, se revogue aquele segmento do acórdão recorrido que aprecie da competência territorial do tribunal.

Mas mais, com relação a questão concreta da competência territorial, esta instância judicial se pronunciou no Acórdão n.º 128/2022, de 16 de dezembro de 2022, e que versou sobre aquela decisão do Tribunal da Relação de Barlavento proferida logo após abertura da audiência de discussão e julgamento, pelo que não será o facto da instância recorrida ter voltado a apreciar tal questão, indevidamente, aliás, que terá o condão de fazer renascer a oportunidade e tempestividade para apreciação da mesma questão, também, aqui, por se mostrar esgotado o poder jurisdicional sobre tal matéria (art. 408.º, n.º1 do CPP).

É que o concreto pronunciamento do STJ, por intermédio do Acórdão n.º 128/2022, de 16 de dezembro de 2022, esse proferido em sede de recurso da decisão que, sobre tal matéria, se pronunciou no início da audiência de discussão e julgamento (Recurso Ordinário n.º 35/2022), e que se mostra transitada em julgado, acarreta, como efeito processual, a preclusão da possibilidade de reapreciação da mesma questão, pois que sobre a mesma formou-se caso julgado formal. No caso vertente, tendo havido decisão deste STJ que, em sede de recurso de decisão proferida na fase de julgamento, se pronunciou acerca da exceção da competência territorial da Relação de Barlavento, é de se considerar que tal questão se mostra decidida e consolidada no processo, por conseguinte, ficando vedado a esta instância de poder voltar a pronunciar-se sobre a mesma, em respeito pelo supra referido princípio do esgotamento do poder jurisdicional e do respeito do caso julgado formal, apanágios dos princípios da segurança e da certeza jurídicas.

3.6.2.1. Confrontando a transcrição integral das extensas alegações do recorrente com a fundamentação do acórdão recorrido no que se refere à questão de exceção de

incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento facilmente se conclui que o impetrante do presente recurso se equivocou quando atribuiu ao STJ ter aplicado a norma hipotética em apreço.

Contrariamente às alegações e pretensões do recorrente, em momento algum se aplicou na decisão recorrida a norma do artigo 158.º do CPP, menos ainda com o sentido que lhe atribui o recorrente.

O que se pode extrair do acórdão n.º 137/2023, na parte que diz respeito à questão sobre a exceção de incompetência territorial do Tribunal da Relação de Barlavento é que, tendo essa questão sido decidida pelo Egrégio STJ, através do *Acórdão nº 128/2022, de 16 de dezembro, o qual se mostra transitada em julgado, acarreta, como efeito processual, a preclusão da possibilidade de reapreciação da mesma questão, pois que sobre a mesma formou-se caso julgado formal. No caso vertente, tendo havido decisão deste STJ que, em sede de recurso de decisão proferida na fase de julgamento, se pronunciou acerca da exceção da competência territorial da Relação de Barlavento, é de se considerar que tal questão se mostra decidida e consolidada no processo, por conseguinte, ficando vedado a esta instância de poder voltar a pronunciar-se sobre a mesma, em respeito pelo supra referido princípio do esgotamento do poder jurisdicional e do respeito do caso julgado formal, apanágios dos princípios da segurança e da certeza jurídicas.*

Invocando o respeito pelo princípio do esgotamento do poder jurisdicional e do caso julgado formal, o STJ entendeu que não deveria voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, como, de resto, não o fez, tendo-se limitado a considerar que “ *nesse conspecto, é de se considerar que, nesse particular, está-se perante um vício, tendo incorrido o tribunal a quo em excesso de pronúncia, ao voltar a apreciar e decidir sobre a própria competência territorial, quando já o tinha feito na mesma fase processual, impondo-se, por conseguinte, se revogue aquele segmento do acórdão recorrido que aprecie da competência territorial do tribunal.*

Portanto, o Acórdão n.º137/2023, prolatado pelo Egrégio STJ, não aplicou a norma hipotética extraída do artigo 158.º do CPP e que segundo recorrente teria sido aplicada pelo STJ no exato sentido de o incidente de incompetência territorial dever ser suscitado até antes do início da audiência do julgamento, em vez de ser, simplesmente, até ao início

da audiência, por configurar uma restrição do direito fundamental de ser julgado perante o juiz natural e da extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias proibidas pelos n.º 10 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 17.º da CRCV.

Assim sendo, essa questão não pode ser conhecida no mérito.

3.6.3. A norma hipotética extraída da alínea h) do artigo 42.º da LOCFTJ – Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP em que o deputado responde perante um juiz singular, apesar de a construção da norma hipotética não traduzir de forma a mais fiel possível a norma com o sentido real que o STJ utilizou para considerar improcedente a alegação de que teria havido adulteração da composição do Tribunal da Relação de Barlavento e a consequente redução de três juízes para um só, o sentido da norma construída pelo recorrente, grosso modo, corresponde o sentido com que foi aplicada a norma da al. h) do artigo 42.º da LOFCTJ.

Para fundamentar o pedido de declaração de inconstitucionalidade dessa norma hipotética que o tribunal recorrido teria aplicado, o recorrente aduziu a argumentação que ora se reproduz:

“Outra razão da nulidade insanável de todo o processo é a audição do arguido no âmbito da audiência de primeiro interrogatório de arguido detido, ocorrido no dia 19.07.2021 para efeitos de legalização da detenção e aplicação da medida de coação prisão preventiva por um único Juiz;

Alteração do número de Juízes – Composição do Tribunal da Relação de Barlavento, bem como a realização da ACP.

Estatui a al. h) do artigo 42.º da LOCFTJ – Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, em conjugação com o artigo 40.º da mesma

LOCFTJ, o tribunal da relação deve funcionar sempre em conferência de 3 (três) Juízes Desembargadores;

Só que, no caso concreto deste processo crime, adulterando a composição legal do tribunal, o Dr. Simão Santos, resolveu apoderar-se sozinho do processo, violando, assim, o número de Juízes que deveriam constituir o tribunal da relação, o que constitui uma nulidade insanável estatuída na al. a) do artigo 151.º do CPP, tanto na fase de instrução como na fase da ACP e despacho de pronúncia.

Ao constatar essa adulteração da composição do Tribunal da Relação de Barlavento, restringindo a composição do tribunal de 3 (três) para um único Juiz, a defesa do arguido tratou logo de invocar tal nulidade, mas, o Venerando Juiz Dr. Simão Santos recusou reconhecer a aludida nulidade, no âmbito do seu despacho individual datado de 31 de julho de 2021, através do qual indeferiu a reclamação para a conferência que havia sido interposto pela defesa, alegando que possuía outra interpretação, segundo a qual, nas fases iniciais de Instrução e ACP, o Tribunal da Relação deve funcionar somente com um único Juiz, quando é de todos sabido que, em matéria de direitos, imunidade e garantias constitucionais, atribuídos aos deputados em exercício de funções, como era o caso, o n.º 2 do artigo 17.º da CRCV, não permite a restrição de garantias constitucionais pela via da Interpretação;

Posicionamento do MP em casos semelhantes

É necessário destacar que, no que se reporta à composição e funcionamento da Seção Criminal do STJ, a Procuradoria Geral da República, no parecer que emitiu no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional N.º 01/TC/2020, de 10 de janeiro de 2020, assumiu a seguinte posição:

Início da Citação

“4 – Ora, o Supremo Tribunal de Justiça funciona e decide em Plenário e em secções, sendo estes constituídos por três juízes, conforme resulta do artigo 29º da Lei 88/VII/2011, de 14 de fevereiro alterado pela Lei nº 59/IX/2019 de 29 de julho, que define a organização, a competência e o funcionamento dos tribunais judiciais”.

“5 – Afigura-se que um requerimento a ser apreciado em sede de recurso penal que tramita na secção criminal do STJ, não sendo de mero expediente, ainda que apreciado como incidente, deva ser decidido pelo coletivo de juízes da seção e não apenas pelo relator”.

Fim da Citação.

Ora, este posicionamento do MP em relação ao STJ, também deve ser observado no que se reporta ao Tribunal da Relação, por identidade de razões. É que tanto o STJ como o Tribunal da Relação de Barlavento só podem funcionar em conferência ou audiência de 3 juízes, por serem tribunais coletivos, funcionando por seções compostas por 3 juízes.

*Tendo, a defesa logo na fase inicial deste processo, invocado em sede da reclamação para a conferência, datada de 23 de julho de 2021, e subseqüente alegações de recurso, a violação do direito fundamental ao Juiz-Tribunal Natural da Causa, estatuído no n.º 10 do artigo 35.º da CRCV, por violação da composição e número de juízes, desde o início da instrução, mesmo assim, o STJ não revogou o despacho unilateral, tendo optado por manter essa inconstitucionalidade, donde resulta a **nulidade insanável** prevista na al. a) do artigo 151º do CPP e **a invalidade** estatuída no n.º 3 do artigo 3º da CRCV, por se verificar uma diminuição do número de juízes. – Ver páginas 18 a 24 do Acórdão n.º 113/STJ/2021, de 11 de novembro de 2021.*

Violação do n.º 2 do artigo 17.º da CRCV- Interpretação Restritiva.

*Essa questão da adulteração da composição e funcionamento do Tribunal da Relação que deve funcionar em conferência ou audiência sempre com 3 juízes e nunca com um único Juiz, vem sendo suscitada pela defesa desde os primórdios deste processo. Todavia, tanto o Tribunal da Relação de Barlavento como o STJ vem defendendo que se deve fazer uma “interpretação restritiva” tanto do disposto n.º 4 do artigo 170º da CRCV, como no disposto nos artigos 40.º e 42.º al. l) da LOCFTJ de modo a extrair uma norma inconstitucional, segundo a qual, deve-se entender que na fase de Instrução e da ACP dos processos crimes relacionados com titulares de cargos políticos, o tribunal de relação deve funcionar somente com **um único Juiz singular** e não com o coletivo de 3 Juízes, interpretação essa que viola o espírito do n.º 4 do artigo 170º da CRCV e não*

encontra na sua letra o mínimo de correspondência, já que o n.º 4 do artigo 170.º do CRCV estatui que: **“Os deputados respondem perante tribunal de segunda instância (Tribunal da Relação) pelos crimes cometidos no exercício de funções”**, enquanto que decorre da al. 1) dos artigos 40.º e 42.º da LOCFTJ que o Tribunal da Relação funciona em coletivo de 3 Juízes, sem fazer nenhuma distinção entre a fase de instrução, fase de ACP e fase de julgamento, pelo que a única interpretação possível que seja conforme à constituição e à LOCFTJ é que em qualquer dessas fases, o tribunal da relação deve funcionar em coletivo, sob pena de violação do n.º 2 do artigo 17.º da CRCV que reza o seguinte: **“a extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias não podem ser restringidos pela via da interpretação.”**

Salvo o devido respeito, tido e merecido, andou mal o STJ, desde o início deste Processo, pelas razões que passamos a demonstrar:

A) Não se pode confundir a tramitação de um processo crime em instrução, que se tem por objeto um cidadão "comum", onde sem sombra de dúvida é aplicável na íntegra as regras previstas no Título I, Capítulo I, do CPP, com a situação de um titular de cargo político — Deputado da Nação, mormente no que tange a (i) sua audição como arguido em ato de 1.º interrogatório de arguido detido, (ii) a legalização da sua detenção e aplicação de uma medida de coação, (iii) o reexame dos pressupostos da prisão preventiva, (iv) bem como a realização da ACP e despacho de pronúncia;

B) Quis o legislador cabo-verdiano conferir um estatuto constitucional especial aos denominados de titulares de cargos políticos (- ver artigos 124.º, n.º 1 da CRCV);

C) É nesta lógica que o n.º 4 do artigo 170.º e n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 170.º da CRCV, vem determinar que os titulares de cargos políticos respondem perante o tribunal de segunda instância (Tribunal da Relação);

D) Significa assim que, fugindo a regra dos tribunais de comarca onde os atos de instrução são praticados por um único juiz, neste caso em particular só serão válidos os atos praticados pelo coletivo de juízes que compõem o Tribunal da Relação de Barlavento onde tramita o processo, nos termos suprarreferido, sob pena de inconstitucionalidade

por violação do disposto no – n.º 4 do artigo 170.º; n.º 1 do artigo 124.º, e n.ºs. º 7 e 10 do artigo 35º, ambos da CRCV, e 40.º da LOFCTJ;

E) Inconformado com tamanha decisão, o ora recorrente requereu que tal decisão fosse analisada pelo coletivo de três Juízes Desembargadores que compõem o Tribunal da Relação de Barlavento por meio de acórdão;

F) Entretanto, tal requerimento foi rejeitado liminarmente pelo magistrado autor da referida decisão, com fundamento de que contra a referida decisão só cabe recurso para o STJ;

G) Assim sendo, a defesa apresentou junto do Egrégio STJ Recurso n.º 37/STJ/2021, contra o despacho monocrático do Juiz Desembargador Sua Ex.ª Sr. Dr. Simão Santos, (Cf. parágrafo 5º da fl 1 a primeiro parágrafo da fl 3 do Acórdão n.º 113/STJ/2021);

Por todo o acima exposto, roga-se ao Tribunal Constitucional que:

- I. Declare a inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo interpretativo que o STJ quer fazer do disposto no nº 4 do artigo 170º da CRCV, de modo a extrair uma norma inconstitucional, segunda a qual o deputado somente tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância ou seja perante o Tribunal da Relação, somente na fase de julgamento, mas não na fase de instrução e de ACP, em que segundo a norma extraída pelo STJ, pela via de interpretação, nas fases de instrução e ACP o deputado responde perante um juiz singular e não perante um juiz coletivo o que configura ser uma interpretação excessivamente restrita do alcance e conteúdo do disposto no nº4 do artigo 170º da CRCV, de tal modo que viola o disposto no nº2 do artigo 17º da CRCV, por restringir o conteúdo e alcance essencial da garantia constitucional ao FORO/ tribunal da segunda INSTÂNCIA tal como é garantido ao deputado pelo nº 4 do artigo 170º e nº 1 do artigo 124, da CRCV, o que também viola a al. h) do artigo 42º em conjugação com o artigo 40º da LOCFTJ, sendo causa da nulidade insanável estatuída na al. a) do artigo 151.º do CPP;

II. Uma vez decretada a inconstitucionalidade e ilegalidade da norma interpretativa que o STJ quer extrair do disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, roga-se ao TC, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 93.º da LTC, que remeta estes autos ao STJ com a determinação de que tanto o STJ como o Tribunal da Relação de Barlavento devem interpretar e aplicar o disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV no sentido de que o deputado deve responder perante o coletivo de 3 juízes que integram o Tribunal da Relação de Barlavento em todas as fases do processo, incluindo a fase de Instrução, Legalização da Prisão; ACP e Despacho de Pronúncia.

III. Consequentemente, deve ser declarado a nulidade, por inconstitucionalidade, todos os atos judiciais entretanto praticados, desde o primeiro interrogatório de arguido preso, passando pela ACP e despacho de pronuncia, incluindo o Acórdão n.º 137/STJ/2023, por proceder de atos processuais nulos por inconstitucionalidade.

Face ao pedido e aos argumentos apresentados pelo recorrente, o STJ, através do Acórdão n.º 137/2023, de 28 de junho, julgou improcedentes as suas alegações concernentes ao modo de funcionamento do Tribunal da Relação, com base na fundamentação que se transcreve:

IV. Ao insurgir-se contra o modo de funcionamento do Tribunal da Relação em fase instrutória, se em coletivo ou com juiz singular, o recorrente convoca, em arrimo do entendimento que sufraga, o disposto no artigo 40.º e al. h) do artigo 42.º da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOCFTJ), alegando que “Não se pode confundir a tramitação de um processo crime em instrução, que se tem por objeto um cidadão "comum", onde sem sombra de dúvida é aplicável na íntegra as regras previstas no Título I, Capítulo I, do CPP, com a situação de um titular de cargo político - Deputado da Nação, mormente no que tange a sua audição como arguido em ato de 1.º interrogatório de arguido detido, a legalização da sua detenção e aplicação de uma medida de coação, bem como o reexame dos pressupostos da prisão preventiva.”

V. Tal questão, do funcionamento do Tribunal da Relação foi sobejamente suscitada, e decidida, no decurso do presente processo, tendo este STJ se pronunciado a respeito,

nomeadamente no citado Acórdão n.º 113/021, de 11 de novembro de 2021, cujos fundamentos se mantêm incólumes, pelo que importa transcrevê-los:

- VI. *“À partida, e em se tratando de crime de responsabilidade de titular de cargo político, como é o cargo de Deputado da Nação, a competência para o seu julgamento é deferida pelo n.º 4 do artigo 170º da CRCV ao tribunal da relação.*
- VII. *Ora bem, temos por seguro que, no Tribunal da Relação, a competência para a prática dos atos judiciais durante a instrução, sobremaneira, a funcionar em 1.ª instância, cabe, sim, a um Juiz Desembargador, e não ao coletivo, como entendeu este STJ, em sede de decisão de Providência de Habeas Corpus impetrado pelo ora recorrente, pelos mesmos factos de que ora recorre, nos termos que se transcrevem:*
- VIII. *"No que respeita à alegada incompetência do Juiz singular no tribunal da relação para conduzir o primeiro interrogatório e proferir despacho de validação ou não da prisão, cumpre dizer que, o facto de a Lei de Organização Judiciária (Lei 88/ VII/2011, de 14 de Fevereiro), dispor que os Tribunais da Relação funcionam em conferência não exclui que determinados atos processuais sejam conduzidos e despachos sejam proferidos por Juiz singular que integre aquela instância, daí não ocorrendo qualquer vício.*
- IX. *Na situação em apreço, o magistrado do Tribunal da Relação, que funciona como 1.ª instância, atuou nas vestes de juiz de instrução.*
- X. *Ao requerente/arguido, Deputado da Nação, foram imputados factos pelo MP, suscetíveis de consubstanciar a prática de um crime de atentado contra o Estado de Direito, previsto pela al. d), n.º 1 do artigo. 8º, da Lei n.º 85/ VI/2005, de 26 de dezembro, punível com pena de prisão entre 2 a 8 anos.*
- XI. *Tal circunstancialismo permitiu a sua detenção fora de flagrante delito para efeitos de interrogatório e aplicação de medida de coação pessoal, precedendo autorização e levantamento de imunidade parlamentar;*
- XII. *A CRCV preceitua, no seu n.º 4 do artigo 170º que "Os Deputados respondem perante tribunal de segunda instância pelos crimes cometidos no exercício das funções ", estando observada a exigência do foro privilegiado.*

- XIII. *Atuando nas vestes de Juiz de Instrução, ao juiz singular compete proceder ou mandar proceder a diligências que por força da Constituição e da lei processual lhe competem, sendo essas decisões do tribunal, seja este singular ou colegial.*
- XIV. *O Juiz de Instrução, atuando em tribunais superiores, quando estes funcionam em primeira instância, é um órgão singular, nunca colegial.”*
- XV. *A essa argumentação se poderá acrescentar que o facto de a lei dispor que os Tribunais da Relação funcionam em conferência, composta por três juízes, não significa que a competência desse tribunal só poderá ser exercida funcionando o mesmo como um tribunal coletivo.*
- XVI. *Aliás, a fórmula utilizada pelo legislador não é muito feliz, se e quando interpretada pela sua vertente literal, por deixar de fora as situações em que o Tribunal da Relação funciona em audiência, quer como tribunal da primeira instância, quer como tribunal de apelação.*
- XVII. *Por isso, o argumento literal não se reveste, no caso em apreço, de peso suficientemente persuasivo.*
- XVIII. *O que se afigura um tanto difícil, para não dizer impossível, sustentar de forma racional é que atos judiciais que devem ser praticados pelo Tribunal da Relação durante a fase da instrução dos processos, como é o caso do primeiro interrogatório de arguido detido, com vista à legalização da detenção, tenham que ser impreterivelmente praticados pelo colegiado. Ou seja, o primeiro interrogatório seria feito pelo coletivo e a decisão sobre a legalização da detenção e a eventual imposição de uma medida de coação seria por acórdão.*
- XIX. *Não cremos que o legislador, que se deve presumir sábio, ou pelo menos sensato, tenha querido um tal absurdo.*
- XX. *É, finalmente, certo que o ora recorrente pretende socorrer-se do preceituado na al. h) do artigo 42º da LOFCTJ, mas sem levar em devida conta que a prática dos atos jurisdicionais relativos à instrução criminal far-se-ão sempre, «nos termos da lei do processo». É, sim, certo que os artigos 78º e seguintes, que regulam o 1.º interrogatório*

judicial de arguido detido, e que não desconhecem o funcionamento em coletivo dos tribunais a que os Juízes pertencem, estipulam que a competência para esse 1º interrogatório e consequente validação (artigo 86º do CPP) de detenção é do juiz singularmente, inexistindo, salvo erro, qualquer norma a incumbir o referido coletivo desse ato judicial. E não se conhece nenhuma norma constitucional a obrigar o legislador ordinário a uma atuação diversa.

XXI. Por conseguinte, reafirmamos o entendimento, já expresso anteriormente por este Tribunal, de que a legalização da detenção do arguido devia ser feita por um juiz desembargador, agindo como juiz de instrução, tal como aconteceu na realidade (...). Não ocorreu, pois, a arguida nulidade insanável atinente à competência ou à composição do Tribunal. (...)” (fim de transcrição)

XXII. Este trecho do acórdão se mostra suficientemente elucidativo acerca do entendimento deste Tribunal, no sentido de que, nos tribunais coletivos, a competência em sede de instrução pertence a juiz singular que integra o coletivo do mesmo Tribunal, posição que não é contrariada por lei, para além de ser aquela que tem sido a prática no funcionamento dos nossos tribunais superiores.

XXIII. E o recorrente parece não discordar dessa leitura para o comum dos casos, antes defende que, por ser deputado, pelo que titular de cargo político, a sua audição em sede de instrução não pode seguir as mesmas regras processuais que as de um “cidadão comum”, convocando, em defesa desse seu entendimento, o disposto no n.º 4 do artigo. 170.º, da CRCV.

XXIV. Consagrando o direito a foro privilegiado, reza o citado inciso normativo que "Os Deputados respondem perante tribunal de segunda instância pelos crimes cometidos no exercício das funções."

XXV. Regista-se, aqui, um primeiro aspeto e que tem a ver com uma questão que, mais à frente será tratada, de que o recorrente arroga o direito a foro privilegiado, ao abrigo do n.º 4 do art. 170.º da Magna Carta, disposição normativa essa que tem como pressuposto que se esteja perante crime cometido por titular de cargo político no exercício das suas funções.

XXVI. *E esse foro privilegiado, traduzido em que o titular de cargo político pelos crimes praticados no exercício das duas funções, responda, em primeira instância, perante o Tribunal da Relação, foi devidamente acautelado no processo.*

XXVII. *Questão outra, que nem o citado normativo constitucional e nem qualquer outra norma ordinária consagra, é que, em processos de tal jaez (relativos a crimes praticados por titulares de cargos políticos no exercício de funções), os atos instrutórios que sejam reserva de competência judicial, sejam praticados pelo coletivo que integre o Tribunal da Relação, no fundo pretendendo extraír-se um «foro privilegiadíssimo» que não tem amparo legal.*

XXVIII. *Como já se decidiu, em se tratando de processos que tramitem, em primeira instância, nos Tribunais da Relação, os atos instrutórios são da competência de juiz singular que integre aquele coletivo.*

XXIX. *Resulta, assim, que, ao se ter deferido a competência para a realização do primeiro interrogatório de arguido detido a juiz singular que integre o coletivo do Tribunal da Relação, não ocorreu uma qualquer violação da lei*

XXX. *Em jeito de remate dir-se-á que se mostram plenamente atuais as considerações vertidas no acórdão supratranscrito, a que se acoplam os argumentos ora juntos, o que justificam a improcedência do recurso”.*

3.6.3.1. A norma hipotética construída pelo recorrente e segundo a qual o STJ teria adulterado a composição do Tribunal da Relação de Barlavento, tendo reduzido a sua composição de três juízes para um só juiz durante a Instrução e a Audiência Contraditória Preliminar, sendo este competente para praticar atos relativamente a deputados quando devam responder pelos crimes cometidos no exercício de funções, não traduz de forma exata o sentido com que a norma da al. h) do artigo 42.º da LOFCTJ foi aplicada.

Ainda assim, a norma hipotética em apreço deve ser apreciada na parte que se refere ao foro privilegiado de um deputado à Assembleia Nacional dever responder perante o tribunal de segunda instância, durante a Instrução e a Audiência Contraditória Preliminar.

Saber se a mesma questão ultrapassa a barreira inerente às condições de cognoscibilidade que faltam escrutinar será o desafio que enfrentaremos mais adiante.

3.6.4. Há vício de inconstitucionalidade da norma hipotética extraída do artigo 177.º do CPP, aplicada pelo STJ no exato sentido de que o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, secundarizando e ignorando a prova documental que por força do n.º 1 do artigo 225.º do CPP, possui força probatória plena, como se a livre convicção do julgador tivesse maior força probatória do que documentos autênticos, por desconformidade com o direito fundamental à presunção de inocência do arguido previsto no n.º 1 do artigo 35.º da CRCV e com a proibição da restrição da extensão e conteúdo de normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias pela via interpretativa, nos termos do n.º 2 do artigo 17.º da Constituição da República.

Eis a fundamentação que o recorrente aduziu para pedir que seja declarada a inconstitucionalidade da norma hipotética acima mencionada.

*“O crime de **“Atentado contra o Estado de Direito”** é uma tipologia de crime que só pode ser cometido por titulares de órgão de soberania, no caso, ser deputado, devendo se verificar, ainda, **COMULATIVAMENTE**, os seguintes elementos adicionais:*

- i. Ter cometido o facto no exercício das funções de deputado (**o que não é o caso**);*
- ii. Por causa das funções de deputado (**o que não é o caso**);*
- iii. Com desvio das funções de deputado (**o que não é o caso**);*
- iv. Com **grave** violação dos deveres de deputado (**o que não é o caso**);*
- v. Para se condenar o arguido ainda seria necessária a verificação de factos praticados que consubstanciassem: **Impedimento ou constrangimento o livre exercício das funções de outros órgãos de soberania,***

*Para poder condenar o recorrente, o STJ fez uma arbitrária e inconstitucional valoração da prova de modo a considerar que os 5 elementos do tipo do crime de **“Atentado Contra***

o Estado de Direito” acima referidos estavam preenchidos, alegando, arbitrariamente, que tinha ficado provado factos que na verdade nunca foram efetivamente provados.

Dentro desse quadro de valoração arbitrária da prova produzida, cumpre voltar a impugnar os seguintes 72 (setenta e dois) factos considerados arbitrária e incorretamente, como provados no Acórdão n.º 137/STJ/2023, ora em análise:

72 (SETENTA E DOIS) PONTOS DO ACÓRDÃO EM LIÇA INCORRETAMENTE JULGADOS COMO PROVADOS

- **1, 2, 12, 18, 21, 23, 24, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42,43, 44, 45, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 80, 81, 82, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 108, 110, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144 e 145, que podem ser resumidos e condensados nos 10 factos ARBITRÁRIA E INCORRETAMENTE JULGADOS, que devem ser considerados como NÃO PROVADOS, como já ficou dito anteriormente.**

1. Foi erradamente considerado que o arguido, ao ir solicitar o passaporte ao STJ e ao auxiliar o seu defendido, Sr. Arlindo Teixeira, a sair de Cabo Verde, terá agido na qualidade de deputado e não de defensor oficioso, o que é falso!!

2. Foi falaciosamente considerado que o arguido terá usado e desviado as funções de deputado nacional para auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a sair de Cabo Verde, o que é redondamente falso;

3. Foi falaciosamente considerado que o arguido terá violado de forma grave 3 (três) dos deveres dos deputados, quando auxiliou o Sr. Arlindo Teixeira a sair de Cabo Verde, o que é redondamente falso, posto que nenhum dos deveres de deputado foram violados, quanto mais não seja porque o arguido terá agido como defensor oficioso e não como deputado nacional;

4. Foi falaciosamente considerado que as supostas violações dos deveres de deputado por parte do arguido, foram violações tão graves que impediram o STJ de funcionar normalmente, - o que não corresponde a verdade – até porque, mesmo com o Sr. Arlindo Teixeira estando temporariamente ausente de Cabo Verde, a verdade é que qualquer

tribunal cabo-verdiano pode julgá-lo e condená-lo, ao abrigo do instituto de CONTUMÁCIA, que permite os tribunais julgar os arguidos ausentes do país ou com paradeiro desconhecido;

5. Foi falaciosamente considerado que o arguido decidiu auxiliar o emigrante Arlindo Teixeira a regressar à França, esse nosso emigrante **já estava definitivamente condenado a 9 anos de prisão por homicídio doloso**, o que não corresponde à verdade, tendo em conta que, até a data de hoje, ainda não existe nenhuma condenação definitiva, transitada em julgado, contra o Sr. Arlindo Teixeira, pelo que o mesmo deve continuar a ser tratado como presumível inocente, conforme disposto no nº1 do artigo 35º da CRCV;

6. Foi erradamente considerado que a intenção do STJ de sujeitar o Sr. Arlindo Teixeira a medida de coação de **“Obrigatoriedade de Permanência na Habitação” terá mesmo entrado em vigor e produzido efeitos**, o que não corresponde à verdade, posto ser uma decisão **JURIDICAMENTE INEXISTENTE**;

7. Foi erradamente considerado que o arguido não podia nem devia ir ao STJ solicitar o passaporte do seu defendido Sr. Arlindo Teixeira, por ser um mero defensor oficioso, e que somente a Dra. Suellen o poderia solicitar ao STJ posto que do processo somente constava uma procuração no nome dela;

8. Foi erradamente considerado que o arguido só terá conseguido sair com o seu defendido, Sr. Arlindo Teixeira, pela fronteira do aeroporto de São Vicente, porque terá (I) “exercido a sua influência adveniente do facto de ter autoridade de deputado sobre um Subchefe da Polícia” e (II) **“ainda terá usado de outros meios de persuasão”**, para convencer **o Subchefe José dos Santos de Moraes a lhe franquear a fronteira**, para permitir a saída ilegal do Sr. Arlindo Teixeira mediante uma COMBINAÇÃO, o que não corresponde à verdade.

9. Foi erradamente considerado que um dos objetivos do arguido seria subtrair o Sr. Arlindo Teixeira, **de forma definitiva**, das malhas da Justiça cabo-verdiana, o que não corresponde à verdade, até porque o objetivo foi o de somente ajudar esse emigrante a regressar **temporariamente** à França, em busca de auxílio familiar, devido a seu manifesto estado de necessidade, devido à uma crescente debilidade física e mental.

10. O pior e mais absurdo foi o Venerando Juiz da Pronuncia considerar, erradamente, que a **intenção** do arguido seria « **o firme propósito de destruir o poder judicial, bem sabendo se tratava de um órgão pilar da soberania do país e que, com isso, estaria destruindo, igualmente, o próprio Estado de Direito democrático**» - o que é falso, posto que a sua intenção e propósito último foi o de somente auxiliar o seu defendido, Sr. Arlindo Teixeira, a regressar temporariamente ao seu país, França, depois deste ter estado 6 anos retido em Cabo Verde, sendo um absurdo total a afirmação de que o propósito do arguido fosse a de « **destruir o poder judicial**» e «**destruir, igualmente, o próprio Estado de Direito democrático**»;

A defesa do arguido/recorrente terá, em sede das alegações do Recurso n.º 03/STJ/2023 e da reclamação de suprimimento de nulidade e inconstitucionalidade interposta contra o Acórdão n.º 137/STJ/2023, impugnado e contestado tais 72 factos dados arbitrariamente como provados por violação do princípio da livre apreciação da prova e por violação do princípio da presunção de inocência.

Com efeito, o artigo 177.º do CPP, que estatui o “Princípio da Livre Apreciação da Prova”, reza o seguinte:

“Salvo posição legal em contrário, a prova será apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção de quem de acordo a lei, a deve valorar”.

Infelizmente, dos 3 (três) critérios e elementos essenciais que compõem o conceito de “Livre Apreciação da Prova”, quais sejam:

- I. Disposições Legais e Constitucionais em contrário;
- II. As Regras da Experiência comum, ou seja, as regras do bom senso e da razoabilidade;
- III. E só finalmente e menos importante, no último lugar, é que vem a “Livre convicção do juiz/Tribunal”. Infelizmente, os Venerandos Juizes do STJ optaram por fazer uma valoração tão arbitrária e inconstitucional das provas, tendo em conta que estribaram-se quase exclusivamente nos seus préconceitos e nas suas “livres convicções”, (i) desprezando por completo um vasto conjunto de “disposições legais em contrário”, (ii) Desprezando a força probatória plena dos documentos autenticos, (iii) Desprezando as

regras da experiência comum, (iv) Amputando, eliminando, suprimindo, factos desde sempre dados como provados, (v) Inserindo factos novos e narrativas novas que nunca antes tinham sido ventilados nas decisões anteriores, (vi) Omitindo fundamentações lógicas, ... enfim, a valoração da prova foi feita na mais absolutas das arbitrariedades, como nunca antes foi visto atuação judicial igual, em parte alguma.

Na verdade, **o Princípio da Livre Apreciação da Prova pelos Tribunais**, estatuído no artigo 177º do CPP, não pode ser entendido como uma autorização genérica e ilimitada para o Tribunal fazer da prova o que bem entender, pois, antes da liberdade de apreciação da prova, os tribunais deverão respeitar os seguintes limites, e ressalvas legais e constitucionais:

1. **Valor probatório dos documentos autênticos** emitidos pelas entidades oficiais; - **Ver artigo 225º do CPP** – acórdãos e despachos proferidos pelo Tribunal Constitucional e pelo STJ, **que possuem força probatória plena superior às convicções dos juízes**;
2. **Presunção de inocência do arguido**, com destaque para o **“in dubio pro reo”**; - **Ver nº 1 do artigo 35º da Constituição, com densificação nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 1º do CPP**;
3. A **experiência da vida comum**, com respeito pelo bom senso inerente a um homem médio, colocado naquela mesma situação concreta; - **Ver primeira parte do artigo 177º do CPP**;
4. **Dever de fundamentação com precisão e clareza** ver n.º 5 do artigo 211.º da CRVC, em conjugação com o artigo 9.º do CPP, devendo as decisões judiciais especificar, no segmento da fundamentação, (i) Os factos provados, (ii) Os factos considerados **não provados**; (iii) As preovas específicas e concretas, tal como disposto na última parte do n.º 2 do artigo 403.º do CPP, sob pena da nulidade estatuída nas al. a) e b) do artigo 409.º do CPP.

Redução e restrição do conteúdo essencial do direito à presunção de inocência.

- a) Resulta da fundamentação do atual Acórdão n.º 137/STJ/2023 que o STJ, estribando na letra do artigo 177.º do CPP, extraiu, **pela via da interpretação**, uma norma inconstitucional, segundo a qual se sentiu livre para passar a valorar a prova produzida segundo os preconceitos e livre arbítrio dos Venerandos Juízes Conselheiros.

- b) *O conceito e a interpretação perfilhado pelo STJ e vertido no último parágrafo da página 127 do Acórdão nº 137/STJ/2023, é tão redutor e restritivo que chega ao ponto de suprimir dois aspetos essenciais da densificação do direito à presunção de inocência estatuído no nº 1 do artigo 35º da CRCV e desenvolvido nos nº 1, 2 e 3 do artigo 1º do CPP*

Para demonstrar o quão redutor é a interpretação que o STJ faz tanto do artigo 177º do CPP (livre apreciação da prova) como do nº 1 do artigo 35º da CRCV, basta atentarmos para o seguinte excerto exarado na página 127 do acórdão nº 137/STJ/2023.

-----Início de Citação-----

Dito por outras palavras, no entendimento do Tribunal da Relação de Barlavento, o que o recorrente pretendia obter com o processo Arlindo Teixeira, no fundo, inocentá-lo ou, em última instância, faze-lo furtar-se ao cumprimento da pena em que foi condenado pelas instancias judiciais do país, inserir-se num projeto criminoso muito maior e mais gravoso, que seria destruir um dos pilares do Estado do Direito democrático, no caso, o poder judicial. E nessa senda, o processo Arlindo Teixeira, seria que quase como um processo- bandeira, mas algo instrumental para se atingir o fim último, que seria o de destruir um pilar fundante do Estado de Direito.

E independentemente da razoabilidade, ou não, de tal asseveração, de que cuidaremos infra, o certo é que não se verifica qualquer contradição, muito menos insanável, das duas premissas, no sentido de que o facto constante do ponto 19 insere-se no âmbito da factualidade vertida no ponto 144, sendo aquele um meio para se atingir este fim último (destruir o poder judicial e, em última instância, destruir o próprio Estado de Direito democrático).

E sequer se compreende em que medida tal juízo conclusivo do tribunal a quo viola o direito fundamental á presunção da inocência, pois o que tal principio determina é que o arguido se há de presumir inocente até a decisão condenatória transitada em julgado, pelo que não recai, sobre quem é considerado inocente, a obrigação de ilidir a presunção dessa mesma inocência. O caso em tela, a instância recorrida ajuizou sobre os factos, faculdade que se lhe é reconhecida pela lei, daí não resultante postergado o mencionado

princípio que, por valer neste processo, é que o arguido interpôs recurso e não está em cumprimento da pena decretada pelo Tribunal da Relação de Barlavento.

-----Fim de Citação-----

Ou seja:

- i. violando todas as regras da experiência comum (artigo 177º do CPP);
- ii. violando o “in dubio pro reo” (nº 3 do artigo 1º do CPP);
- iii. E violando a necessidade de produzir provas concretas (nº 2 do artigo 1º do CPP);

O STJ teve a coragem de verter na sua decisão de que o facto de o arguido auxiliar o seu defendido a regressar à França por um curto período de tempo, pois a passagem era de ida e volta, então, o STJ tira a falsa ilação de que a intenção do arguido era “destruir o Estado de Direito democrático em Cabo Verde”, acrescentando que o auxílio que o arguido prestou ao seu defendido “inserir-se num projeto criminoso muito maior e mais gravoso que seria destruir um dos pilares do Estado de Direito democrático, no caso o poder judicial. E nessa senda, o processo Arlindo Teixeira seria quase que como um processo – bandeira, mas algo instrumental para se atingir o fim último que seria o de destruir um pilar fundante do Estado de Direito”.

Ora, nada mais falso, até porquê o STJ não consegue especificar e fundamentar:

- i. Que “projeto criminoso maior e mais gravoso” era esse??
- ii. Em que consistia??
- iii. Quando seria executado??
- iv. Com que recurso ou usando quais instrumentos ou meios??
- v. Ou seja, uma ilação irreal, absurda, não fundamentada, não passando de uma mera narrativa feito de jogos de palavras, sem nenhum fundamento ou lógica, ou

racionalidade, ou demonstração, tudo dito e retido com total desprezo para com o “in dúbio pro reo” e desconsiderando as regras da experiência comum.

Ora, porque a interpretação do STJ sobre o artigo 177º do CPP não possui essa abrangência constitucional, a partida, toda a análise da prova que se fez, ficou a padecer de inconstitucionalidade e de nulidade por violação do direito fundamental do arguido á presunção de inocência, estatuído no nº 1 do artigo 35º da Constituição, com densificação nos n.ºs 2 e 3 do artigo 1.º do CPP.

Infelizmente, essa forma arbitrária e sem fundamentação como o STJ se sentiu livre para afirmar que “o recorrente possuía um projeto muito maior e mais gravoso”, é a mesma forma arbitrária como fez a valoração de todas as provas.

Para poder condenar o arguido, o STJ em sede do Acórdão n.º 137/STJ/2023, fazendo uma valoração arbitrária e inconstitucional das provas, considerou que ficaram Provados um conjunto de pseudo-factos (que na verdade não ficaram provados) com o fito e deliberado propósito de imputar e condenar o recorrente a 7 anos de prisão efetiva, como se a conduta do recorrente e os factos pudessem integrar e configurar o crime de “Atentado Contra o Estado de Direito” sendo que o elemento mais essencial deste tipo de crime é a demonstração e comprovação de que o Recorrente teria agido na qualidade de deputado, o que não foi demonstrado nem provado.

Nos termos dispostos na al. b) do nº 3 do artigo 452º - A, do CPP, em sede das conclusões do Recurso Ordinário n.º 03/STJ/2023, a defesa do arguido/recorrente teve de indicar as provas concretas existentes nos autos que impõe decisão diversa, pelo que teve o cuidado de fazer as seguintes indicações de prova, demonstrando e provando que a atuação do recorrente foi sempre na qualidade de defensor oficioso e não de deputado, porém, tais provas foram arbitrariamente valoradas e/ou ignoradas pelo STJ, com o poposito de condenar o recorrente, pese embora as provas constantes do processo imponem a sua absolvição.

Roga-se a valoração dos documentos constantes a folhas 33 e 34 dos autos, contendo cada um, uma informação escrita de grande relevância, posto que no primeiro a folha 33 dos autos trata-se de uma informação escrita prestada pelo agente policial Abel Djacy

Cabral dando conta que no dia 24 de Junho e no dia 25 de Junho, o arguido tinha ido ao edifício do STJ solicitar o “passaporte do seu cliente”, o que prova que:

(i) O arguido agiu na qualidade de defensor oficioso e não de deputado e

(ii) Também prova que a intenção do arguido era a de somente recuperar o passaporte do seu defendido Arlindo Teixeira para o auxiliar a regressar temporariamente à França e não a intenção de “destruir o poder judicial e também destruir o Estado de Direito democrático” como ficou a constatar dos pontos 144 e 145 dos factos considerados Provados no Acórdão recorrido.

Assim, fazendo uma valoração arbitrária e inconstitucional das provas acima elencadas, foram considerados como provados, um conjunto de factos que na verdade, não foram provados, e que só foram considerados, indevidamente como provados em virtude de violação das regras legais e constitucionais referentes à valoração da prova, - artigo 177.º do CPP, nomeadamente:

- I. Desrespeitou-se a Força Probatória Plena dos Documentos Autênticos, incluindo os acórdãos e certidões emitidas pelo Tribunal Constitucional, que devem ser observados e respeitados, tal como estatuído no artigo 225º do CPP;
- II. Foram ignoradas determinadas provas testemunhais e documentais, optando, por não apreciar e pronunciar sobre determinadas provas, o que configura ser uma violação do direito fundamental do arguido à audiência e contra omissões de valoração de factos que afetam a boa decisão da causa, tal como consagrado no n.º 7 do artigo 35º da Constituição, o que se invoca desde já;
- III. De igual modo, mas de forma mais gravosa, o STJ violou o direito fundamental do arguido à presunção de inocência consagrado no n.º 1 do artigo 35.º da CRCV, com densificação no n.º 3 do artigo 1.º do CPP, que reza o seguinte: “Havendo dúvida razoável sobre quaisquer factos relativos à infração cuja existência se procura verificar ou à responsabilidade que se pretende apurar, ela será resolvida em favor do arguido”.

Em consequência a essas violações referentes à valoração e apreciação da prova, o **STJ**, tal como o Tribunal da Relação de Barlavento, acabou por julgar de forma arbitrária e

incorreta 72 factos que foram arbitrariamente considerados provados, quando na verdade foi feita vasta prova em sentido contrário.

Todavia, a defesa do recorrente Amadeu Oliveira está ciente que o nível de rigor atualmente exigido pelo TC vai obrigar a um esforço de demonstração concreta e especificada do modo e das vezes que o STJ, em sede do Acórdão Condenatório n.º 137/STJ/2023, valorou as provas de forma arbitrária, posto que não basta a afirmação de que o STJ quer fazer uma interpretação inconstitucional do disposto no artigo 177.º do CPP, e do disposto no n.º 1 do artigo 35.º da CRCV, sendo necessário a sua demonstração concreta, de modo a ficar evidenciado os seguintes pontos:

- I. Quais foram 72 os factos que foram considerados arbitrariamente provados, quando, na verdade, sequer se mostram levemente indiciados;
- II. Quais são os 90 factos;
- III. Demonstrar em que consistiu “A valoração arbitrária e inconstitucional da prova” em grosseira violação das regras e normas inerentes à valoração de prova.

É verdadeiramente inacreditável constatar a sequência imparável como em cada decisão judicial, surge uma **NOVA NARRATIVA**, (i) desde o **DESPACHO DE PRONÚNCIA**, (ii) passando pelo Acórdão Condenatório nº 28/TRB/2022 e agora (iii) neste novo Acórdão nº 137/STJ/2023, em que com uma periodicidade de cerca de 6 em 6 meses, as instâncias judiciais apresentam uma **NARRATIVA NOVA** para tentar negar que o arguido agiu na qualidade de defensor oficioso e afirmar, falsamente e ao arrepio das provas documentais e testemunhais, que o arguido agiu aproveitando-se da sua função de deputado, - o que é redondamente Falso.

Em sede do Acórdão n.º 137/STJ/2023, o STJ levou a sua arbitrariedade a nível do absurdo, ao ponto de eliminar, cortar e estropiar um dos segmentos obrigatórios de qualquer decisão judicial condenatória (a fundamentação), somente para poder alterar e modificar a narrativa, por forma a poder condenar, arbitrariamente, o arguido a 7 (sete) anos de prisão.

No nosso Sistema Jurídico Penal, o processo penal segue e obedece ao princípio da acusação, o que significa que a atividade judicial do tribunal e do juiz de julgamento deve incidir somente sobre os factos vertidos na acusação e/ou despacho de pronúncia.

No caso dos presentes autos, tanto na acusação, como no despacho de pronúncia foram vertidos um total de 145 factos que passaram a constituir e delimitar os factos objeto do processo, ao lado de 90 factos apresentados pela defesa ao arguido.

No que se reporta aos 145 factos constantes da acusação e do despacho de pronúncia, o STJ ficou sujeito ao princípio da «vinculação temática», ou seja o tribunal ficou vinculado a analisar todas as provas e pronunciar sobre tais 145 factos, por forma a decidir: (i) Quais são os factos que considera como provados; (ii) Quais são os factos que considera como não provados; (iii) Quais foram as provas que foram valoradas; (iv) Quais foram as provas que foram desconsideradas, devendo ser apresentado um enunciado de razões porque as provas em sentido contrário foram desconsideradas; (v) O tribunal não pode cortar, eliminar suprimir, ou extrair determinados factos, podendo tão somente considerar como provados e dar outros como não provados, e muito menos pode acrescentar factos novos, sob pena de violação do princípio da vinculação temática referente aos factos constantes da acusação, do despacho de pronúncia, alegados pela defesa e, no caso de recurso, os constantes da sentença/acórdão condenatório.

Com efeito, o princípio da vinculação temática ficou desenvolvido e densificado nos artigos 396º, 399º e 403º, todos do Código Processo Civil, não sendo lícito o tribunal recusar, omitir ou esquivar-se de apreciar, pronunciar e decidir sobre (i) os factos constantes do despacho de pronúncia e (ii) os factos alegados pela defesa, tal como estatuído no n.º3 do artigo 399º em conjugação com o n.º2 do artigo 403º todos do CPP, sob pena de violação do n.º 07 do artigo 35º da CRCV, por omissão processual que afeta o direito fundamental à defesa e à audiência previsto no mesmo dispositivo constitucional, o que invoca desde já, para todos os efeitos legais.

Cumprе ressaltar que, do princípio da “vinculação temática” são destilados outros 2 (dois) princípios processuais penais, quais sejam:

I. Princípio da entidade e identidade: segundo qual o objeto do processo (Factos constantes da acusação ou do despacho de pronúncia e os factos alegados pela defesa) devem manter-se os mesmos até o trânsito em julgado da sentença/ acórdão condenatório, não sendo permitido ao tribunal acrescentar ou cortar, amputar, suprimir tais factos, devendo, tão somente, considerá-los como provados ou como não provados, tendo em conta as provas existentes nos autos.

II. Princípio da unidade ou da indivisibilidade – segundo o qual o objeto do processo (os tais Factos) devem ser conhecidos, analisados e julgados pelo tribunal na sua totalidade, por serem indivisíveis, salvo o disposto nos artigos 396º e 396 -A do CPP (o que não é o caso).

No caso concreto deste processo, o STJ assumiu uma conduta processual ostensiva, grosseira e violentamente violadora do princípio da «vinculação temática» quando teve a arbitrária iniciativa de:

A. Cortar, eliminar, suprimir e estripar 24 pontos de factos considerados provados tanto pela acusação, como pelo despacho de pronúncia, como ainda pelo Acórdão Condenatório do Tribunal da Relação de Barlavento (TRB) n.º 28/TRB/2023;

B. Desconsiderou, esquivou-se e deixou de pronunciar sobre os 90 pontos de factos apresentados pela defesa e que nada mais eram do que o desenvolvimento, densificação e atualização dos tais 24 pontos de facto que foram cortados, eliminados e suprimidos na decisão do STJ – Acórdão n.º 137/STJ/2023;

C. Refere-se que inicialmente, da página 33 até a página 56 do Acórdão n.º 137/STJ/2023, o STJ até chegou de elencar e enumerar os referidos 90 pontos de factos alegados e provados pela defesa, porém, posteriormente, esquivou-se e omitiu de pronunciar sobre os mesmos, pelo que ficou-se sem saber se tais factos foram considerados como provados ou se foram considerados como não provados.

Infelizmente, no caso concreto destes autos de processo crime contra o arguido Amadeu Oliveira, o STJ, violando todos os direitos fundamentais de defesa do arguido, acabou por (i) não só cortar e eliminar determinados factos que eram favoráveis ao arguido, (ii)

como esquivou-se de pronunciar sobre os 90 factos alegados pela defesa e que ficaram enumerados entre as páginas 33 à 56 do Acórdão n.º 137/STJ/2023, para onde se remete, devendo os referidos 90 factos serem considerados aqui reproduzidos para todos os efeitos.

Qualquer acórdão ou sentença condenatória é composto/a por 3 (três) segmentos obrigatórios, previsto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 403.º do CPP, quais sejam:

- I. **Relatório;** - contendo os factos alegados pela acusação e pela Defesa;
- II. **Fundamentação,** contendo uma enumeração de: (i) factos provados e (ii) factos não-provados;
- III. **Dispositivo/decisão** de condenar ou absolver.

É necessário ressaltar que a elaboração das decisões judiciais condenatórias (sentenças ou acórdão de tribunais coletivos) devem obedecer e respeitar, no que se reporta à fundamentação, o disposto no n.º 2 do artigo 403º do CPP, sob pena da nulidade estatuída na al. a) do artigo 409º do mesmo CPP, rezando o referido no **n.º 2 artigo 403º** o seguinte:

“Ao relatório seguir-se-á a fundamentação, que constará da enumeração dos factos provados e não provados, bem como de uma indicação discriminada e tanto quanto possível completa, ainda que concisa, dos motivos, de facto e de direito, que fundamentaram a decisão, com indicação das concretas provas que serviram para formar a convicção do tribunal e um enunciado das razões pelas quais o tribunal não considerou atendíveis ou relevantes as provas contrárias”.

- i. Acontece que, analisando o Acórdão n.º 137/STJ/2023, verifica-se que a parte inicial referente ao “relatório” terminou na página 68, com o resumo do posicionamento do MP.
- ii. Assim, a seguir ao segmento do “relatório” deveria seguir, por força do n.º 2 do artigo 403º, o segmento da “fundamentação” que não existe e se existiu, foi cortada, amputada, conjuntamente com os 24 pontos de factos anteriormente dados como provados em todas as decisões judiciais anteriores.

iii. Ora, com a amputação do segmento “da fundamentação” que deveria constar a partir da página 69 do acórdão, essa decisão ficou a padecer de nulidade, posto que ficou sendo constituída somente pelo:

(i) Primeiro segmento designado de “I - relatório”, na página 1 do acórdão, estendendo-se até a página 68;

(ii) Ficou sem o segundo segmento que seria o da “fundamentação”, que foi eliminado;

(iii) e saltou diretamente para o terceiro segmento do “III - dispositivo” na página final 192 do acórdão.

iv. Com a amputação, corte, extração, eliminação do segundo segmento da “fundamentação”, o STJ não identificou como tal o “enumerado de factos provados”, apresentando somente uma enumeração incompleta, cortada, amputada e obliterada que inicia logo no ponto 25, e que se estende até a numeração 145, porém sem especificar se tais factos são dados como provados ou se são dados como não provados, o que viola o n.º 2 do referido artigo 403º que obriga o tribunal a identificar e numerar os factos provados e os factos não provados

v. Acresce às razões de nulidade, a circunstância da defesa ter elencado um leque de 21 elementos de prova, na sua grande maioria, provas documentais que foram ignoradas pelo tribunal, sem qualquer fundamento, omitindo o dever “enunciar as razões pelas quais não atendeu” a tais elementos de provas documentais, ainda por cima quando o artigo 225º do CPP confere aos documentos autênticos uma “força probatória plena”;

vi. Dai que ao proceder à eliminação e subtração do segmento da “fundamentação” e ao eliminar um conjunto de 24 factos que sempre foram considerados provados, o STJ levou o seu ARBITRO a um nível de ilegalidade tal que todo o Acórdão n.º 137/STJ/2023, que reconfirmou a condenação do arguido a 7 anos de prisão ficou ferido da nulidade estatuída na al. a) do artigo 409º do CPP que nada mais é do que a densificação do direito fundamental do arguido contra as omissões processuais que afetam o seu direito

fundamental à defesa, tal como estatuído no n.º 7 do artigo 35.º da CRCV, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º da mesma CRCV, o que se invoca desde já.

Como já ficou acima dito, um dos elementos essenciais do tipo do crime de “Atentado contra o Estado de Direito” é ter o recorrente agido na qualidade de deputado.

Assim, desde o início do processo, todas as instâncias judiciais tentaram, cada uma a sua maneira, manipular os factos e distorcer os documentos autênticos que fazem prova plena, num esforço arbitrário para afirmar, contra todas as provas documentais, que o recorrente agiu aproveitando-se das suas funções de deputado, (o que é falso).

Só que, devido a abundância das provas documentais em sentido contrário, todas as instâncias judiciais colocam a si próprias perante a seguinte contradição:

A. Nos primeiros 25 pontos de factos dados como provados em todas as principais peças e decisões, foram vertidos factos que demonstram, até a saciedade, que

i. Desde 02 de agosto de 2015, o recorrente vinha atuando como Advogado-Defensor Oficioso e não como deputado, e que;

ii. Desde 2016 que o recorrente vinha tecendo duras críticas contra o desempenho do STJ;

iii. Em 2018, a pedido do recorrente, no dia 26 de abril de 2018, através do Acórdão n.º 8/2018, o Tribunal Constitucional deu provimento a um recurso de amparo que o recorrente Amadeu Oliveira havia interposto à favor de Arlindo Teixeira, tendo o Tribunal Constitucional decidido da seguinte forma:

- Na parte dispositiva desse aresto do Tribunal Constitucional pode-se ler o seguinte:

- O direito à liberdade sobre o corpo, através da vulneração da garantia da presunção da inocência e da subsidiariedade a prisão preventiva, e o direito à legítima defesa, foram violados quando se manteve a medida de coação inicialmente aplicada após o reexame dos seus pressupostos; e, em relação a estes direitos;

- Concede ao recorrente o amparo solicitado, determinando que a entidade recorrida promova a sua libertação, ficando a seu critério a aplicação de outra medida de coação enquanto outros recursos interpostos relativamente aos mesmos factos tramitam neste tribunal.”

B. Entretanto, PARADOXALMENTE, a partir dos pontos 26 até ao ponto 145 dos factos dados como provados, todas as instâncias judiciais fingem ignorar os primeiros 25 pontos de facto que eles mesmos tinham já dados como provados, e, através de um mero jogo de palavras, violadoras das regras da experiência comum (artigo 177º do CPP) essas mesmas autoridades e instâncias judiciais, passaram a afirmar, arbitrariamente, que o recorrente:

(i) Só decidiu auxiliar o Sr. Arlindo Teixeira a regressar, temporariamente, para a França, depois de tomar posse como deputado, em abril/maio de 2021, (o que é falso!!!) e entrava em contradição com os factos n.ºs. 16, 17, 19, 20 e 21 anteriormente considerados provados por todas as instâncias judiciais, incluindo no Acórdão condenatório n.º 28/TRB/2022, onde ficou cristalinamente provado que muito antes de ser eleito deputado, o recorrente já vinha afirmando a sua intenção de auxiliar o seu defendido a regressar à França;

(ii) Só decidiu criticar com dureza a atuação do STJ-, depois de ter tomado posse como deputado em maio de 2021 (o que é falso!!!) e entrava em contradição com os factos n.ºs 16 à 25 anteriormente dados como provados, onde ficou provado que muito antes de ser eleito deputado, o recorrente já vinha tecendo duras críticas contra alguns Venerandos Juízes do STJ;

(iii) E que nunca o TC tinha declarado que os direitos, liberdades e garantias do Sr. Arlindo Teixeira estavam sendo violados, (o que é falso!!!), e entrava em contradição com os factos n.ºs 10 e 11 anteriormente dados como provados, onde ficou provado que desde 2018, pelo Acórdão Constitucional n.º 08/TC/2018, que o TC mandou libertar o Sr. Arlindo Teixeira, declarando que o STJ vinha violando os seus direitos, liberdade e garantias referente à (i) liberdade sobre o corpo; (ii) presunção de inocência; (iii) subsidiariedade da prisão preventiva e (iv) direito à legítima defesa; (v) sendo aplicável ao caso do Sr. Arlindo Teixeira, o disposto no n.º 3 do artigo 261.º do CPP.

Com efeitos os referidos primeiros 25 pontos de facto dados como provados, devido á força probatória plena dos documentos autênticos, foram mantidos pelas instâncias judiciais, nas seguintes peças processuais:

i)- Primeira acusação, assinada pelo Sr. Procurador de círculo, Dr. Baltazar Ramos, que depois foi subtraída e adulterada;

ii)- Segunda acusação, com assinatura incógnita e desconhecida, que foi introduzida ilegalmente no processo, depois do Recorrente ter sido notificado somente da primeira acusação;

iii)- Despacho de pronuncia, proferido pelo Venerando Juiz Desembargador Dr. Simão Santos;

iv)- Acórdão Condenatório do Tribunal da Relação nº28/TRB/2022, proferido pelo Coletivo de Juízes Desembargadores (i) Dra. Circe da Costa Neves, (ii) Dra. Maria das Dores Neves e (iii) Dr. Hélder Maurício.

Resulta, pois, evidente que todos esses 6 (seis) referidos Magistrados Superiores do MP e da Magistratura Judicial declaram tais 25 pontos de facto como provados.

Acresce que, da parte da defesa, tais factos foram globalmente admitidos como provados (salvo algumas precisões referente ao modo, tempo, circunstâncias e consequências), pelo que se pode afirmar que esses tais 25 pontos foram UNANIMAMENTE considerados provados por todas as partes.

Só que a consequência lógica desses 25 factos só poderia ser a absolvição do recorrente, visto que desses 25 pontos em conjugação com os documentos autênticos emitidos, na sua maior parte, pelo próprio STJ e pelo Tribunal Constitucional, resulta que o recorrente agiu sempre como Defensor Oficioso do Sr. Arlindo Teixeira e em defesa dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, tal como o próprio Tribunal Constitucional já havia declarado, através do Acórdão n.º 08/TC/2018.

Cumpra dizer que, os primeiros 24 pontos de factos anteriormente considerados provados, possuíam a virtualidade de impor uma decisão absolutória do recorrente, pelo que, para se conseguir manter a condenação do recorrente a 7 anos de prisão preventiva, os Venerandos Juízes Conselheiros do STJ que proferiram o Acórdão nº 137/STJ/2023, abusando e desvirtuando o princípio da livre apreciação da prova pelos juízes, tal como estatuído no artigo 177º do CPP decidiram ELIMINAR, EXTROPIAR, CORTAR, SUPRIMIR, EXTRAIR, AMPUTAR, esses aludidos 24 primeiros pontos de facto anteriormente dados como provados, de tal modo que a parte da fundamentação do Acórdão nº137/STJ/2023, ficou incompreensível, confusa, atrapalhada, sem sentido, sem nexos, sem a devida enumeração dos factos provados, o que constitui a nulidade estatuída na al. a) do artigo 409º em conjugação com o nº2 do artigo 403º do CPP. Acontece que, a partir do momento que os Venerandos Juízes Conselheiros do STJ resolveram AMPUTAR, CORTAR, SUPRIMIR, ELIMINAR tais 24 pontos do Acórdão nº137/STJ/2022, violando todas as normas legais e constitucionais referentes á apreciação das provas, passaram a abraçar, avaliar e apadrinhar um conjunto de falaciosas e arbitrárias narrativas, em total e grosseira violação de:

- (i) Princípio da livre apreciação de provas; - artigo 177.º do CPP;*
- (ii) Violação das regras da experiência comum de um cidadão; - artigo 177.º do CPP;*
- (iii) Violação da força probatória plena dos documentos autênticos; - artigo 225.º do CPP;*
- (iv) Violação da presunção de inocência; - n.º 3 do artigo 1.º do CPP;*
- (v) Violação do Princípio do “In dubio pro reo”;*
- (vi) Violação do princípio do ónus da prova recair sobre quem acusa e quem condena;*
- (vii) Não se fez a enunciação das razões pelas quais o STJ não atendeu os 21 elementos de provas apresentados pela defesa e que foram arbitrariamente desprezados, em franca violação do disposto no n.º 2 do artigo 403.º do CPP.*

Entretanto, muito mais do que mera nulidade, o Acórdão nº137/STJ/2023, ficou prenhe de falsidades, em virtude e como consequência da AMPUTAÇÃO Ilegal e arbitrária dos tais 24 pontos, que quem estiver a ler o referido acórdão fica convicto que esses tais 24 pontos não foram considerados provados pelo tribunal de relação, quando na verdade foram dados como provados, manipulação essa que foi feita de forma tão grosseira que é visível e manifesto para qualquer cidadão que estiver a ler a página 68 do referido acórdão que, ao terminar a leitura da parte final da página 68 e transitar para o início da página 69 do mesmo Acórdão nº 137/STJ/2023, vai constatar “UM CORTE”, “UMA AMPUTAÇÃO”, “UM ARRANCAR”, “UMA EXTRAÇÃO” dos 24 primeiros pontos dados como provados, indo diretamente para o ponto 25, que foi identificado como ponto 25º, porém, sem nenhuma referência, menção ou alusão porque os 24 pontos anteriores foram suprimidos, amputados e arrancados da fundamentação.”

O acórdão recorrido, na parte que diz respeito à produção e valoração da prova, encontra-se fundamentado da seguinte forma:

“Contesta o recorrente um segmento significativo de factos dados como assentes, advogando que estes, a bem da verdade, não resultaram provados, e que só foram, indevidamente, considerados como provados em virtude de violação das regras legais e constitucionais referentes à valoração da prova, com consagração no artigo 177º do CPP.

Para tanto especifica um leque de setenta e dois factos dados como provados (pontos de facto n.ºs 1, 2, 12, 18, 21, 23, 24, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 103, 104, 106, 108, 110, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, e 145), que considera incorretamente julgados porquanto, segundo refere, em violação do que consagra o princípio da livre apreciação das provas.

Trata-se, este, de um princípio concernente à prova, com expressa previsão legal no invocado artigo 177.º do CPP, nos termos do qual a prova é produzida segundo as regras da experiência comum e de acordo com a livre convicção do julgador, um juízo de convencimento que não pode, no entanto, ser arbitrária, ilógica ou subjetiva e, por isso, deve ser, adequadamente motivada.

Legitima-se, assim, a relevância da motivação da convicção do juiz, pois que esta se apresenta como o meio de controlo da decisão da matéria de facto, de modo a caucionar a racionalidade, a objetividade e a genuinidade daquela convicção

No caso em apreço, o coletivo não se furtou a exteriorizar, de forma clara, as razões que estiveram subjacentes à decisão fáctica adotada, consignando, nomeadamente, o seguinte: “... As provas que sustentaram os factos consistiram, essencialmente, nas declarações do arguido, nos depoimentos das testemunhas, a análise minuciosa dos documentos juntos aos autos, inclusive, notícias escritas, áudios e áudios visuais transmitidas e vinculadas nos meios de comunicação social credenciados no país e nas redes sociais, documentos da Polícia Nacional, decisões dos tribunais, ofícios, comunicados, e-mails, acareação e presunções judiciais (...)”.

“Como é consensualmente aceite, o recurso para o tribunal ad quem mais não é que um remédio jurídico, tendente a suprir os erros ou insuficiências da decisão proferida em primeira instância, em pontos concretos e determinados, que devem ser especificados pelo recorrente, de modo a abalizar a instância superior, adentro dos seus poderes de cognição, proceder à sindicância da justeza da decisão recorrida.

Por conseguinte, não se deve ter a pretensão de, por intermédio desse mecanismo processual, fazer com que o tribunal de recursos se substitua ao tribunal recorrido no julgamento do caso, salvaguardados aqueles casos legalmente tipificados de renovação da prova, porquanto é na primeira instância que, por via de regra, se cumpre a imediação e a oralidade na produção probatória, o que obsta a que a instância, por não gozar de tal prerrogativa (exceto nos casos legalmente tipificados em que ocorre renovação da prova), possa contradizer aquela apreciação livre da prova, quando executada adentro dos cânones da lei, o mesmo que dizer, salvaguardando-se aqueles casos em que se evidencia o recurso a meios de prova ilegais ou que se detete, no raciocínio empreendido na valoração, flagrantes vícios ou disfuncionalidades de ordem lógica, científica ou resultante das regras comuns da experiência de vida.

Significa dizer que ao apreciar o recurso, ao tribunal caberá aferir se aquela convicção expressa pela instância recorrida encontra respaldo naquilo que a prova legalmente produzida e examinada em audiência de discussão e julgamento retrata, razão porque,

caso a decisão sufragada a nível da instância recorrida corresponda a uma das soluções plausíveis, ante os elementos coligados para o processo e valorados sem atropelos às regras da lógica, da ciência e da experiência comum, ela deve se impor às instâncias recursórias que, neste particular, se devem limitar a verificar se o tribunal recorrido valorou e apreciou recorrentemente as provas e procedeu ao adequado tratamento jurídico dos factos.

Por conseguinte, para lograr a alteração da decisão sobre a matéria de facto, não basta que o impugnante afirme que determinados segmentos daquela decisão não se mostram corretamente julgados, antes se tornando mister que apresente as provas que impunham, sequer que apenas consentiam, atente-se, uma decisão diversa daquela assumida pelo tribunal, sendo certo que, em caso de prova gravada, tal precisão terá de ser feita por referência às passagens/excertos da gravação, caso não estejam consignadas na ata e que sustentem o entendimento do recorrente.

Quer isto significar que, para se conseguir alterar a matéria de facto não será suficiente impugnar a matéria de facto, com base num pretenso erro de julgamento, mas alavancar claros e fundamentados, que demonstrem quais os pontos concretos que foram, incorretamente julgados, e indicar as provas que ditavam uma decisão diversa.

In casu, o recorrente especificou que pontos concretos da matéria de facto tem por incorretamente julgados (factos dados como provados, que entende não resultarem assentes e outros que em seu entender, deveriam ser dados como provados), bem como os meios de prova que sustentam o seu entendimento, pelo que cumpriu com o ónus da impugnação especificada; coisa distinta é se procede tal argumentário do recorrente, no sentido de alterar-se tal decisão fáctica.

Sucedendo que, analisado o recorte factual e a motivação da decisão sobre a matéria de facto, em cotejo com o acervo probatório indicado como tendo servido de suporte para a formação da convicção do tribunal, constata-se que, a par de um louvável esforço do coletivo em exteriorizar, de forma clara, o iter lógico-dedutivo seguido para desembocar na assunção dos factos tais como estes se encontram descritos na decisão recorrida, não há como não considerar que os factos assentes, ora impugnados, são aqueles relevantes, tendo em conta o objeto deste processo, recortado na pronúncia, que recebeu a acusação

do MP, para além de encontrarem arrimo na atividade valorativa efetuada, com recurso aos critérios legais e assente no princípio legal da livre apreciação do julgador.

Com efeito, os factos que o recorrente considera que não deveriam ser dados como assentes, resultam da prova produzida e examinada em audiência e outros são inferências retiradas de factos provados nos autos; contrariamente, daqueles factos que, em seu entendimento, deveriam constar do elenco factual, tem mais a ver com a densificação de um outro processo, o do Arlindo Teixeira e que, como bastas vezes referidas, não está a ser julgado neste processo, pelo que as referências a esse caso devem quedar-se, como o foram, para contextualizar a ação do arguido deste processo, o ora recorrente.

Nesse particular, aproveita-se para se abrir um parêntese para dizer que, como resulta manifesto, não se poderá, neste processo, declarar alegadas inconstitucionalidades do «processo do Arlindo Teixeira» pela singela, mas suficiente razão de não ser esta a sede própria, pois que neste processo, objeto do presente recurso, quem figura como arguido é o cidadão Amadeu Fortes Oliveira e não aquele outro cidadão Arlindo Teixeira.

Conclui-se, assim, e com base no supra exposto, que não se alcança aonde a decisão sobre a matéria de facto se mostra ilógica ou irrazoável, porquanto atentatória da força probatória dos documentos autênticos coligidos para os autos ou das regras da experiência comum”.

No fundo, o que o recorrente pretende é colocar em crise a convicção que o tribunal recorrido formou perante as provas produzidas em audiência, substituindo-a pela própria sobre as mesmas. No entanto, como já foi dito bastas vezes, a divergência de convicção pessoal do recorrente sobre a prova produzida em audiência e aquela que o tribunal formou, não se confunde com o vício de erro notório de apreciação de prova nem qualquer outro do n.º 2 do artigo 442º do CPP.

Outrossim, o juízo de convencimento que releva é o do tribunal, não o dos sujeitos processuais, sendo certo que se explicitado de forma objetiva e com coerência lógica no raciocínio trilhado, tal convicção há de estar em conformidade com o consagrado

princípio da livre apreciação da prova e, como tal, se impõe ao próprio tribunal de recurso

Improcede, assim, a questão da violação do princípio da livre apreciação da prova, pois que a decisão de facto se mostra alicerçada em prova produzida e examinada nestes autos, apresentando-se o raciocínio subjacente fundamentado de forma coerente e objetiva, sendo possível reconstruir o caminho lógico seguido pelo tribunal para chegar às conclusões a que chegou”.

3.6.4.1. Do confronto entre as alegações do recorrente e a transcrição da fundamentação do acórdão recorrido na parte respeitante à produção e valoração da prova, não se compreende como pôde o impetrante imaginar uma norma hipotética que nada tem que ver com a posição assumida pelo STJ.

Por conseguinte, é entendimento desta Corte que a norma articulada pelo recorrente nunca foi aplicada pelo Tribunal recorrido com o sentido que lhe foi atribuído nas alegações deste recurso. Pois, o STJ limitou-se a utilizar o artigo 177.º na sua aceção que lhe garante a liberdade de apreciação da prova, de acordo com as regras da experiência, como se refere algumas vezes, para chegar às conclusões a que chegou. Não transparece da decisão recorrida que o Tribunal se tenha arrogado um poder decorrente do artigo 177.º no sentido de o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, secundarizando e ignorando a prova documental que por força do n.º 1 do artigo 225.º do CPP, possui força probatória plena, como se a livre convicção do julgador tivesse maior força probatória do que documentos autênticos.

A formulação da norma hipotética apresentada pelo recorrente traduz a sua perceção sobre a forma como se deveria produzir e valorar a prova em processo penal. Mas entre a perceção, o regime vigente em matéria de produção e valoração da prova em processo penal existe uma grande diferença.

O impetrante pretende que os critérios de valoração da prova sejam os oferecidos por ele e não aqueles que estão previstos na lei.

Onde nos termos do *artigo 177.º do CPP* está “a prova é produzida segundo as regras da experiência comum e de acordo com a livre convicção do julgador”, pretende o recorrente que se interprete e seja aplicado como se a livre convicção não pertencesse ao julgador, mas sim ao arguido.

A peça através da qual o recorrente requereu a fiscalização concreta da constitucionalidade da norma hipotética em análise parece um recorte do arrazoadado que tinha apresentado em sede de recurso de amparo, como se a fiscalização concreta da constitucionalidade e o recurso de amparo tivessem o mesmo objeto e a mesma finalidade. Talvez, por isso, o seu mandatário durante a sua intervenção na audiência pública de julgamento, tenha feito, várias vezes, referência a atos e factos do poder judicial, como se estivesse a pleitear em sede de recurso de amparo.

O objeto da fiscalização concreta da constitucionalidade circunscreve-se à questão de inconstitucionalidade ou ilegalidade de normas que tenham sido aplicadas com um sentido real ou hipotético. Todavia, a norma hipotética que não encontre o mínimo de suporte nos fundamentos de facto e de direito vertidos na decisão recorrida, não preenche o pressuposto de a norma ter sido aplicada.

Por tudo o que fica exposto, conclui-se que não subsiste qualquer dúvida sobre a não aplicação da norma hipotética extraída do artigo 177.º do CPP, que segundo o recorrente foi aplicada pelo STJ no exato sentido de que o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, secundarizando e ignorando a prova documental que por força do n.º 1 do artigo 225.º do CPP, possui força probatória plena, como se a livre convicção do julgador tivesse maior força probatória do que documentos autênticos.

Portanto, a questão em torno da produção e valoração da prova não pode ser conhecida no mérito.

3.7. Retomando o escrutínio sobre as condições de cognoscibilidade das questões de constitucionalidades colocadas pelo recorrente relativamente à única norma que ultrapassou as barreiras anteriores, resta verificar se o Tribunal Constitucional dispõe de jurisprudência sobre o foro privilegiado aplicável ao deputado e que lhe permite antecipar

o conhecimento do mérito e se a questão não é manifestamente infundada, decorrentes da aplicação do artigo 86.º, parágrafo segundo, da LTC.

A resposta é negativa. O Tribunal Constitucional não dispõe de jurisprudência sobre esta questão, a qual também não se afigura como manifestamente infundada.

3.7.1. A última condição de cognoscibilidade é extraída do artigo 93.º da Lei do Tribunal Constitucional e traduz-se em saber se uma eventual declaração de inconstitucionalidade da norma da al. h) do artigo 42.º da Lei sobre a organização, competência e funcionamento dos tribunais judiciais terá efeito útil sobre a decisão recorrida.

Em relação à única norma que foi efetivamente aplicada pelo órgão judicial recorrido, o efeito útil de uma eventual declaração de inconstitucionalidade é muito discutível porque o recorrente atacou apenas um dos dois fundamentos que foram utilizados para sustentar a decisão, tendo deixado intacto um deles, do que resulta que uma hipotética decisão positiva de inconstitucionalidade poderia não conduzir necessariamente à alteração do sentido da decisão. Ao interpor o presente recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade, não se impugnou o seguinte fundamento constante da decisão recorrida: *“sempre se acresce que mesmo sem se considerando a concreta questão do funcionamento do tribunal da relação como reconduzível à matéria de composição do tribunal, cuja violação de regras atinentes consubstanciaria nulidade insanável, é de se entender que a mesma não pode ser indefinidamente suscitada e decidida ao longo do mesmo processo, como que fazendo tábua rasa dos anteriores pronunciamentos sobre o mesmo tema. Isto assim é pois que a natureza insanável da invalidade significa, tão-somente que as mesmas podem ser arguidas e declaradas, mesmo que oficiosamente, em qualquer fase do processo, no entanto, uma vez decididas, exaure-se o poder jurisdicional para voltar a pronunciar-se sobre a mesma questão, sob pena de obrigar à prolação de decisões repetitivas, pelo que anódinas para o processo, ou de decisões contraditórias, em prejuízo da certeza e segurança jurídicas.”*

Ainda assim, por persistirem dúvidas sobre a assertividade com que o tribunal recorrido fez uso desse segundo argumento, o Tribunal Constitucional, *in extremis*, dá por cumprido o pressuposto de uma eventual declaração de inconstitucionalidade dessa norma hipotética poder produzir efeito útil sobre o Acórdão n.º 137/2023, de 28 de junho.

3.7.2 *Apreciação do mérito da questão sobre a inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo, sentido e alcance do preceituado/ estatuído no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, de modo a extrair uma norma inconstitucional, segundo a qual o deputado somente tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, somente na fase de julgamento, mas não na fase de instrução e de ACP, em que segundo a norma extraída pelo STJ, pela via de interpretação, nas fases de instrução e ACP o deputado responde perante um juiz singular e não perante um juiz coletivo como é previsto os tribunais de relação funcionarem, o que configura uma interpretação excessivamente restrita do alcance e conteúdo do disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, de tal modo que viola o disposto no n.º 4 (2) do artigo 17.º da CRCV, por restringir o conteúdo e alcance essencial da garantia constitucional ao FORO/ tribunal da segunda instância tal como é garantido ao deputado pelo n.º 4 do artigo 170.º e n.º 1 do artigo 12.º da CRCV, de tal modo que quer reduzir a composição e funcionamento do tribunal de relação de 3 juízes para funcionar e ser composto por um único juiz, o que também viola a al. h) do artigo 42.º em conjugação com o artigo 40.º da LOCFTJ;*

O sentido com que o STJ aplicou a norma da al. h) do artigo 42.º da Lei n.º 88/VII/2011, de fevereiro, alterada pela Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho, sobre a organização, composição e o funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOCFTJ), é desconforme com o disposto no n.º 4 do art.º 170.º da CRCV?

3.7.2.1. Para o recorrente o sentido com que essa norma hipotética foi aplicada pelo STJ constitui uma interpretação excessivamente restritiva do alcance e conteúdo do disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, segundo a qual “*Os deputados respondem perante tribunal de segunda instância pelos crimes cometidos no exercício de funções*”.

Saber qual é o sentido que se pode atribuir ao segmento “o deputado responde perante tribunal de segunda instância” passa necessariamente por trazer à colação a interpretação da Constituição, aliás, como amiúde o Tribunal Constitucional tem feito quando é chamado a pronunciar-se sobre alegadas inconstitucionalidades normativas imputadas aos tribunais comuns.

O Acórdão n.º 27/2017, de 14 de dezembro, proferido no âmbito da fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade das normas contidas na Lei n.º 5/IX/2016, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano económico de 2017, emitiu orientações sobre a hermenêutica constitucional, que têm sido aplicadas, nomeadamente, pelo Parecer n.º 2/2020, de 10 de fevereiro e pelos Acórdãos n.º 10/2020, de 20 de março e n.º 166/2023, de 24 de outubro, nos termos que se seguem: “ *O art.º 9.º do Código Civil condensa regras sobre a interpretação de normas jurídicas e é, por isso, considerado a base ou princípio geral do direito aplicável ao direito privado, mas também ao direito público. Interpretar a Constituição significa compreender o conteúdo semântico dos enunciados linguísticos que formam o texto constitucional. Determinadas características da Constituição, como por exemplo, a inicialidade fundante das suas normas, que decorre do facto de ser a Constituição o fundamento de validade de todas as demais normas do ordenamento jurídico, a supremacia normativa, a densidade política de grande parte das suas disposições, postulam uma interpretação algo diverso da interpretação de outras normas jurídicas, sob pena de se subestimar o texto constitucional, reduzindo-o a um conjunto de normas ordinárias ou comuns.*

É pacífico que o intérprete, na tarefa de desvendar o verdadeiro sentido e alcance de qualquer norma, incluindo as normas constitucionais, deve socorrer-se da conjugação de diversos elementos de interpretação, começando naturalmente pela análise cuidadosa do texto legislativo, as palavras da lei, e, a partir desse quadro verbal, procurar dele extrair um sentido ou significado, fazendo assim, à partida, o que os autores chamam de interpretação literal ou gramatical do texto. E se determinado texto comportar apenas um sentido, em princípio, é esse o sentido com que ele deve valer. Daqui resulta para a interpretação gramatical ou literal uma primeira função muito importante, de natureza negativa, eliminadora ou seccionadora, qual seja a de, em princípio, eliminar dos sentidos possíveis todos aqueles que, de qualquer modo, exorbitam do texto legislativo. Mas o alcance e o peso da interpretação literal ou gramatical no quadro da problemática da interpretação dos textos legais vai ainda mais além. Quanto aos textos que comportam mais do que um sentido, naturalmente que nem todos esses sentidos recebem o mesmo apoio. Uns caberão dentro da letra da lei com mais largueza do que outros. E aí haverá que evitar as chamadas interpretações forçadas, e fazer opções, recorrendo a outros elementos de interpretação. Terão então cabimento a consideração ponderada do elemento racional da norma (ratio legis), tendente a descortinar qual a verdadeira

intencionalidade do preceito. Quais as situações reais, que relações sociais e jurídicas pretende ela regular, com que propósito, que interesse ou interesses pretende proteger. A par disso importará também indagar e ter em conta as circunstâncias históricas, políticas, sociais, económicas e religiosas em que a norma foi elaborada. Caberá ainda considerar o elemento sistemático, pois que a lei interpretanda é necessariamente um elemento de um sistema dominado por certos princípios fundamentais unificadores e disciplinadores, sendo por isso necessário integrar a norma no sistema de que ela faz parte, e entendê-la de harmonia com esse mesmo sistema. Deverá ainda recorrer-se ao elemento histórico, que compreende de um modo geral todos os materiais relacionados com a feitura da norma, a sua história e sua génese, materiais esses que lançam muitas vezes ou podem lançar alguma luz sobre o seu sentido e alcance decisivos. Em sede de interpretação de leis, incluindo aqui a Lei Fundamental, deve o intérprete presumir sempre que o legislador soube exprimir o seu pensamento com rigor e em termos adequados. Assim como o intérprete não pode dar à lei interpretanda um sentido ou significado que não tenha no seu texto um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso, não o pode fazer em relação às normas constitucionais.”

É, pois, com base nesses elementos de interpretação que o tribunal analisa a norma do n.º 4 do artigo 170.º da CRCV.

O deputado, enquanto membro do órgão de soberania Assembleia Nacional, goza do privilégio do foro, ou seja, tem a garantia de responder, pelos factos que lhe são imputados no exercício de funções, perante o tribunal de segunda instância.

O legislador constituinte empregou o termo “responder”, que significa que pelos factos cometidos no exercício de funções, o deputado tem a garantia constitucional de se fazer presente e poder exercer os direitos que lhe assistem como arguido, perante um tribunal de segunda instância, independentemente das diversas fases processuais penais. É claro que na norma em apreço, a Lei Fundamental não se refere à posição hierárquica, à estrutura, à composição, nem à competência do tribunal de segunda instância. Fê-lo, no entanto, através da al. b) do n.º 1 do artigo 214.º, segundo a qual os tribunais judiciais de segunda instância se posicionam na cadeia hierárquica imediatamente abaixo do STJ e acima dos tribunais judiciais de primeira instância e no que se refere à definição genérica, a Constituição concebe os tribunais judiciais de segunda instância como tribunais de

recurso, aos quais a lei *pode cometer o julgamento de determinadas matérias em primeira instância, conforme os números 1 e 2 do artigo 217.º*. Já a organização, composição, competência e o funcionamento dos tribunais judiciais de segunda instância são regulados por lei, conforme o n.º 3 do artigo 217.º da Constituição.

3.7.2.2 O Parlamento cabo-verdiano assumiu essa competência quando aprovou a Lei n.º 88/VII/2011, de fevereiro, alterada pela Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho, sobre a organização, composição e o funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOCFTJ).

Com efeito, no seu artigo 20.º relativo à categoria de tribunais judiciais, estabelece que:

“1. São tribunais judiciais o Supremo Tribunal de Justiça, os tribunais de segunda instância e os tribunais judiciais de primeira instância;

2. Os tribunais de segunda instância denominam-se Tribunais da Relação ...

Em relação a organização, composição e funcionamento do Tribunal Judicial de Segunda Instância, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º, sob a epígrafe **composição**- *“Os tribunais da relação são compostos no mínimo de três juízes e máximo de sete, nos termos da presente lei, e, no artigo 40.º, “Os tribunais da relação funcionam em conferência, composta por três juízes.*

Especificamente sobre as competências do Tribunal da Relação, o seu artigo 42.º, indica-as nos seguintes termos:

a) Julgar os recursos das decisões proferidas pelos tribunais judiciais, nos termos da lei;

b) Julgar os recursos das decisões proferidas pelos tribunais administrativos, pelos tribunais fiscais e aduaneiros e pelo tribunal militar de instância, nos termos das respetivas leis do processo;

c) Julgar as ações cíveis ou administrativas propostas contra juízes de direito, juízes militares de primeira instância e procuradores da república, por causa do exercício das suas funções;

d) Julgar processo por crimes cometidos pelos magistrados e juízes militares referidos na alínea anterior e recursos em matéria contraordenacionais a eles respeitantes;

e) Julgar os processos judiciais de cooperação judiciária internacional em matéria penal;

f) Julgar os processos de revisão e confirmação de sentença estrangeira, sem prejuízo da competência legalmente atribuída a outros tribunais;

g) Julgar, por intermédio do relator, os termos dos recursos que lhe estejam cometidos pela lei do processo;

*h) **Praticar, nos termos da lei do processo, os atos jurisdicionais relativos a instrução criminal, à audiência contraditória preliminar e proferir despacho de pronúncia ou não pronúncia nos processos referidos na alínea d); e***

i) Exercer as demais competências conferidas por lei.”

3.7.2.3 A Constituição da República confere ao deputado a garantia de responder perante um tribunal de segunda instância pelos crimes cometidos no exercício de funções e remete para a lei ordinária a organização, composição, competência e o funcionamento dos tribunais judiciais de segunda Instância.

O Parlamento cabo-verdiano assumiu essa competência quando aprovou a Lei n.º 88/VII/2011, de fevereiro, alterada pela Lei n.º 59/IX/2019, de 29 de julho, sobre a organização, composição e o funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOCFTJ), a qual estabeleceu na al. h) do artigo 42.º que compete ao Tribunal da Relação praticar, nos termos da lei do processo, os atos jurisdicionais relativos a instrução criminal, à audiência contraditória preliminar e proferir despacho de pronúncia ou não pronúncia nos processos referidos na al. d).

Nos termos do Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro, pela Lei n.º 112/VIII/2016, de 1 de março e Lei n.º 122/IX/2021, de 5 de abril de 2021, os atos jurisdicionais relativos a instrução criminal, à audiência contraditória preliminar e a

decisão final, ou seja, o despacho de pronúncia ou não pronúncia são proferidos por um juiz, conforme o disposto no seu artigo 307.º: Artigo 307.º (**Atos a praticar exclusivamente pelo juiz**)

1. *Durante a instrução competirá exclusivamente ao juiz:*
 - a) *Proceder ao primeiro interrogatório judicial de arguido detido;*
 - b) *Proceder à aplicação de uma medida de coação pessoal ou de garantia patrimonial, ou tomar quaisquer decisões que impliquem alteração ou revogação daquelas medidas;*
 - c) *Decidir o pedido de habeas corpus por detenção ilegal;*
 - d) *Proceder a buscas e apreensões em escritório ou domicílio de advogado, consultório médico, estabelecimentos de comunicação social, universitários ou bancários, nos termos dos artigos 239.º a 241.º;*
 - e) *Tomar conhecimento, em primeiro lugar, do conteúdo da correspondência apreendida, nos termos do nº 3 do artigo 244.º;*
 - f) *A admissão da constituição do assistente;*
 - g) *A condenação em quaisquer quantias, designadamente a faltosos ou por conduta de má fé por parte de interveniente processual;*

Compete exclusivamente a um juiz proceder ao primeiro interrogatório judicial do arguido detido, assim como aplicar uma medida de coação pessoal ou de garantia patrimonial, ou tomar quaisquer decisões que impliquem alteração ou revogação daquelas medidas, nomeadamente, a prisão preventiva, nos termos do artigo 77.º do CPP.

A competência para proferir o despacho de pronúncia ou não pronúncia é também da competência exclusiva de um juiz, conforme resulta evidente do disposto no **artigo 336.º (Despacho de pronúncia ou de não-pronúncia):**

1. *Encerrada a ACP, o juiz proferirá despacho de pronúncia ou de não-pronúncia, consoante tiverem sido ou não recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança.”*

Não resulta da Constituição da República de Cabo Verde nem do Código de Processo Penal que o deputado deva responder pelos crimes cometidos no exercício de funções sempre perante o coletivo do tribunal de segunda instância.

A distribuição de competências entre o Juiz Relator e o Coletivo do Tribunal de Recurso, quando este funciona como se fosse um tribunal de primeira instância, não é uma solução nova em Cabo Verde.

3.7.2.4. A Lei n.º 6/VIII/2011 de 29 de agosto, sobre a cooperação judiciária internacional em matéria penal, conferia ao STJ a competência para julgar os processos judiciais de cooperação internacional em matéria penal. Esta competência passou para o Tribunal da Relação, nos termos da al. e) do artigo 42.º da Lei n.º 88/VII/2011, BO, n.º 7, I série, de 14 de fevereiro de 2011, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 59/IX/2019, B.O n.º 82, I Série de 29 de julho de 2019. Desde a altura em que a competência para decidir o processo relativamente à cooperação internacional em matéria penal pertencia ao STJ, o ato de audição e aplicação de medidas cautelares ao extraditando, sempre foi da competência do juiz relator, nos termos do artigo 54.º: (Audição do extraditando):

1. Na presença do MP e do defensor ou do advogado do extraditando, e com intervenção do intérprete, quando necessário, **o juiz relator procede à identificação do detido, elucidando-o depois sobre o direito de se opor à extradição ou de consentir nela e nos termos em que o pode fazer, bem como sobre a faculdade de renunciar ao benefício da regra da especialidade nos termos do direito convencional aplicável ao caso.”**

Trata-se de uma situação em que a lei confere expressamente a competência ao juiz relator singular para praticar atos jurisdicionais relativos ao processo de extradição. Não se desconhece que o processo de extradição não se equipara ao processo penal. Desde logo porque naquele o sujeito é um extraditando enquanto que neste é um arguido a quem

a Constituição e as leis ordinárias concedem uma maior garantia. Mas neste caso, a referência à lei de cooperação serve apenas para mostrar que mesmo antes da criação do tribunal de segunda instância havia situação em que apesar da matéria ser da competência do tribunal de recurso, certos atos já eram praticados por um juiz singular.

Em termos de prática jurisdicional, o STJ tem vindo a defender que o facto de lei atribuir determinadas competências a um tribunal de recurso não significa que todos os atos processuais sejam praticados pelo coletivo, existindo várias situações em que a lei atribui competência exclusivamente a um juiz.

Veja-se, no mesmo sentido, o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 157/2023, de 11 de outubro:

“Já o órgão judicial recorrido para fundamentar a sua decisão havia articulado arrazoadado no sentido de que a lei defere uma série de competências ao Relator quando o processo tramita nas instâncias que funcionam em Coletivo. Bastaria interpretar o artigo 294º para se verificar que o legislador, que não desconheceria a existência de tribunais superiores, estipula que esta competência compete ao juiz singularmente e não ao colegiado. Assim, por outras palavras, não existiria “norma constitucional a obrigar o legislador ordinário a uma atuação diversa”. De resto, do facto de se estipular que um órgão judicial funciona em conferência não significa que todas as decisões tenham de ser tomadas pelo Coletivo, havendo múltiplos exemplos em contrário, nomeadamente na legislação processual penal. Por isso, acolheu entendimento de que “o despacho de reexame trimestral dos pressupostos de prisão preventiva, quando o processo se encontra em fase de recurso, pertence ao Juiz Relator que, por despacho individual, decide, decisão essa da qual poderá caber, em jeito de impugnação, reclamação para a conferência, como sucedeu no caso.

De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da al. e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do Habeas Data permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese

de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornando inócuo qualquer juízo subsequente.

Neste caso concreto, o que se observa é que as duas impugnações – considerando o seu mérito e o tipo de processo em que foram inseridas – suscitam, à primeira vista, dúvidas sobre a existência de situação de vulneração de direito, liberdade e garantia.

Com efeito, é de muito difícil visualização que a conduta de o STJ ter mantido o despacho individual de reexame dos pressupostos da prisão preventiva proferida pela JCR, mesmo considerando que a competência para este reexame seria da Seção Criminal do STJ e não da JCR, conduzir à violação de um direito, que só pode acontecer, em sede de processo de amparo, e como o Tribunal Constitucional tem reiterado sistematicamente (Acórdão n.º 26/2019, de 9 de agosto, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ, sobre violação do direito à liberdade, da garantia da presunção da inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, Rel.: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1590-1595, 6) se há algum espaço hermenêutico para uma interpretação mais favorável aos direitos, liberdades e garantias.

Posto que, primeiro, não parece haver qualquer abertura interpretativa que pudesse conduzir a uma interpretação de acordo com a qual a competência decisória em matéria de reexame de medida de coação de prisão preventiva não seria passível de ser assumida pelo Juiz Conselheiro Relator do processo.

Segundo o que se conseguiu depreender da sua argumentação, o recorrente assenta o seu entendimento no pressuposto de que terá ocorrido uma adulteração da composição do Tribunal, pois o órgão judicial não terá funcionado em conferência, nos termos do artigo 27, parágrafo terceiro, da Lei de Organização, Funcionamento e Competência dos Tribunais Judiciais. Antes, que os poderes do órgão foram assumidos monocraticamente pela Juíza-Relatora, correspondendo a uma restrição de direitos por via da interpretação;

Já o órgão judicial recorrido para fundamentar a sua decisão havia articulado arrazoadado no sentido de que a lei defere uma série de competências ao Relator quando o processo tramita nas instâncias que funcionam em Coletivo. Bastaria interpretar o artigo 294.º para se verificar que o legislador, que não desconheceria a existência de tribunais superiores, estipula que esta competência compete ao juiz singularmente e não ao colegiado. Assim, por outras palavras, não existiria “norma constitucional a obrigar o legislador ordinário a uma atuação diversa”. De resto, do facto de se estipular que um órgão judicial funciona em conferência não significa que todas as decisões tenham de ser tomadas pelo Coletivo, havendo múltiplos exemplos em contrário, nomeadamente na legislação processual penal. Por isso, acolheu entendimento de que “o despacho de reexame trimestral dos pressupostos de prisão preventiva, quando o processo se encontra em fase de recurso, pertence ao Juiz Relator que, por despacho individual, decide, decisão essa da qual poderá caber, em jeito de impugnação, reclamação para a conferência, como sucedeu no caso;

O Tribunal Constitucional, desde que concebida a reclamação mencionada como uma reapreciação da decisão da decisão monocrática com a amplitude em que for impugnada, não teria qualquer dúvida em endossar esse entendimento do Egrégio STJ, pelas seguintes razões:

Com efeito, o artigo nuclear para se definir o regime jurídico aplicável sempre seria o artigo 294.º, parágrafo primeiro, do CPP, de acordo com o qual “durante a execução da prisão preventiva ou da obrigação de permanência na habitação o juiz procederá oficiosamente, de três em três meses, ao reexame da subsistência dos seus pressupostos, decidindo pela sua manutenção, substituição ou revogação”. Sendo assim, não parece, por si só, impor que o reexame em fase de recurso tenha de ser feito colegialmente, o que é reforçado pela fórmula do n.º 3 que determina que “para os efeitos do n.º 1, o processo será concluso ao juiz pela secretaria onde se encontrar a correr tramitação (...)”.

Nomeadamente porque, por um lado, ao utilizar a expressão juiz, não se referindo ao “tribunal” e tão-pouco ao não criar um regime especial para o reexame de medidas de coação em tribunais coletivos, não daria margem a interpretação distinta;

Isso considerando que se trata da assunção de um ónus periódico e perfunctório de verificação da manutenção dos pressupostos que determinaram a aplicação da medida

de coação de prisão preventiva. De um ponto de vista sistémico, muito dificilmente seria compatível com uma intervenção necessária de um órgão colegial como a Secção Criminal do Supremo Tribunal no qual tramitam inúmeros processos-crime em situação de recurso, além de dezenas de súplicas de habeas corpus de arguidos presos, que a cada três meses tivesse de assumir colegial e primariamente esse múnus, ao invés do Juiz-Relator;

Acresce que a norma organizatória mencionada – o artigo 27 da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais – não parece conduzir ao sentido invocado pelo recorrente, posto que dispõe simplesmente que “[o] Presidente do STJ é nomeado pelo Presidente da República, de entre os juízes que compõem o STJ, mediante proposta destes, para um mandato de cinco anos, renovável uma única vez”. Colocando-se a hipótese natural de o suplicante estar a referir-se ao artigo 29º, parágrafo terceiro, desse mesmo diploma epigrafado de “Número de Secções” redigido em termos segundo os quais “Em secção, o STJ funciona com três dos seus juízes, podendo um mesmo juiz fazer parte de mais do que uma secção” também não dá muita margem ao entendimento de que todas as decisões têm de ser tomadas em conferência, vedando-se qualquer decisão monocrática do Juiz-Relator;

De resto, na ausência de uma formulação diversa e do mesmo modo como se invocou – e bem – o artigo 618.º do CPC que contém regra permissiva de o interveniente processual que se considerar prejudicado por qualquer despacho do Relator, que não seja de mero expediente, requerer que sobre a matéria recaia um acórdão, não deixaria de ser aplicável, na falta de expressa previsão em contrário, o artigo 613º desse mesmo diploma legal, que atribui competência ao Relator para deferir todos os termos do processo até final.

Além disso, e por esta razão, a alternativa interpretativa proposta pelo recorrente é, de um ponto de vista da proteção objetiva dos direitos dos arguidos, mais restritiva do que o sentido atribuído ao regime pelo órgão judicial recorrido.

Precisamente porque dela resultaria a supressão de um grau jurisdicional, na medida em que se assentaria simplesmente na assunção de uma competência originária pela conferência, reduzindo qualquer reação processual à colocação de nulidades do acórdão ou do processo ou a pedidos de reparação por vulneração de direitos;

Ao passo que a interpretação impugnada, assentando numa intervenção originária do Juiz-Relator, ainda permitiria que, simplesmente, se pedisse que sobre esse despacho recaísse um acórdão, o que significa que seria possível requerer uma reapreciação in totum do conteúdo da decisão monocrática, ou, como preferiu o recorrente, impugnar o mérito de certas decisões e/ou fundamentações de direito, ficando ainda aberta a possibilidade de suscitação dos incidentes pós-decisórios permitidos por lei;

Ademais, parece ter sido, pelo menos em parte, esta a via escolhida pelo recorrente, neste particular, quando requereu através do parágrafo 141 da sua peça que a Secção-Crime do STJ revogasse o “referido despacho” e procedesse à “sua substituição por outra decisão tomada por acórdão do Coletivo de Juízes (...)”, na medida em que requereu que sobre o despacho incidisse um acórdão. A única diferença é que este não acolheu as pretensões de revogação formuladas pelo recorrente, optando por indeferir a reclamação apresentada por falta de fundamento legal.

Portanto, a impugnação desta conduta carece de viabilidade, sendo ainda duvidoso que, perante o quadro jurídico aplicável, em que da decisão monocrática caberia reclamação para a conferência, houvesse fundamentalidade da questão por eventual violação à garantia ao juiz natural. A decisão final foi tomada pela conferência, na sequência de reclamação protocolada pelo ora recorrente.”

A competência em matéria penal determinada pela qualidade do sujeito, neste caso do deputado, designada frequentemente em linguagem marcada pela semântica da tradição como «foro especial», constitui uma garantia reflexa, na medida em que não decorrendo do estatuto pessoal, mas funcional, justificada por exigências próprias do prestígio e resguardo da função. Motivada por exigências desta ordem, não constitui garantia ou privilégio que proteja certa pessoa enquanto tal, mas apenas enquanto titular de um órgão de soberania, relativamente a crimes cometidos no exercício de funções.

A existência de foro privilegiado, não obstante a sua aparente contradição com o princípio da igualdade, quando interpretado de acordo com a teleologia que o precede, não viola o princípio da igualdade estabelecida pela Constituição, fazendo, portanto, uma exceção expressa ao princípio da isonomia.

No caso da instituição do foro especial por prerrogativa de função não se trata de um privilégio, o que seria odioso, mas de uma garantia de o deputado responder perante um tribunal de segunda instância integrado por magistrados mais experientes e presumivelmente menos sensíveis a pressões que podem ser exercidas sobre quem decide processos tão mediáticos e com uma elevada densidade política como os que envolvem titulares de órgãos de soberania.

A garantia do foro privilegiado não releva da estrutura singular ou coletiva do tribunal competente. A existência do foro privilegiado é mais uma questão de qualidade e estatuto profissional do magistrado perante o qual o deputado responde do que da natureza singular ou coletiva do tribunal competente. Se fosse uma mera questão de estrutura poderia responder perante um tribunal coletivo de primeira instância.

O ordenamento jurídico presume que magistrados que exerçam funções nas instâncias de recurso sejam portadores de maior experiência e estejam mais treinados para enfrentarem processos mais mediáticos e possam decidi-los de forma mais célere do que se fossem atribuídos aos magistrados dos tribunais de primeira instância. Pois, processos dessa natureza requerem uma especial celeridade, nomeadamente, porque a partir do despacho de pronúncia, o deputado é suspenso das suas funções até que a decisão transite em julgado. Nesse sentido, o foro especial é justificado pelo facto de se lhe associar uma maior celeridade do que aquela que seria expetável se o processo tramitasse desde a primeira instância e com a possibilidade de interposição de recurso para as instâncias superiores.

3.8.4. Assegura-se, pois, a garantia de responder perante um tribunal de segunda instância prevista no n.º 4 do art.º 170.º da CRCV sempre que o deputado é chamado pelo tribunal de segunda instância por factos cometidos no exercício de funções e os atos processuais sejam praticados singularmente pelo juiz desembargador ou pelo coletivo, de acordo com a distribuição de competências operada pela Lei sobre a organização judiciária e as leis processuais penais.

Como ficou sobejamente demonstrado, além da garantia de o deputado responder perante o tribunal de segunda instância, nem a Constituição nem as leis ordinárias lhe conferem o privilégio de responder sempre perante o coletivo, o que seria uma flagrante e inaceitável violação do princípio da igualdade. Fosse esse o sentido com que a norma ora

posta em crise tivesse sido aplicada, a sua desconformidade com a Constituição seria evidente.

Por conseguinte, não é o STJ que fez uma interpretação excessivamente restritiva da norma do n.º 4 do artigo 170.º da CRCV. A interpretação que não se insere nos cânones interpretativos, porque sem qualquer apoio ou base gramatical, nem teleológica, é aquela que preconiza o recorrente quando invoca o disposto na norma do n.º 4 do artigo 170.º da Lei Fundamental para atribuir a si o privilégio de responder sempre perante o tribunal de segunda instância reunido em conferência.

3.8.5. Uma norma hipotética que permitisse que um juiz desembargador em processo a envolver deputado conduzisse o primeiro interrogatório ou a ACP não seria inconstitucional por não parecer que a posição jurídica que o recorrente quer extrair dessa garantia seja defensável e porque, havendo algum desvio restritivo em relação ao direito, o mesmo nunca seria desproporcional, havendo razões assentes em interesses públicos, nomeadamente da boa administração da justiça, a justificar tal solução.

3.9. Além da norma do n.º 4 do artigo 170.º, o recorrente invocou como parâmetro o n.º 2 do artigo art. 17.º da CRCV: *“A extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias não podem ser restringidos pela via da interpretação.”*

Pode a norma do n.º 2 do artigo 17.º ser invocada como parâmetro para a verificação da constitucionalidade de normas que não sejam relativas aos direitos, liberdades e garantias?

O Tribunal Constitucional, ao proferir o Acórdão n.º 175/2023, de 27 de novembro, (Autos de Amparo 28/2023, Amadeu Fortes de Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas), tinha deixado expresse que a garantia do foro privilegiado não integra a categoria de direitos, liberdades e garantias:

“Mesmo que não seja labor do Tribunal Constitucional apreciar a razão de manutenção desses preceitos na Lei Fundamental, nem alinhando, nem deixando de alinhar com a tese normativa de se estar perante instituição anacrónica (Hans Kelsen, Esencia y Valor de la Democracia, Rafael Luengo Tapia & Luis Legaz y Lacambra (trad.), Barcelona/Buenos Aires, Labor, 1934, p. 68), também não pode assentir que ela seja

objeto de ampliações conceptuais indevidas conducente à subjetivação do preceito, que não têm qualquer base de fundamentação. Porque nenhuma dessas disposições consagra qualquer direito, liberdade e garantia fundamental e a forma como estão redigidas é sintomática de que são, simplesmente, prerrogativas parlamentares formuladas para a proteção da Assembleia Nacional, filosoficamente justificadas pelo princípio da separação e da interdependência dos poderes como forma de precaver que os trabalhos parlamentares sejam turbados pela ingerência de poderes externos, nomeadamente do judicial;

E a indicação é evidente porque, se é ainda possível dizer-se que em relação à imunidade material, na forma de irresponsabilidade, e à prerrogativa de foro se reflitam efeitos garantísticos, não reconduzíveis ao conceito de direito, liberdade e garantia, no que diz respeito à inviolabilidade, até isso está em falta, haja em vista que não existe nenhum direito, liberdade e garantia fundamental que possa ser objeto de renúncia de entidade que não do seu titular, como a suposta garantia à inviolabilidade parlamentar, a qual, afinal, pode ser ultrapassada por decisão do próprio Parlamento, se este autorizar, o que demonstra, neste particular, que não é mais do que uma prerrogativa institucional deste órgão de soberania, ficando sujeito à sua discricionariedade, e somente passível de ser invocada em escrutínio de constitucionalidade normativa;

E, por razões constitucionalmente compreensivas, na medida em que qualquer solução diversa exporia o legislador constituinte a notória oposição com o valor constitucional da igualdade, na medida em que em tal circunstância de extrapolação subjetiva fundamental, as imunidades, no sentido amplo, teriam a natureza subjetiva de um injustificável privilégio pessoal do deputado, o que não parece decorrer de intenção manifestada pelo redator da Constituição, além de conduzir a Lei Fundamental a uma situação de contradição interna entre um valor e princípio constitucional estruturante e uma norma constitucional de organização do Estado;

Ademais, tem no seu bojo contexto no qual alguém que abstratamente atua em nome do Estado, enquanto membro de um órgão de soberania, assume um direito, liberdade e garantia do indivíduo, numa relação jusfundamental, estrutural e dogmaticamente marcada por uma relação verticalizada entre uma pessoa e o poder público e não entre dois órgãos do poder público, os seus respetivos titulares ou entre uns e outros, quando

o que os detentores de cargos públicos usufruem são de posições estatutárias situacionais.”

Não sendo a garantia do foro privilegiado um direito, liberdade e garantia, a norma do n.º 2 do artigo 17.º não pode ser invocada como parâmetro para aferir da constitucionalidade da norma constante da al. h) do artigo 42.º da LOCFTJ e muito menos em sede de fiscalização concreta, na qual a incompatibilidade de normas hipotéticas com direitos fundamentais decorre da sua desproporcionalidade.

3.9.1 O recorrente alega, ainda, que a interpretação esposada pelo STJ seria também ilegal, pedindo que seja declarada essa ilegalidade, supostamente com base nos artigos 40.º e 42.º da LOCFTJ.

Sobre o controle de ilegalidade em sede de fiscalização concreta da constitucionalidade e ilegalidade, veja-se, o Acórdão n.º 17/2023, de 01 de março, *(proferido nos Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade e da Legalidade da Resolução n.º 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, publicada no BO n.º 114, II Série, de 19 de julho, que procedeu a autorização para detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Oliveira, com vista à apresentação do mesmo a primeiro interrogatório judicial)*, cujo trecho pertinente para o caso em análise adotou a seguinte orientação: *“Na parte final da questão suscitada no parágrafo anterior, parece que se suscita uma questão de ilegalidade interpretativa. Se o quadro jurídico-constitucional e legal é claro quanto à possibilidade de fiscalização da ilegalidade de uma resolução face a uma lei que possa ter prevalência e constituir parametricidade, no caso concreto é muito duvidoso que haja ou tenha sido qualquer parâmetro para aferir da legalidade da interpretação perfilhada pelo STJ.*

O Tribunal Constitucional já admitiu que determinados diplomas, nomeadamente o Estatuto dos deputados corresponde a uma matéria que é da competência absolutamente reservada da Assembleia Nacional. Da Constituição e da própria LTC parece resultar, como se viu anteriormente, uma tendencial superioridade da lei em relação às resoluções, na medida em que tanto a Lei Fundamental quanto a LTC preveem o controlo da legalidade destas. Fora desta hipótese, se situa o caso em apreço em que se imputa ilegalidade à interpretação adotada STJ sem que tenha sido indicado qualquer parâmetro legal ou constitucional.”

Fora desta hipótese, se situa o caso em apreço em que se imputa ilegalidade à interpretação adotada STJ sem que tenha sido indicado qualquer parâmetro legal ou constitucional.”

Esta orientação foi também aplicada no Acórdão n.º 126/2023, de 25 de junho (FASC 1/2023, Inadmissão parcial de pedido protocolado por S. Excia. o Provedor de Justiça de fiscalização de norma da Resolução N. 87/X/2022, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento Privativo da Assembleia Nacional, na parte em que contemplou a CNE com uma dotação, no âmbito das despesas da AN), nos seguintes termos:

“ 4.6.2. No Acórdão 17/2023, de 1 de março, Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade e da Legalidade da Resolução nº 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, publicada no BO nº 114, II Série, de 19 de julho, que procedeu a autorização para detenção fora de flagrante delito do Deputado Amadeu Oliveira, com vista à apresentação do mesmo a primeiro interrogatório judicial, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 27, 15 de março de 2023, pp. 743-752, 1.4, consagrou-se igualmente que “da Constituição e da própria LTC parece resultar uma tendencial superioridade da lei em relação às resoluções, quando admitem o controlo da legalidade destas. Sendo assim, admite-se a trâmite a fiscalização da legalidade da Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional nº 3/X/2022”. 4.6.3. Na sequência desse desenvolvimento, pode-se concretizar e sumarizar, que, no entendimento desta Corte, o controlo de uma resolução só se mostra possível quando 13 ela seja portadora de conteúdo normativo ou de conteúdo individual e concreto, encontre o seu fundamento de validade num determinado ato legislativo que a habilita; 4.6.4. Não é absolutamente líquido que a presente situação se encaixe nos casos típicos de subordinação relativa entre duas normas legais que tem sido considerada como apta a controlos de legalidade nos termos do artigo 280, alínea b), da Lei Fundamental, porque, sendo evidente a superioridade do Regimento da Assembleia face à Ordem do dia aprovada nos seus termos e de norma estabelecida pelo Estatuto dos Deputados em relação a Resolução que aprova o levantamento da imunidade dos representantes do povo, o mesmo não é tão linear entre uma norma do Código Eleitoral e uma Resolução que, aprovando o orçamento privativo da Assembleia, é habilitado por um outro diploma. Em específico, a Constituição da República através dos artigos 175, alínea b) e 176, alínea t), e a Lei Orgânica da Assembleia Nacional, que, no seu artigo

6º, alínea b), atribui competência de aprovação ao Plenário. Afigurando-se, nesta fase, e sem prejuízo de uma melhor determinação na fase de mérito, a possibilidade de se promover controlo de conformidade normativa entre a norma impugnada e a norma identificada como parâmetro aparentemente inviável, disso não decorre que não se estará perante situação em que o Tribunal Constitucional não possa assumir jurisdição.”

No caso em apreço não se consegue encontrar qualquer norma que pudesse servir de parâmetro para avaliar a interpretação dada pelo Supremo Tribunal de Justiça ao disposto nos artigos 40.º e al. h) do artigo 42.º da LOCFTJ e que segundo o recorrente teria um sentido ilegal.

Sendo assim, não se aprecia a ilegalidade suscitada. Afasta-se igualmente todos os parâmetros ordinários invocados, os quais, por mais importantes que sejam, são território soberano dos tribunais judiciais dentro do qual o Tribunal Constitucional não adentra.

III. Decisão

Pelo exposto, o Tribunal Constitucional, reunido em Plenário, decide:

1. Quanto à admissibilidade das questões

a) Não conhecer a questão sobre *a inconstitucionalidade e ilegalidade da **Resolução n.º 03/X/2021, da Comissão Permanente** da Assembleia Nacional que, supostamente, terá autorizado a detenção do arguido, por (i) violação do n.º 1 do artigo 148.º CRCV, (ii) por violação do n.º 1 do artigo 124.º da CRCV, (iii) por violação da al. c) do artigo 135.º do Regimento da Assembleia Nacional e (iv) por violação do n.º 1 do artigo do 12.º do Estatuto dos Deputados;*

b) Não conhecer a questão sobre *a inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo da norma prevista no artigo 158.º do CPP, de modo a extrair uma norma segundo a qual o incidente de incompetência territorial deve ser suscitado até **antes do início** da audiência de julgamento, em vez de ser, simplesmente, **até ao início** da audiência, o que configura uma restrição do alcance do direito fundamental de ser julgado perante o **juiz -Tribunal Natural da Causa**, consagrado no n.º 10 do artigo 35.º da CRCV, restrição essa que o STJ fez por via da interpretação do artigo 158.º do CPP, violando o disposto no n.º 2 do artigo 17.º da referida CRCV;*

c) Conhecer a questão sobre a *inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo, sentido e alcance do preceituado/ estatuído no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, de modo a extrair uma norma inconstitucional, segundo a qual o deputado tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda instância, ou seja, perante o tribunal de relação, somente na fase de julgamento, mas não na fase de instrução e de ACP, em que segundo a norma extraída pelo STJ, pela via de interpretação, nas fases de instrução e ACP o deputado responde perante um juiz singular e não perante um juiz coletivo como é previsto os tribunais de relação funcionarem, o que configura uma interpretação excessivamente restrita do alcance e conteúdo do disposto no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV, de tal modo que viola o disposto no n.º 4 (2) do artigo 17.º da CRCV, por restringir o conteúdo e alcance essencial da garantia constitucional ao FORO/ tribunal da segunda Instância tal como é garantido ao deputado pelo n.º 4 do artigo 170.º e n.º 1 do artigo 12.º da CRCV, de tal modo que quer reduzir a composição e funcionamento do tribunal de relação de 3 juízes para funcionar e ser composto por um único juiz, o que também viola a al h) do artigo 42.º em conjugação com o artigo 40.º da LOCFTJ;*

d) Não conhecer a questão sobre a *inconstitucionalidade e ilegalidade do conteúdo, sentido e alcance interpretativo que o STJ quer fazer do preceito estatuído no artigo 177.º do CPP, de modo a extrair uma norma inconstitucional, segundo a qual o juiz/tribunal é livre de apreciar a prova produzida segundo a sua convicção ou preconceito, secundarizando e ignorando a prova documental que por força do n.º 1 do artigo 225.º do CPP, possui força probatória plena, como se a livre convicção do julgador tivesse maior força probatória do que documentos autênticos, o que restringe e anula o direito fundamental do arguido à presunção de inocência consagrado no n.º 1 do artigo 35.º da CRCV, com densificação nos n.ºs 1, 2 e 3 de artigo 1.º do CPP, direito fundamental esse que o STJ quer restringir pela via da interpretação que pretende fazer do disposto no artigo 177.º do CPP, e em franca violação da garantia constitucional consagrada no n.º 2 do artigo 17.º da CRCV.*

2. Quanto ao mérito

Não declarar a inconstitucionalidade de norma hipotética aplicada pelo Supremo Tribunal de Justiça no exato sentido de que o deputado só tem direito ao foro privilegiado de responder perante o tribunal coletivo de juízes que integram o tribunal da segunda

instância, ou seja, perante o tribunal de relação, na fase de julgamento, mas não nas fases de instrução e de ACP em que o deputado responde perante um juiz singular, por não configurar qualquer violação da garantia do deputado prevista no n.º 4 do artigo 170.º da CRCV.

3. Julgar improcedente o recurso interposto pelo Senhor Amadeu Fortes Oliveira.

4. Custas a cargo do recorrente que se fixam em 90.000\$00 (noventa mil escudos), nos termos das disposições conjugadas dos artigos 94.º, n.º 4, da Lei do Tribunal Constitucional, 411.º, n.º 1, do Código de Processo Civil e 13 do Código das Custas Judiciais.

Registe, notifique e publique.

Praia, 04 de janeiro de 2024

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 04 de janeiro de 2024.

O Secretário,

João Borges